

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Centro de Letras e Comunicação**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras**



**Dissertação**

**Os territórios ocupados pelas personagens em situação de rua: um outro olhar  
sobre as cidades em *Menos que um* e *Maremoto***

**Bianca Becker Pertuzatti**

Pelotas, 2025

**Bianca Becker Pertuzatti**

**Os territórios ocupados pelas personagens em situação de rua: um outro olhar  
sobre as cidades em *Menos que um e Maremoto***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Henrique Rückert

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação da Publicação

P468t Pertuzatti, Bianca Becker

Os territórios ocupados pelas personagens em situação de rua [recurso eletrônico] : um outro olhar sobre as cidades em *Menos que um e Maremoto* / Bianca Becker Pertuzatti ; Gustavo Henrique Rückert, orientador. — Pelotas, 2025.  
113 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Menos que um. 2. Maremoto. 3. Personagens em situação de rua. 4. Território. 5. Literatura contemporânea. I. Rückert, Gustavo Henrique, orient. II. Título.

CDD 469.5

Bianca Becker Pertuzatti

Os territórios ocupados pelas personagens em situação de rua: um outro olhar  
sobre as cidades em *Menos que um* e *Maremoto*

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 15 de agosto de 2025

Banca examinadora:

Prof. Dr. Gustavo Henrique Rückert  
(Orientador)

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fernanda Valim Côrtes Miguel

Doutora em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Paulo Ricardo Kralik Angelini

Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Alfeu Sparemberger

Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo

## **Agradecimentos**

A escrita é frequentemente um processo solitário, mas a vida é criada no coletivo, nas interações com o outro, nos laços que criamos. Se é verdade que as palavras aqui expressas foram escritas na solidão do meu quarto, também é verdade que elas só foram possíveis graças a todas as pessoas que me fizeram e me fazem ser quem eu sou, que me apoiaram, me ensinaram e/ou me inspiraram. Sendo assim, me sinto muito feliz por escrever os agradecimentos a este conjunto particular de pessoas.

Agradeço ao meu orientador, prof. Gustavo, parte fundamental de todo este processo, por compartilhar comigo tanto conhecimento, por me oferecer diversas oportunidades de desenvolvimento e pelas contribuições inestimáveis a esta pesquisa. Obrigada, também, pela confiança, pela gentileza, pela calma e pelas palavras de incentivo.

Aos professores da banca examinadora, prof.<sup>a</sup> Fernanda, prof. Paulo e prof. Alfeu, por aceitarem participar deste processo, por suas colaborações tão valiosas e pelo estímulo a minha pesquisa. Ao prof. Alfeu quero agradecer, também, por estar presente em tantos momentos nestes últimos dois anos e contribuir de diferentes formas a minha formação acadêmica.

À CAPES pelo investimento na minha pesquisa e no meu aprimoramento enquanto pesquisadora. À UFPEL por ter sido o berço de tantos aprendizados. E à prof. Aline Coelho por, durante a graduação, nutrir meu amor pela literatura e pela docência, me incentivando sempre a buscar excelência.

Agradeço aos meus pais, Carla Maria e Milton João, por me estimularem a estudar, por me proporcionarem todas as condições para que eu pudesse fazê-lo e por demonstrarem seu carinho e suporte em ações cotidianas. Além disso, agradeço à minha mãe por me apresentar a literatura, por insistir em me comprar livros que durante muitos eu não lia e por me inspirar a me tornar uma leitora pelo exemplo. E ao meu pai agradeço, também, pela parceria e por me ensinar a ter coragem.

Aos meus irmãos agradeço pela amizade e pelo cuidado. À minha irmã, Paula, agradeço, ainda, por sempre torcer por mim de modo tão entusiasmado e por me mostrar que a vida acadêmica era uma possibilidade. Ao meu irmão, Daniel, agradeço por contribuir para a formação do meu senso crítico.

À Kaila por ser a minha dupla para conquistar o mundo, por acolher todas as minhas versões e por acreditar em mim em proporções irrealistas. Obrigada por todas as horas em que me escutaste surtando e por celebrar cada conquista minha com todo o teu ser. Obrigada por sempre me lembrar o que realmente importa na vida e por ser o meu lugar seguro em um mundo caótico.

À Tamara por ser uma presença tão vibrante na minha vida e pela amizade profunda que me conforta a alma. Obrigada por sempre me acolher com palavras gentis, abraços apertados e um mate. Obrigada por me inspirar a ser uma pesquisadora e uma pessoa melhor.

Ao Jonny, meu amor, por tornar a minha vida mais leve e feliz. Obrigada por ser paciente e acolhedor mesmo - e especialmente - nos meus momentos mais vulneráveis. Obrigada por sempre estar disposto a me ajudar, a me escutar e a falar palavras de carinho. Obrigada por tentar me fazer rir de todos os modos possíveis e por ter o abraço mais gostoso do mundo.

À Flor por tornar qualquer dia instantaneamente melhor com a sua presença terna, por sempre me impulsionar e me entender de forma tão simples. À Gabi Marques por tantos anos de amizade e por fazer-se presente mesmo à distância. À Lara e à Mari pelos momentos especiais vividos e pelas leituras compartilhadas. Ao Jaime Lucas e a Gabi Machado por trilharem comigo os anos da graduação e pela amizade que perdura até hoje, e ao Patrik, por ser o nosso colega de faculdade “honoris causa” e um amigo querido.

À Aline Mackedanz por compartilhar comigo as angústias e as alegrias do mestrado. À Isabel e ao Jaime por tantas conversas profundas e inspiradoras, por torcerem por mim de maneira tão genuína e por me ensinarem tanto. À Clara por tornar a vida mais divertida e por me incentivar - talvez mesmo sem saber - a ver a vida por outros ângulos. À Mana pela gentileza, pelas palavras sábias e por estar me ajudando a entender os meus processos.

Agradeço, também, as autoras das duas obras analisadas aqui, Patrícia Melo e Djaimilia Pereira de Almeida, por abordarem de modo tão sensível um tema tão delicado. Suas personagens habitarão para sempre o meu coração.

E, por fim, agradeço a todas as pessoas - amigos, familiares, professores e pesquisadores - que não foram mencionados aqui, mas que contribuíram de alguma forma para a minha formação ou para o meu desenvolvimento pessoal.

*E “morador de rua” define quem? Quem são os que estão por aí largados nas calçadas? Estar na rua não pode ser um aposto. Não é um trabalho. Nem uma atividade. Se define algo, não é o homem, mas apenas uma tragédia nacional (Melo, 2022, p. 302).*

*[...] somos espíritos que habitam as ruas, a andar com os pés e as pernas, a falar e a respirar, mas as pessoas passam, circulam e não nos veem (Almeida, 2021, p. 97).*

## Resumo

PERTUZATTI, Bianca Becker. Os territórios ocupados pelas personagens em situação de rua: um outro olhar sobre as cidades em *Menos que um* e *Maremoto*. Orientador: Gustavo Henrique Rückert. 2025. 113 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Esta pesquisa apresenta uma análise de duas obras literárias: *Menos que um* (2022), de Patrícia Melo, e *Maremoto* (2021), de Djaimilia Pereira de Almeida. Ambas as obras trazem para o centro da narrativa personagens em situação de rua, representando, assim, um grupo heterogêneo de pessoas que compõem uma das camadas mais vulneráveis do que Zygmunt Bauman (2005) define como “seres humanos refugados”, isto é, pessoas consideradas descartáveis por um sistema globalizado que prioriza o lucro em detrimento da vida. Esse sistema impulsiona um aumento constante de pessoas vivendo em situação de rua, o que pode ser observado, também, nos dois países em que foram produzidos os objetos desta pesquisa e onde se passam suas narrativas ficcionais: Brasil e Portugal. Tais pessoas habitam, principalmente, o centro das grandes cidades e são invisibilizadas tanto no espaço urbano como nas narrativas. A literatura não é uma exceção nesse processo de exclusão, portanto, os objetos aqui analisados suprem ausências do campo literário ao trazerem para o foco pessoas escassamente representadas nas obras contemporâneas. Essa representatividade permite, por sua vez, a expansão do universo narrativo a partir da inserção de novas perspectivas e contribui para a luta pelos direitos dessas pessoas através do desmascaramento das condições em que vivem. Sendo assim, dentro dessa temática mais ampla, foi estabelecido como foco de análise o território ocupado pelas personagens em situação de rua, buscando compreender, também, como tais perspectivas contribuem para a construção de novas narrativas urbanas. Em um intertexto com os estudos geográficos, parte-se aqui da compreensão, fundamentada por Rogério Haesbaert (2005; 2009; 2015; 2024), de que o território é o resultado das relações de poder que atravessam os espaços. Nessa perspectiva, Haesbaert destaca dois processos que compõem a territorialização: o domínio, relacionado à dimensão funcional do território, e a apropriação, relacionada à dimensão simbólico-cultural. Para uma análise mais densa foram utilizadas outras referências, com destaque para os estudos de Milton Santos (2004; 2005), Zygmunt Bauman (2005) e Teresa Caldeira (2000). Todos esses aportes permitiram observar, em *Menos que um* e *Maremoto*, as segregações espaciais que marcam a desterritorialização das personagens em situação de rua e os modos que elas encontram de sobreviver e resistir, construindo territorializações precárias.

Palavras-chave: *Menos que um*; *Maremoto*; Personagens em situação de rua; Território; Literatura contemporânea.

## Abstract

PERTUZATTI, Bianca Becker. The territories occupied by unhoused characters: another look at the cities in *Menos que um* and *Maremoto*. Advisor: Gustavo Henrique Rückert. 2025. 113 f. Dissertation (Master's Degree in Literature) – Graduate Program in Languages and Literatures, Languages and Communication Center, Federal University of Pelotas, 2025.

This research presents an analysis of two literary works: *Menos que um* (2022), by Patrícia Melo, and *Maremoto* (2021), by Djaimilia Pereira de Almeida. Both works feature unhoused characters at the center of the narrative, thus representing a heterogeneous group of people who make up one of the most vulnerable layers of what Zygmunt Bauman (2005) defines as “wasted lives”, that is, people considered disposable by a globalized system that prioritizes profit over life. This system drives a constant increase in people living on the streets, which can also be observed in the two countries where the objects of this research were produced and where their fictional narratives are set: Brazil and Portugal. These people live mainly in the center of large cities and are invisible both in urban spaces and in narratives. Literature is no exception to this process of exclusion, and so the objects analyzed here fill the gaps in the literary field by focusing on people who are underrepresented in contemporary works. This representation, in turn, allows for the expansion of the narrative universe through the inclusion of new perspectives and contributes to the fight for the rights of these people by exposing the conditions in which they live. Therefore, within this broader theme, the focus of analysis was established on the territory occupied by unhoused characters, seeking to understand how such perspectives contribute to the construction of new urban narratives. In an intertext with geographical studies, we start here from the understanding, based on Rogério Haesbaert (2005; 2009; 2015; 2024), that territory is the result of power relations that permeate spaces. From this perspective, Haesbaert highlights two processes that make up territorialization: domination, related to the functional dimension of the territory, and appropriation, related to the symbolic-cultural dimension. For a more in-depth analysis, other references were used, with emphasis on the studies of Milton Santos (2004; 2005), Zygmunt Bauman (2005) and Teresa Caldeira (2000). All these contributions allowed us to observe, in *Menos que um* and *Maremoto*, the spatial segregations that mark the deterritorialization of characters living on the streets and the ways they find to survive and resist, constructing precarious territorializations.

Keywords: *Menos que um*; *Maremoto*; Unhoused characters; Territory; Contemporary literature.

### Lista de abreviaturas e siglas

|             |                                                                                                               |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| AIDS        | Síndrome da Imunodeficiência Adquirida                                                                        |
| AML         | Área Metropolitana de Lisboa                                                                                  |
| CadÚnico    | Cadastro Único                                                                                                |
| Censo Suas  | Censo do Sistema Único de Assistência Social                                                                  |
| DGS         | Direcção-Geral da Saúde                                                                                       |
| ENIPSSA     | Estratégia Nacional para Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo                                     |
| ETHOS       | <i>European Typology of Homelessness and Housing Exclusion</i>                                                |
| EUA         | Estados Unidos da América                                                                                     |
| FEANTSA     | <i>European Federation of National Organizations Working with the Homeless</i>                                |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                               |
| IPEA        | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                                                                      |
| LGBTQIAPN+  | Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexuais, asexuais, pansexuais, não-binários, + |
| MNPR        | Movimento Nacional da População de Rua                                                                        |
| PALOP       | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa                                                                 |
| PNT         | Programa Nacional para a Tuberculose                                                                          |
| PNTC PopRua | Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua                           |

## Sumário

|                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Introdução</b> .....                                                                   | 11 |
| <b>1 Entre a cidadania e o refugio: um panorama da população em situação de rua</b> ..... | 17 |
| 1.1 A situação de rua: um estado e não uma sentença .....                                 | 17 |
| 1.2 A população em situação de rua: o cenário atual .....                                 | 19 |
| 1.2.1 A situação de rua como um fenômeno global .....                                     | 20 |
| 1.2.2 A população em situação de rua no Brasil .....                                      | 25 |
| 1.2.3 A população em situação de sem-abrigo em Portugal .....                             | 27 |
| 1.2.4 Aproximações entre Brasil e Portugal .....                                          | 29 |
| 1.3 Representações literárias: estigmas e subversões .....                                | 31 |
| 1.3.1 As pessoas em situação de rua como “perigosas” .....                                | 32 |
| 1.3.2 As pessoas em situação de rua como “vagabundas” .....                               | 34 |
| 1.3.3 As pessoas em situação de rua como “suas” .....                                     | 36 |
| 1.3.4 Subversões dos estigmas .....                                                       | 40 |
| <b>2 Os territórios e a disputa pelo direito de ir, vir e permanecer</b> .....            | 43 |
| 2.1 Espaço, território e des-reterritorialização .....                                    | 43 |
| 2.2 Contenção territorial .....                                                           | 48 |
| 2.3 Contornamento territorial .....                                                       | 54 |
| <b>3 Menos que um e Maremoto: representações de duas metrópoles</b> .....                 | 57 |
| 3.1 As autoras e as suas obras .....                                                      | 57 |
| 3.1.1 Patricia Melo e a violência urbana .....                                            | 57 |
| 3.1.2 Djaimilia Pereira de Almeida e a experiência diaspórica .....                       | 58 |
| 3.2 As metrópoles pela perspectiva das personagens em situação de rua ....                | 59 |
| 3.2.1 <i>Menos que um</i> : uma visão caleidoscópica do centro de São Paulo .....         | 60 |
| 3.2.2 <i>Maremoto</i> : dois olhares sobre o centro de Lisboa .....                       | 68 |
| 3.2.3 Cartografias de metrópoles segregadas: as fronteiras que marcam o centro .....      | 73 |

|                                                                         |     |
|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.2.4 Territorialização precária e o contornamento das fronteiras ..... | 95  |
| <b>Considerações finais</b> .....                                       | 105 |
| <b>Referências</b> .....                                                | 108 |

## Introdução

*Menos que um* (2022), obra ficcional da escritora brasileira Patrícia Melo, apresenta, em sua narrativa caleidoscópica, o cotidiano de múltiplas personagens que passam pela situação de rua ou que se aproximam de pessoas nessa situação. Chilves, Jéssica, Glenda, Iraquitan, Dido, Seno Chacoy, Douglas e Zélia são as personagens principais, cujas histórias são contadas por um narrador heterodiegético que alterna seu foco narrativo entre elas. Suas trajetórias estão interligadas em graus variados, entretanto, convergem invariavelmente para a praça da Matriz, no centro da cidade de São Paulo, onde habita um aglomerado de pessoas em situação de rua.

*Maremoto* (2021), obra ficcional da escritora portuguesa nascida em Angola<sup>1</sup> Djaimilia Pereira de Almeida, traz uma narrativa focada em duas personagens. Boa Morte é um imigrante angolano que trabalha guardando carros no Chiado, bairro central de Lisboa; seu rendimento lhe permite arduamente pagar o aluguel de um quarto no Prior Velho, região periférica da cidade, contudo, as condições precárias em que vive fazem com que ele transite, em diversos momentos, pela situação de rua. A uma curta distância do posto de trabalho de Boa Morte, sua amiga Fatinha, uma são-tomense nascida em Portugal<sup>2</sup>, habita a paragem 28 do eléctrico<sup>3</sup>, onde passa seus dias em um constante estado de alheamento, cuja causa o leitor pode apenas supor através de escassas informações embaralhadas presentes nas falas da personagem. Em relação aos narradores, há uma alternância entre: Boa Morte, como narrador homodiegético que escreve cartas nunca enviadas para a filha que ele não vê há quase 30 anos; e um narrador heterodiegético que mostra, a partir de um olhar mais distante, a invisibilização que marca a vida das duas protagonistas.

Ambas as obras supracitadas trazem para o centro das narrativas personagens em situação de rua, isto é, pessoas que têm o seu direito à habitação negado e que utilizam como moradia os espaços públicos, os imóveis abandonados, as unidades de acolhimento institucional e outras formas de habitação provisória. A

---

<sup>1</sup> Tal descrição revela a sua condição diaspórica, de quem nasceu e possui raízes na Angola, mas viveu toda a sua vida em Portugal. O que pode ser observado, também, quando ao referir-se aos escritores e artistas da diáspora, Almeida afirma: “De um modo ou de outro, nós compartilhamos uma identidade instável, sem pertencer a lugar nenhum, nem ao Ocidente, nem à África” (2023, p. 45).

<sup>2</sup> A descrição da dupla nacionalidade de Fatinha, assim como a da própria autora, marca a sua condição diaspórica.

<sup>3</sup> “Paragem do eléctrico” é o equivalente a uma “parada do bonde” em português brasileiro.

população em situação de rua, representada pelas personagens, é composta por um grupo heterogêneo de pessoas que vivem em condições extremamente precárias, utilizando recursos escassos e limitados para sobreviver, enquanto precisam enfrentar as diversas formas de violência a que estão expostas.

Patrícia Melo (2022), em um vídeo gravado para o canal LeYa Brasil, explicita o tema de seu livro *Menos que um* (2022), afirmando que apresenta “pessoas que foram jogadas na rua sem nenhum amparo, a quem os direitos humanos e a própria cidadania são negados. E esse, aliás, é o sentido de *Menos que um*. São pessoas escolhidas pelo sistema para serem exterminadas”. Em outras palavras, as pessoas em situação de rua, presentes em ambos os livros, são o exemplo extremo de “seres humanos refugados”, termo utilizado por Zygmunt Bauman (2005) para referir-se a um grupo amplo de seres humanos considerados dispensáveis por um sistema globalizado focado na lucratividade.

Um sistema que, dessa forma, à medida que avança produz um número cada vez maior de “refugo”, o que pode ser observado a partir do aumento contínuo da quantidade de pessoas em situação de rua em diversos países. Análise que se confirma nos dois contextos de produção das obras supracitadas: no Brasil, segundo estimativas publicadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o número de pessoas em situação de rua aumentou 211% em uma década, entre 2012 e 2022 (Natalino, 2023); já em Portugal, segundo estimativas da Estratégia Nacional para Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), essa parcela da população aumentou 117% em um período de cinco anos, entre 2018 e 2023 (Enipssa, 2020; 2024a).

Essas pessoas estão concentradas, principalmente, no centro das grandes cidades, criando um contraste entre a sua miséria e a abundância ao redor, presente, frequentemente, nos prédios imponentes, nos comércios, nas propagandas em outdoors, no consumo excessivo, no lixo gerado por todo esse excesso, assim como, nos veículos e nas pessoas que transitam por esses espaços. Entretanto, a exposição da população em situação de rua no núcleo das cidades não impede a sua invisibilização, tamanha é a força dos discursos estigmatizantes e das forças que atuam para a segregação desse grupo.

Tal invisibilização pode ser observada, também, na escassez de representações de pessoas em situação de rua na literatura contemporânea. Nesse sentido, a pesquisa extensa e longa de Regina Dalcastagnè é um dos exemplos

mais significativos para a observação das ausências da literatura brasileira, pois, a partir da análise estatística dos romances publicados pelas maiores editoras brasileiras entre 1965 e 1979 e entre 1990 e 2014, Dalcastagnè constata que, tanto na produção como no interior da narrativa, os lugares de fala “são monopolizados pelos homens brancos, sem deficiências, adultos, heterossexuais, urbanos, de classe média” (2021, p. 110). Além disso, Dalcastagnè (2021) observa que, quando os grupos marginalizados aparecem nos romances, suas representações reproduzem diversos estigmas.

Em relação à literatura portuguesa, ainda que faltem dados estatísticos, é possível inferir, ao observar criticamente o cânone português, a existência de ausências similares. Nesse sentido, são pertinentes as observações de Djaimilia Pereira de Almeida sobre a ausência e a estigmatização dos negros de modo mais específico:

Eu não teria sido aceita à mesa de alguns dos meus ancestrais literários. Eles falharam ao descrever a minha ancestralidade, não a entenderam, a subestimaram, zombaram dela. Essa perda é especialmente nociva no lado lusófono da questão, em que, ainda hoje, uma mentalidade imperialista mais ou menos comedida se recusa a reconhecer suas formas idiossincráticas de obsolescência e violência institucional, muito menos reconhecê-las na vida e na ficção (2023, p. 42).

Dessa forma, as duas obras escolhidas como objeto desta pesquisa, ao direcionarem o foco para as personagens em situação de rua, apresentando-as de modo complexo, contribuem para a construção de um campo literário menos excludente e expandem as possibilidades das narrativas. Ao mesmo tempo, tais obras participam da luta pelos direitos dessa população, pois, como apontado por Antonio Candido, a literatura, entre as suas múltiplas possibilidades, pode atuar como “um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” (2004, p.186).

Cabe mencionar, por fim, que a relevância da análise dessas obras é acentuada por serem objetos até então pouco analisados em pesquisas acadêmicas, apesar de terem sido escritas por autoras premiadas que possuem um número considerável de publicações, algumas das quais já foram amplamente analisadas, como é o caso de *Mulheres empilhadas*, de Patrícia Melo, e *Luanda, Lisboa, Paraíso*, de Djaimilia Pereira de Almeida.

Estabelecida a relevância - literária e social - dos objetos desta pesquisa, torna-se necessário esclarecer o foco de análise escolhido. Para isso, vale retomar que as pessoas em situação de rua habitam principalmente o centro das grandes cidades, ocupando os espaços públicos e os prédios abandonados, deslocando-se a pé pelas avenidas e realizando trabalhos precarizados nas ruas. A ocupação desses espaços urbanos não ocorre, entretanto, sem conflito, são vários os obstáculos que limitam a mobilidade das pessoas em situação de rua, ao mesmo tempo, elas encontram formas de contornar essas limitações, ainda que de modo precário. Tais conflitos marcam profundamente a vida dessas pessoas e podem ser compreendidos a partir de uma análise dos territórios que ocupam, uma vez que, na perspectiva aqui adotada, baseada, fundamentalmente, nos estudos do geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2005; 2009; 2015; 2024), o território é entendido como o resultado das relações de poder que atravessam os espaços.

Dentro dessa perspectiva, Haesbaert propõe dois processos que compõem a territorialização: o domínio, referente ao controle da dimensão funcional dos territórios, e a apropriação, referente ao controle da dimensão simbólico-cultural. Esses processos permitem observar como as pessoas em situação de rua sofrem desterritorializações, relacionadas às condições precárias de suas vidas e as limitações impostas às suas mobilidades, e como elas se reterritorializam, encontrando modos de utilizar os recursos disponíveis e contornar parcialmente as limitações.

De modo complementar, foram utilizados, também, os estudos do geógrafo brasileiro Milton Santos (2004, 2005), em suas análises do espaço, do território e das suas relações com a globalização, assim como, os estudos de Zygmunt Bauman (2005) e Teresa Caldeira (2000), contribuindo para a discussão sobre como as políticas de insegurança e do medo atuam na segregação espacial das cidades atuais. Além disso, foram utilizadas outras referências - estudos sociais, obras literárias, jornais etc - para uma melhor compreensão da realidade das pessoas em situação de rua e das possibilidades de suas representações na literatura.

Todos esses elementos convergem, assim, no objetivo deste trabalho que é analisar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, como são representados, nas obras *Menos que um* e *Maremoto*, os territórios ocupados pelas personagens em situação de rua. Contribuindo, assim, para o difícil e importante esforço que destaca Dalcastagnè de, em meio a uma literatura tão excludente: “Buscar, nas

representações da cidade, aquilo que não se quer ali aqueles que habitam seus desvios, que ameaçam seus muros, os que foram jogados, desde sempre, para o lado de fora” (2023, p. 39).

Dito isso, este trabalho está organizado em 3 capítulos, para além da introdução e das considerações finais. **“Entre a cidadania e o refugio: um panorama da população em situação de rua”** é o capítulo inicial, que se divide em 3 tópicos centrais: o primeiro intitulado “A situação de rua: um estado e não uma sentença” discorre e justifica a escolha dos termos utilizados para referir-se ao grupo social aqui analisado; o segundo tópico, “A população em situação de rua: o cenário atual” traz um panorama de alguns fatores que contribuem para o aumento constante do número de pessoas vivendo em situação de rua, discorrendo, também, sobre os dados disponíveis em relação a esse grupo, primeiro, a partir de um enfoque global e, nos subtópicos subsequentes, direcionando o foco para os contextos geográficos que envolvem os objetos desta pesquisa: Brasil e Portugal; o último tópico, “Representações literárias: estigmas e subversões”, traz uma breve análise de como as pessoas em situação de rua são representadas em obras literárias lusófonas, discorrendo sobre estigmas comuns e o modo como, por vezes, eles são subvertidos na literatura. O segundo capítulo, intitulado **“Os territórios e a disputa pelo direito de ir, vir e permanecer”**, é dividido em três tópicos: o primeiro intitulado “Espaço, território e des-reterritorialização” apresenta a perspectiva de território aqui adotada, passando pelo conceito de espaço, pelos processos de des-reterritorialização e pelas desigualdades de mobilidade no mundo globalizado; já o segundo e o terceiro tópico, “Contenção territorial” e “Contornamento territorial”, discutem, respectivamente, as barreiras que limitam a mobilidade de grupos estigmatizados, especialmente as pessoas em situação de rua, e as formas que esses grupos encontram de contornar as limitações. Por fim, **“Menos que um e Maremoto: representações de duas metrópoles”** é o capítulo final e está dividido em dois tópicos: o primeiro, “As autoras e as suas obras” traz uma breve biografia de Patrícia Melo e Djaimilia Pereira de Almeida, discorrendo, de modo igualmente breve, sobre alguns aspectos relacionados a suas obras; o segundo tópico, “As metrópoles pela perspectiva das personagens em situação de rua”, traz, a partir da fundamentação teórica anteriormente apresentada, a análise das duas obras literárias que são objeto desta pesquisa: *Menos que um* e *Maremoto*.

Espera-se, assim, que os seguintes capítulos contribuam, simultaneamente, para uma visão mais humanizada das pessoas em situação de rua, e para uma compreensão geral dos modos como a cidade e seus territórios são experienciados por elas, a partir da análise de algumas das múltiplas possibilidades que a literatura permite.

## **1 Entre a cidadania e o refugio: um panorama da população em situação de rua**

*Primeiramente, somos cidadãos/ãs. Ninguém fala “morador/as de casa”, mas nos chamam de “moradores/as de rua”. Uma pessoa não pode ser definida só pelo lugar onde mora. Pessoas são muito mais do que isso (Boca de rua, 2024b, p. 10).*

As pessoas em situação de rua são - como todos os seres humanos - um grupo heterogêneo composto por múltiplas subjetividades, é isso que afirma a epígrafe deste capítulo, retirada do *Boca de Rua*, um jornal escrito por pessoas em situação de rua que residem em Porto Alegre, Brasil. Sendo assim, o que as une enquanto grupo possível de ser analisado como tal não é a homogeneidade ou supostas características inerentes, mas sim a vivência de situações similares - experienciadas de modos diversos - envolvendo a ausência de uma habitação digna.

Partindo desse entendimento central, este capítulo busca contribuir para uma visão mais humanizada da população em situação de rua, através da compreensão deste como um fenômeno global diretamente relacionado ao modelo de sociedade em que vivemos, da análise dos principais dados disponíveis sobre o tema e do discorrimento dos estigmas atribuídos a essa população.

### **1.1 A situação de rua: um estado e não uma sentença**

Para definir quais os termos seriam utilizados para referir-se ao grupo de pessoas aqui analisado foram levados em consideração os usos e suas respectivas definições no Brasil e em Portugal, uma vez que estes são os contextos geográficos que envolvem as obras *Menos que um* e *Maremoto*, além de o Brasil ser o país em que está inserida esta pesquisa.

Dito isso, é preciso destacar que não existe um consenso dentro desses territórios nacionais em relação ao modo de referir-se às pessoas que não possuem habitações dignas. São diversos os nomes pejorativos ou baseados em visões equivocadas utilizados para referir-se a esse grupo, especialmente em contextos informais. Entretanto, o que serviu como base para esta pesquisa foram os termos

utilizados em documentos oficiais, em pesquisas atuais sobre o tema e em textos dos movimentos sociais.

No Brasil, hoje, utiliza-se oficialmente o termo “pessoa em situação de rua” ou “população em situação de rua”, o que está bem definido na Lei nº 14.821 de 16/01/2024, que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua), que considera “população em situação de rua”,

[...] o grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e de sustento, bem como as unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual ou provisório, podendo tal condição estar associada a outras vulnerabilidades como a pobreza e os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados (Brasil, 2024, n.p).

Cabe mencionar que esse termo já estava presente em outro marco legal importante: o decreto 7053, assinado em 2009, que instituía a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Além disso, o termo é amplamente utilizado, atualmente, pelas articulações das próprias pessoas em situação de rua, podendo ser encontrado, por exemplo, em reportagens do *Boca de Rua* e publicações nas redes sociais do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

Já na Europa de modo geral os termos adotados oficialmente por diferentes países têm como influência a tipologia europeia denominada *European Typology of Homelessness and Housing Exclusion* (ETHOS), lançada pela *European Federation of National Organizations Working with the Homeless* (FEANTSA) em 2005 como uma forma de compreender e acompanhar melhor esse grupo de pessoas.

Esta tipologia define quatro tipos gerais de pessoas em situação de exclusão relacionada com a habitação:

- i. sem-teto – pessoas que vivem na rua e pessoas a viver em alojamentos de emergência. Na maioria dos países corresponde à categoria que acolhe as pessoas em pior forma de exclusão habitacional;
- ii. sem casa/sem alojamento – pessoas em alojamentos em fase de inserção, alojamento provisório, pessoas em alojamentos para imigrantes, pessoas em instituições penais ou médicas, pessoas em instituições de cuidado destinadas a pessoas sem domicílio, em alojamento acompanhado, alojamento de transição acompanhado ou alojamento assistido;
- iii. habitação precária – pessoas a viver provisoriamente alojadas pela família ou amigos, sem arrendamento (subaluguer), pessoas a viver em ocupação ilegal de uma construção ou de um terreno, pessoas em risco de despejo ou pessoas vítimas de violência doméstica;
- iv. habitação inadequada – pessoas que vivem em estruturas provisórias, desajustadas às normas sociais, pessoas em alojamento indigno e pessoas que vivem em condições de sobrelotação severa (Coutinho, 2021, p. 10).

Portugal, seguindo esse modelo, adota o termo “pessoa em situação de sem-abrigo”, porém o subdivide em duas categorias equivalentes aos dois primeiros tipos do ETHOS, o que pode ser melhor observado a partir da definição presente na ENIPSSA 2025-2030:

Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, situação documental, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, condição socioeconómica, condição de saúde física e mental e situação de deficiência, se encontre:

Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou

Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito (Portugal, 2024, p. 6).

É possível observar, assim, que os termos adotados nos dois países são similares. Ambos utilizam a expressão “em situação de”, que reverte a ideia de ser algo que define quem essas pessoas são, focando no estado atual como algo que pode ser transitório, o que, também, permite a compreensão deste como sendo um grupo heterogêneo de pessoas, pois o que as une não é uma “essência” em comum e sim vivências similares. As maiores diferenças entre os termos são o foco maior ou menor na rua e a subdivisão que existe de “sem teto” e “sem casa” em Portugal, que não existe no Brasil, onde o termo “em situação de rua” é utilizado de modo mais amplo, abrangendo as duas categorias portuguesas.

Dito isso, neste trabalho será utilizado o termo “pessoa em situação de rua” ou “população em situação de rua” para referir-se a esse grupo de pessoas tanto a nível global quanto no contexto brasileiro, ou, ainda, “personagens em situação de rua” quando o foco estiver nas obras ficcionais. Já o termo “pessoa em situação de sem-abrigo”, incluindo suas subcategorias “sem teto” e “sem casa”, só será utilizado ao abordar o contexto específico de Portugal. Optou-se assim devido a inserção desta pesquisa dentro da realidade brasileira e também pela ausência de dados detalhados que permitam uma subdivisão entre “sem teto” e “sem casa” no Brasil.

## **1.2 A população em situação de rua: cenário atual**

O aumento contínuo do número de pessoas vivendo em situação de rua em diversos países é um forte indício de que este é um problema estrutural do sistema dominante. À vista disso, para uma compreensão mais ampla da população em

situação de rua, primeiramente, será apresentado um quadro a nível global, buscando analisar algumas características comuns desse grupo e alguns fatores estruturais que impulsionam a sua expansão, para que, posteriormente, seja apresentado de modo mais específico os contextos de produção das obras *Menos que um* e *Maremoto*, respectivamente: Brasil e Portugal.

### **1.2.1 A situação de rua como um fenômeno global**

O sistema global dominante é regido por uma lógica neoliberal em que tudo é medido a partir de sua potencialidade de gerar lucro, até mesmo a vida humana. Tal sistema funciona em um constante processo de “modernização”, que, em nome da “construção da ordem” e do “progresso econômico”, produz inevitavelmente um número cada vez maior de “seres humanos refugados”, isto é, seres humanos, que por deixarem de ser lucrativos ou desejáveis, são considerados descartáveis, sendo tratados como lixo (Bauman, 2005, p. 12).

Uma das principais facetas do constante processo de “modernização” é a construção, que acentuou-se durante o século XX, de metrópoles, que atuam como centros políticos, econômicos e culturais desse sistema, atraindo inúmeras pessoas em busca de melhores condições de vida. Esse processo de urbanização, frequentemente desordenado, teve como produto os atuais centros urbanos incapazes de abrigar de modo digno o contingente de pessoas que neles se encontram. Incapazes não simplesmente por falta de planejamento ou por falta de habitações, mas porque a lógica neoliberal incentiva que a escassez de habitações dignas e acessíveis exista em prol do lucro obtido com a especulação imobiliária, ao mesmo tempo em que incentiva que uma grande parcela da população seja mal remunerada por seus serviços ou sequer consiga emprego algum, enfrentando, por consequência, muitas dificuldades para conseguir sobreviver nos centros urbanos. Essa soma entre um mercado imobiliário tomado por prédios inabitados e uma massa de pessoas que possuem cada vez menos condições financeiras é uma das principais causas do crescente número de pessoas em situação de rua ao redor do mundo, pessoas que compõem uma das camadas mais vulneráveis do que Bauman define como “seres humanos refugados”.

Outra faceta importante do processo de “modernização” que contribui para tal cenário é a globalização, termo utilizado para referir-se a uma série de mudanças

financeiras, econômicas e culturais, que ganharam força no final do século XX, possibilitadas por avanços tecnológicos, e que tiveram como resultado uma maior integração global (Silva et al., 2020). Sendo um de seus elementos centrais a construção de um mercado de trabalho global que gera um fluxo intenso de migrações, majoritariamente de pessoas dos países periféricos em direção aos países do centro do capitalismo, em busca de oportunidades de emprego (Culpi, 2019, p. 50). Concomitantemente, existem outros grupos de imigrantes em exponencial crescimento, por exemplo, as pessoas forçadas a sair de seus países devido a guerras, devido a instalação de governos autoritários ou ainda devido a desastres ambientais ocasionados pelas mudanças climáticas.

Nos países onde buscam refúgio ou melhores condições de vida, os imigrantes (em maior ou menor grau dependendo de outros recortes como sua nacionalidade, classe, raça e religião) são frequentemente vistos como indesejáveis, como pessoas que vão “roubar” os empregos dos nacionais ou até como terroristas. Tais visões são alimentadas, em muitos casos, por narrativas construídas pelos Estados com o intuito de incentivar o medo em relação aos imigrantes, pois a criação de um inimigo a ser combatido permite que diminua-se o foco nas ameaças reais ao bem-estar da população, as quais são majoritariamente geradas pelo mercado (Bauman, 2005, p. 68). Isto é, os ataques terroristas, cometidos por alguns grupos extremistas, são utilizados para a criação de narrativas em que os acontecimentos são distorcidos para embasar generalizações xenofóbicas que apontam os imigrantes como terroristas, para que, assim, o medo coletivo desvie a atenção da incerteza econômica (Bauman, 2005, p. 71).

Dessa forma, os imigrantes, em especial os que migraram de modo compulsório, são um grupo extremamente vulnerável, pois, além de sofrerem com tais narrativas xenofóbicas, são alvos de uma série de obstáculos impostos a suas vidas por não terem acesso aos mesmos direitos que aqueles considerados “cidadãos plenos”. Todas essas dificuldades particulares aos imigrantes se somam aos supracitados problemas ocasionados pela lógica neoliberal, fazendo com que uma grande parcela de imigrantes viva em situação de rua.

Quando se busca entender a dimensão da população em situação de rua a nível global, um grande problema é a imprecisão dos dados, devido a questões como: a ausência de uma definição padrão desse grupo; a falta, em muitos países, de pesquisas internas sobre a população em situação de rua; a subnotificação dos

dados por parte de muitos governos; e a relutância de uma parcela dessa população em comunicar-se com as autoridades (Chamie, 2020). Entretanto, os dados existentes permitem aproximações da dimensão real, nesse sentido, o artigo *As Cities Grow, So Do the Numbers of Homeless*, escrito pelo demógrafo Joseph Chamie e publicado pela Universidade de Yale em 2020, projeta, partindo de relatórios nacionais, que pelo menos 150 milhões de pessoas no mundo, o equivalente a 2% da população global, não possuem uma casa para morar e que outras 1.6 bilhões de pessoas, o equivalente a 20%, carecem de uma habitação adequada (Chamie, 2020).

Ainda de acordo com a mesma pesquisa, os países que possuem os índices mais altos de pessoas sem habitação são os países da periferia do capitalismo, estados falidos e países em conflito ou sofrendo com desastres naturais, lugares, em sua maioria, que possuem um número alto de migrantes internos (Chamie, 2020). Contudo, os países centrais do capitalismo, não tendo mais “espaços vazios” para onde enviar os seres humanos refugados, como costumavam fazer com suas colônias (Bauman, 2005), são, agora, obrigados a manter dentro dos seus territórios aqueles que consideram indesejáveis, como as pessoas em situação de rua.

Por exemplo, nos Estados Unidos da América (EUA), um dos países hegemônicos no capitalismo global, foram registradas, segundo dados do *The National Alliance to End Homelessness*, 653.104 pessoas sem habitação em uma única noite em janeiro de 2023, o que representa um aumento de mais de 12,1% em relação ao ano anterior, sendo a maior taxa de aumento de um ano para o outro desde o começo da coleta de dados dessa organização em 2007 (State of Homelessness, 2024). A pesquisa, ainda, traz outros dados relevantes como o fato de que apenas 7 dos 50 estados do país são responsáveis por um total de 63% das pessoas vivendo nessa situação, não por acaso é em tais estados (Califórnia, Nova Iorque, Flórida, Washington, Texas, Oregon e Massachusetts) que estão localizados os principais centros urbanos estadunidenses (State of Homelessness, 2024).

Outro exemplo é a Inglaterra, onde, segundo dados do *Shelter*, foram registradas, em uma noite de 2022, 271.000 pessoas sem uma habitação permanente, o que corresponde a 1 a cada 208 pessoas vivendo no país (Rich, 2023). Cabe mencionar, ainda, que este número se refere principalmente a pessoas vivendo nas ruas e em acomodações temporárias, sendo 45% delas crianças (Rich, 2023).

Tal cenário global se agravou durante o período recente da pandemia de covid-19, em que o coronavírus SARS-CoV-2 assolou os quatros cantos do mundo, principalmente entre os anos de 2020 e 2022, mesmo período, aliás, em que foram publicadas as duas obras analisadas nesta pesquisa e em que está ambientada a narrativa de *Menos que um*. Essa pandemia, ainda tão fresca na memória coletiva mundial, não teve o mesmo impacto na vida de todas as pessoas, as que mais sofreram, como ocorre em qualquer crise, foram as pessoas consideradas descartáveis para a sociedade capitalista.

Por um lado, muitas pessoas perderam os seus empregos e as suas casas devido às consequências econômicas da pandemia e do mau gerenciamento de alguns governantes, o que contribuiu para o já crescente aumento da população em situação de rua. Por outro lado, a principal medida de contenção do vírus era o distanciamento social, entretanto, a população em situação de rua não podia isolar-se em casa ou realizar a higienização necessária, estando, assim, mais exposta ao vírus. Além disso, muitos dos serviços sociais foram reduzidos ou interrompidos durante esse período, ao mesmo tempo que os auxílios criados para diminuir os impactos da pandemia frequentemente não levavam em consideração as particularidades das pessoas em situação de rua; por exemplo, no Brasil, muitos não conseguiam receber o auxílio emergencial de 600 reais por não possuírem documentação (Silva, Natalino, Pinheiro, 2021).

Em contrapartida, apesar de todos os danos provocados pelo vírus e pela ineficiência de parte dos governantes, muitas das situações vividas pela população geral durante a pandemia já eram e continuam sendo uma realidade para os seres humanos refugados. Em relação ao distanciamento social, por exemplo, os negros, grupo social que compõe a maioria da população em situação de rua no Brasil, o vivenciam, segundo Severino Ngoenha, desde o começo da escravatura até os dias atuais, sem nunca terem saído do confinamento nas senzalas,

Volvidos cinco século da sua viagem gratuita, eles continuam a construir e limpar grandes cidades que não habitam (São Paulo, Detroit, Nova Iorque) e (sobre)vivem confinados nos dormitórios da Jamaica em Lisboa, de St. Denis em Paris, nas Favelas do Brasil, em Harlem ou no Bronx nos EUA (2022, p. 47).

Esse distanciamento social possui a dimensão supracitada da segregação espacial (tópico que será aprofundado nos capítulos seguintes), mas também está interligada com uma separação temporal, em uma visão, defendida por Ngoenha

(2022), de que as comunidades humanas “não se encontram só espacialmente separadas nos topos cosmológicos, mas vivem também temporalidades diferentes” (2022, p. 41). Nesse sentido, Ngoenha (2022), ao analisar o contexto da pandemia de covid-19, defende que os africanos já sofriam há muitas décadas com mazelas similares às que o restante do mundo estava experienciando naquele momento como consequência do vírus e da gestão catastrófica de alguns líderes políticos, isto é, o restante do mundo estava vivendo, durante aqueles anos, tempos africanos, marcados por: “confinamento, distanciamento social, hospitais inospitais - sem médicos, nem máquinas e medicamentos suficientes - desemprego galopante, crise económica, miséria, incerteza, morte” (Ngoenha, 2022, p. 46).

Tais tempos africanos possuem muitos paralelos com os tempos vividos pelas pessoas em situação de rua, especialmente porque são ambos atravessados pelo colonialismo e vivenciados por aqueles considerados descartáveis pelo sistema dominante. Tendo isso em vista, partindo dos objetos desta pesquisa, é possível esboçar que os tempos das pessoas em situação de rua são compostos pelo movimento daqueles, que como Chilves, percorrem quilômetros e mais quilômetros da cidade em uma busca constante e sempre incompleta. São compostos pela espera, que contrasta com a insuportável pressa de quem tem fome; de quem, como Seno Chacoy, espera em longas filas por entrevistas de emprego, enquanto sua hérnia ameaça estourar; ou de quem, como Boa Morte, também carregando uma hérnia, espera a tarde inteira que um carro estacione na rua António Maria Cardoso em um dia vazio, ou, ainda, espera a vida inteira pela resposta da filha a uma carta nunca enviada. Os tempos das pessoas em situação de rua são compostos pela vigilância, pelo medo de saber-se vulnerável a todo instante, especialmente quando se é mulher e adolescente como a Jéssica. É, frequentemente, o tempo do amadurecimento precoce, da criança, que como Dido, perde seu direito a brincar. Às vezes é o tempo afetado pelo trauma, como o tempo de Fatinha e de Zélia, marcado por memórias dolorosas que se confundem com o presente. Os tempos das pessoas em situação de rua são compostos pela violência, como o assassinato de Glenda por policiais ou como tantas outras violências que ela sofreu em vida. Mas, também, é o tempo compartilhado em comunidade, em redes de apoio e afeto construídas na rua. E, às vezes, é o tempo da poesia, como a que escreve Iraquitán em seus cadernos de coleção de palavras.

### 1.2.2 A população em situação de rua no Brasil

No Brasil, de modo similar ao que ocorre em outros países, não existe uma pesquisa periódica de abrangência nacional que levante dados específicos relacionados à população em situação de rua, o que prejudica a efetividade das políticas pensadas para tal grupo. O exemplo mais nítido é o Censo Demográfico, realizado a cada dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o levantamento mais importante em termos de análise da população brasileira e permanece focado somente nas pessoas que estão domiciliadas, mesmo em sua edição mais recente concretizada em 2022 (Natalino, 2023).

Atualmente, as pesquisas mais abrangentes para a compreensão da população em situação de rua no Brasil são as publicadas pelo IPEA, as quais têm utilizado como principal base os dados obtidos pelo Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas)<sup>4</sup> e pelo Cadastro Único (CadÚnico)<sup>5</sup>. O primeiro é um processo de monitoramento que, por meio de um questionário eletrônico, coleta dados sobre a implementação das políticas de assistência social e que, desde 2013, também coleta todos os levantamentos referentes à quantidade de pessoas em situação de rua realizados pelas secretarias municipais de assistência social (Natalino, 2023). Já o segundo é um registro que concentra informações sobre as pessoas em situação de pobreza, para que elas possam acessar diversos programas sociais do governo (Natalino, 2023). Nenhum dos dois instrumentos é destinado exclusivamente ao levantamento de dados sobre as pessoas em situação de rua, e ambos apresentam falhas nesse sentido, contudo, são as melhores fontes atuais e servem como parâmetros efetivos para estimar o número real de pessoas em situação de rua (Natalino, 2023).

Dito isso, os dados mais recentes divulgados pelo IPEA são referentes ao ano de 2022 e trazem como estimativa a existência de 281.472 pessoas em situação de rua no Brasil, o que representa um crescimento de 38% em relação ao ano anterior e 211% em relação a 2012 (Natalino, 2023). Cabe mencionar, entretanto, que, segundo Natalino (2023), pelo menos parte do crescimento acentuado entre 2021 e

---

<sup>4</sup> Conferir:

<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/vigilancia-socioassistencial-1/censo-suas1>

<sup>5</sup> Conferir:

<https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>

2022 pode ser explicado pelo aumento de registros no CadÚnico. De qualquer forma, o crescimento da população em situação de rua ocorre em uma velocidade muito superior ao crescimento vegetativo da população brasileira como um todo, que, segundo os dados oficiais do Censo, cresceu 6,5% entre 2010 e 2022, o que equivale a um crescimento de 0,52% por ano (IBGE, 2023).

Seguindo o padrão global, a maior parte da população em situação de rua no Brasil está concentrada nos grandes centros urbanos, 37% das 281.472 pessoas estimadas vivem em cidades que possuem entre 100.001 e 900 mil habitantes, enquanto outros 36,4% dessas pessoas vivem nas ruas de cidades que possuem mais de 900 mil habitantes (Natalino, 2023). Um ponto que se destaca, também, é o aumento, nos últimos anos, do número de pessoas em situação de rua no Norte do país, que ocorre de modo mais acelerado do que em outras regiões, o que se explica em parte por essa ser a região que recebe a maior parte dos refugiados que chegam ao Brasil. Em 2023, 72% das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado do país foram registradas em estados da região Norte, sendo a maior parte dos solicitantes provenientes da Venezuela, país que faz fronteira com os estados de Amazonas e Roraima (Junger et al., 2024). Os venezuelanos também são uma parcela significativa do total de estrangeiros que estão em situação de rua no Brasil, entre os 10.586 estrangeiros que estão nessa situação, 30% são venezuelanos, sendo a segunda nacionalidade mais numerosa, atrás apenas dos angolanos, que totalizam 32% (Natalino, 2024a).

Para além da questão migratória, outros recortes sobre o perfil da população em situação de rua, a partir dos registros do CadÚnico, indicam que essa é composta por uma maioria masculina, sendo as mulheres somente 11,6% da população adulta nessa situação, e uma maioria negra, sendo 68% autodeclarada como tal (Natalino, 2024b). Ademais, em relação à circulação no território urbano, 58% da população em situação de rua costuma dormir na rua com alguma frequência, um terço costuma dormir em albergues, à parte de outros espaços de repouso menos comuns, como domicílios particulares (Natalino, 2024b).

Ainda sobre o perfil dessas pessoas, uma pesquisa divulgada pelo IPEA, que analisa as informações extraídas do CadÚnico em 2023, destaca como os três motivos principais que levam as pessoas a viver nas ruas: a exclusão econômica, a fragilização ou a ruptura de vínculos familiares e problemas de saúde (Natalino, 2024b). A dimensão econômica é citada por 54% das pessoas e envolve fatores

como desemprego, perda de moradia e a distância do local de trabalho; a questão familiar é citada por 47,3% das pessoas e envolve, por exemplo, os casos de violência doméstica; por fim, os problemas de saúde são citados por 32,5% das pessoas e abarca problemas relacionados à saúde física e mental, sendo o abuso de drogas um problema que se destaca (Natalino, 2024a, 2024b). Por fim, cabe ressaltar que é comum que os motivos listados se manifestem em conjunto.

### **1.2.3 A população em situação de sem-abrigo em Portugal**

Em Portugal, diferentemente do Brasil, existe uma pesquisa periódica de abrangência nacional destinada especificamente ao levantamento de dados das pessoas em situação de sem-abrigo. Esta pesquisa se chama “Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo” e é uma das ações da ENIPSSA, estratégia que existe desde 2009, sendo o primeiro grande esforço para o estudo desse fenômeno em Portugal (Coutinho, 2021). Até o presente momento tal estratégia teve três versões (2009-2015, 2017-2023 e 2025-2030), a atual, aprovada em abril de 2024, reforça como visão:

Consolidar uma abordagem estratégica, integrada, multidisciplinar e holística de prevenção e intervenção face ao fenómeno, garantindo uma atuação eficiente e eficaz, centrada nas pessoas, por forma a que ninguém venha a vivenciar a situação de sem-abrigo, e muito menos permanecer na rua por ausência de alternativas (Portugal, 2024, p. 5).

Cabe mencionar que a implementação dessa estratégia a nível nacional em Portugal está conectada à discussão desse fenômeno a nível europeu, que começa a ser uma questão prioritária para a União Europeia entre os anos 2000 e 2010, ganhando destaque com a inclusão da temática na Estratégia Europa 2020, definida em 2010, e sendo reforçada por maiores investimentos sociais no combate ao fenômeno desde 2013 (Lisboa, 2019). Tal questão, também, integra, desde 2018, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (Portugal, 2024).

Dito isso, os dados mais recentes do supracitado inquérito são referentes ao ano de 2023, obtidos por meio de um questionário respondido pelos concelhos (municípios) de Portugal, “através da articulação das diferentes instituições de intervenção local” (Enipssa, 2024a). Cabe mencionar que os dados dessa edição são referentes a 167 dos 278 concelhos portugueses, pois um município não enviou respostas, três municípios tiveram suas respostas desconsideradas por

apresentarem dados que não condiziam com a realidade e outros 110 registraram ausência de pessoas em situação de sem-abrigo (Enipssa, 2024a).

Os resultados apurados pela última edição do inquérito indicaram, dessa forma, 13.128 pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, o que representa um aumento de 21,8% em relação a 2022 e 117% em relação a 2018 (Enipssa, 2020; 2023; 2024a). A última edição aponta ainda que 987 pessoas adquiriram uma habitação permanente em 2023 (Enipssa, 2024a), indicando que, apesar dos esforços para retirar as pessoas das ruas, há um aumento contínuo de novas pessoas em situação de sem abrigo.

Foram identificadas pessoas nessa situação dispersas por todo o território continental, entretanto, somente os concelhos que compõem a Área Metropolitana de Lisboa (AML) concentram 37,1% do total (Enipssa, 2024a). Ainda, ao contrário das outras regiões do país onde predomina a quantidade de pessoas em condição de sem-teto, na AML 69% das pessoas em situação de sem-abrigo estão em condição de sem casa (Enipssa, 2024a), o que sinaliza uma concentração maior dos esforços de assistência nesta região.

Em relação ao perfil da população em situação de sem-abrigo, o inquérito aborda separadamente os dados referentes às pessoas em condição de sem teto e de sem casa, as quais representam, respectivamente, 58,7% e 41,3% da população total (Enipssa, 2024a). Acerca do último grupo, cabe mencionar que a situação habitacional mais frequente são os quartos pagos, situação em que se encontram 44% dessas pessoas (Enipssa, 2024b). Em ambas as categorias predominam as pessoas do sexo masculino e de nacionalidade portuguesa com alterações em relação as percentagens, entre as pessoas em condição de sem teto 68% são do sexo masculino e 86% são portugueses, enquanto entre as pessoas em condição de sem casa 77% são do sexo masculino e 64% são portugueses (Enipssa, 2024a). Entre os estrangeiros, as nacionalidades dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) são as mais frequentes, representando 5% entre as pessoas em condição de sem teto e 13% entre as pessoas em condição de sem casa (Enipssa, 2024b).

No entanto, é relevante mencionar que os dados referentes às pessoas em condição de sem teto são menos precisos, o que se deve em parte à percentagem menor de acompanhamento recebido, uma vez que 69% dessas pessoas possuem um gestor de caso, número consideravelmente inferior aos 94% referentes às

peessoas em condição de sem casa (Enipssa, 2024a). O que é significativo tendo em vista que o gestor é, dentro do modelo da ENIPSSA, o responsável pelo acompanhamento e definição do plano individual de integração das pessoas em situação de sem-abrigo (Lisboa, 2019). Nesse sentido, diversas falas de pessoas que trabalham em instituições de apoio indicam que possivelmente a porcentagem de imigrantes vivendo nessa situação seja superior a registrada, o provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, por exemplo, fez, em julho de 2024, a seguinte afirmação: “cerca de 40% das pessoas que nos procuram nesta unidade de apoio (...) são estrangeiros e isso marca uma mudança significativa face àquilo que era a realidade desta unidade” (Aumento e mudanças no perfil de sem-abrigo obriga a afinar políticas, diz ministra, 2024). É o que afirma, também, uma matéria escrita por Wilson Ledo e publicada pela *CNN* em dezembro de 2024, em que são entrevistadas algumas pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa: “As instituições a trabalhar com esta população reconhecem que a situação se está a agravar. Basta passar uma manhã no Espaço Aberto ao Diálogo, da Comunidade Vida e Paz, para perceber como [os imigrantes] eram a maioria” (Ledo, 2024).

Por fim, ainda em relação ao perfil dessa população, o inquérito destaca como os principais motivos para a situação de sem abrigo: o desemprego ou a precariedade no trabalho; a dependência de álcool ou substâncias psicoativas; a ausência de suporte familiar; a insuficiência financeira associada a outros motivos e os problemas de saúde mental (Enipssa, 2024b).

#### **1.2.4 Aproximações entre Brasil e Portugal**

A partir dos dados apresentados é possível observar, em primeiro lugar, que Portugal está mais estruturado que o Brasil em relação à política de combate ao fenômeno das pessoas em situação de rua e em relação à existência de uma pesquisa nacional voltada para esse tema, tendo como vantagem estar inserido em um contexto europeu em que essa é uma pauta compartilhada, além de possuir vantagens logísticas em relação ao Brasil, uma vez que seu território é substancialmente menor que o brasileiro, sendo, também, sua população total, de aproximadamente 10.639.726<sup>6</sup> pessoas (INE, 2024), menos numerosa que a da

---

<sup>6</sup> Estimativa referente ao ano de 2023.

cidade de São Paulo, de aproximadamente 11.451.245<sup>7</sup> pessoas (IBGE, 2023). Tudo isso sem mencionar que Portugal se sustentou durante muitos séculos e até um passado recente por meio da exploração de suas colônias, sendo uma delas o próprio Brasil. Contudo, mesmo com suas vantagens, a política portuguesa, também, não tem sido o bastante para conter esse fenômeno, e sua pesquisa segue apresentando lacunas, principalmente em relação aos dados das pessoas em condição de sem teto, que, como já mencionado, são menos precisos que os das pessoas em condição de sem casa.

Em segundo lugar, é possível estabelecer aproximações entre os dois países e o panorama global, como o aumento contínuo e expressivo de pessoas em situação de rua, as quais habitam principalmente os grandes centros urbanos. Além disso, os imigrantes são uma presença significativa entre a população em situação de rua dos dois países, ainda que representem uma parcela maior em Portugal onde são aproximadamente 20% do total, enquanto no Brasil estima-se que seja menos de 4% da população.

Em relação à imigração, outro ponto de aproximação é a nacionalidade dos estrangeiros, sendo os angolanos os mais numerosos no Brasil e as nacionalidades dos PALOP de modo geral as mais numerosas em Portugal. Uma aproximação maior seria possível se a pesquisa da ENIPSSA trouxesse as especificações de quais desses países africanos representam uma parcela maior dos imigrantes em situação de sem-abrigo. Contudo, outras informações permitem vislumbrar a vulnerabilidade experienciada pela população angolana em Portugal, um exemplo é o relatório que divulga a quantidade de casos de tuberculose em 2022, no qual os angolanos são indicados como representantes da maioria dos casos entre os estrangeiros (Lusa, 2024). Dentro desse quadro, cabe, ainda, destacar que os imigrantes de modo geral, mantiveram-se

[...] como uma população em situação de maior vulnerabilidade, com uma taxa de notificação quatro vezes superior à média nacional (58,5 casos por 100 mil imigrantes em 2022), verificando-se também um aumento na proporção de casos, em comparação com 2021 (30,1% em 2022 e 25,9% em 2021)", salienta a DGS [Direcção-Geral da Saúde] (Lusa, 2024, n.p).

O desnivelamento entre a média nacional de casos e a média entre a população imigrante já é um indício da situação de vulnerabilidade desta, a qual é explicitada pela diretora do Programa Nacional para a Tuberculose (PNT) ao citar a

---

<sup>7</sup> Estimativa referente ao ano de 2022.

situação de sem-abrigo, as dificuldades de acesso ao sistema de saúde, a presença de outras doenças e a dependência química como fatores que contribuem para uma maior suscetibilidade para a doença (Lusa, 2024). A relação entre a tuberculose e a vida em situação de rua pode ser observada também no Brasil, onde o contágio entre a população em situação de rua é 56 vezes maior comparado ao contágio da população domiciliada (Boca de rua, 2024a).

De modo complementar, as porcentagens referentes à nacionalidade, também, sugerem uma presença negra na população em situação de rua em Portugal, ainda que a ausência de dados dificulte a comparação concreta com o Brasil, onde 68% dessa população é composta por negros.

Outras aproximações, enfim, são possíveis, como a composição majoritariamente masculina da população e os motivos similares que levam as pessoas à situação de rua, os quais podem ser sintetizados, em ambos os países, pelo tripé: exclusão econômica, ausência de suporte familiar e problemas de saúde. Dito isso, as comparações entre os dados referentes aos dois países apontam tendências similares em ambos, ainda que a realidade das pessoas em situação de rua em cada contexto apresente as suas particularidades.

### **1.3 Representações literárias: estigmas e subversões**

Destacou-se na introdução deste trabalho que as pessoas em situação de rua são invisibilizadas tanto nos espaços urbanos quanto nas narrativas literárias, exclusão sustentada, em larga medida, pela difusão de discursos que estigmatizam essas pessoas e que as tipificam, por exemplo, como “perigosas”, “vagabundas”, “sujas”, “loucas” e/ou “coitadinhas” (cf. Mattos; Ferreira, 2004). Tendo isso em vista, a seguir serão brevemente apresentadas as representações de alguns desses estigmas em obras literárias lusófonas protagonizadas por personagens em situação de rua, expondo, assim, os discursos que sustentam tais estigmas e apresentando possibilidades de subversão desses pela literatura. Para esse fim foram selecionadas as seguintes obras: *Capitães da areia* (1937), de Jorge Amado; *Nunca houve tanto fim como agora* (2017), de Evandro Affonso Ferreira; *Se o passado não tivesse asas* (2016), de Pepetela; e *Pão de açúcar* (2018), de Afonso Reis Cabral. Além disso, foram feitas referências à obra *Quarto de despejo* (1960), de Carolina

Maria de Jesus, pois, ainda que não seja protagonizada por uma personagem em situação de rua, essa foi considerada pertinente para o debate aqui proposto.

### 1.3.1 As pessoas em situação de rua como “perigosas”

Em *Capitães da areia*, obra do escritor brasileiro Jorge Amado, o grupo homônimo de mais de cem meninos em situação de rua habitava um trapiche em Salvador e sobrevivia, basicamente, de roubos e furtos. Na narrativa, as atividades ilegais do grupo são abordadas por perspectivas diversas, entre essas se sobressaem duas visões contrastantes: há, por um lado, o discurso criminológico que compreende os capitães da areia como perigosos e desprovidos de humanidade, o que é defendido por uma parcela da população, pelo diretor do reformatório e pela polícia; e, por outro lado, há o discurso defendido, principalmente, pelo padre José Pedro, que os compreende como vítimas da situação em que se encontram. Essa disputa de percepções está clara no seguinte diálogo entre o padre e uma senhora chamada Margarida:

— “Ai de quem faça mal a uma criança”, falou o Senhor — e o padre José Pedro elevou a voz acima do desprezo da velha.

— Isso não são crianças, são ladrões. Velhacos, ladrões. Isso não são crianças. São capazes até de ser dos Capitães da Areia... Ladrões — repetiu com nojo (Amado, 2008, p. 84).

Enquanto o padre defendia que os capitães eram crianças que precisavam de ajuda e cuidados, a senhora, pautada em um discurso criminológico, taxava eles unicamente de “ladrões”, como se ao lhes atribuir tal rótulo estivesse lhes retirando toda a sua humanidade e definindo as suas “essências”. Em outro trecho em que o diretor do reformatório se refere a Pedro Bala, é possível observar como esse discurso está fundamentado em um pensamento racista: “— É o chefe dos tais de Capitães da Areia. Veja... O tipo do criminoso nato. É verdade que você não leu Lombroso... Mas se lesse, conheceria. Traz todos os estigmas do crime na face” (Amado, 2008, p. 213). Cesare Lombroso, mencionado pelo diretor, foi um médico do século XIX, precursor do positivismo, que defendia a possibilidade de definir características físicas e psicológicas que compunham um “delinquente nato”, isto é, uma pessoa que possuía uma predisposição hereditária para o crime, sendo que os

traços que definiam o “delinquente nato” eram, fundamentalmente, aqueles associados aos negros (Prado; Linardi, 2022).

Ainda que a defesa aberta de tais ideias seja considerada menos admissível nos dias atuais, os discursos que estigmatizam os grupos marginalizados, como as pessoas em situação de rua, frequentemente passam por ideias racistas similares. É o caso dos já mencionados discursos que taxam os imigrantes como ameaças à economia e à vida dos nacionais, e é o caso, também, de discursos que estendem tal estigma para todos os pobres. Nesse sentido, Caldeira (2000) denomina de “fala do crime” as formas corriqueiras de categorizar certos grupos como perigosos, destacando, em falas de pessoas da classe média de São Paulo entrevistadas no final do século XX, a associação feita entre o crime, os moradores das favelas e as pessoas vindas do norte e nordeste do país.

Ainda em relação a *Capitães da areia*, a narrativa apresenta outra perspectiva que, aproximando-se do discurso do padre, compreende os capitães como heróis, cujos crimes são justificáveis na busca pela reparação das desigualdades e das injustiças do sistema. Tal perspectiva está presente, por exemplo, nas aventuras que os capitães vivem em Salvador, similares às lidas pelo professor em seus livros ou em notícias sobre o Lampião. Está presente nas suas regras de moralidade, pautadas no compartilhamento igualitário e na lealdade para com o grupo. E está presente, especialmente, na representação de Pedro Bala como um líder respeitado por todo o grupo, que foi torturado sem entregar seus aliados, que resgatou Dora, sua noiva, do orfanato e que, por fim, seguindo o exemplo de seu pai, se tornou um militante do movimento sindical para lutar pelo povo da Bahia.

No âmbito das representações literárias das pessoas em situação de rua, um outro exemplo é a obra *Nunca houve tanto fim como agora*, escrita pelo também brasileiro Evandro Affonso Ferreira. Na obra, Seleno, décadas depois de ter saído das ruas, narra as suas memórias da juventude, quando vivia nessa situação, a qual experienciou sempre em um quinteto de jovens, que variou de composição ao longo dos anos devido ao alto índice de mortalidade nas ruas, mas que teve como principais membros - para além do narrador - Eurídice e Ismênio. Em suas memórias são mencionados alguns roubos pontuais cometidos pelo quinteto, sendo a maior parte voltados para itens considerados supérfluos, mas que representam tentativas de recuperar a dignidade que lhes foi negada, como quando Seleno rouba um pote de blush para Eurídice poder disfarçar a palidez gerada pela infecção pulmonar

fulminante que ocasionou seu óbito. Diferentemente de *Capitães da areia*, tais crimes são abordados por uma perspectiva única, a de Seleno, que os descreve com naturalidade e indica a violência como uma exceção nas ações do quinteto.

Um terceiro e último exemplo é a obra *Se o passado não tivesse asas*, de Pepetela, escritor angolano. A narrativa acompanha a vida dos protagonistas durante dois momentos da história de Angola: os últimos setes anos da Guerra Civil (1975 - 2002) e o ano de 2012, já no pós-guerra. Nesse primeiro momento, que é mais relevante para o recorte desta pesquisa, houve várias migrações para Luanda de pessoas fugindo do conflito, muitas das quais acabavam tendo que viver nas ruas ao chegar na capital (cf. Costa, 2021), o que é representado na obra a partir de Himba e Kassule, duas crianças que perderam suas respectivas famílias e se conheceram tentando sobreviver na cidade.

Ao contrário das duas narrativas brasileiras, os protagonistas de *Se o passado não tivesse asas* não cometem nenhum crime durante o tempo em que vivem em situação de rua, sobrevivendo apenas dos alimentos jogados fora. Entretanto, são apresentados outros grupos que vivem de assaltos, como o Desperado Kid, cujos integrantes são definidos, pelos protagonistas e pelo narrador heterodiegético, exclusivamente por sua agressividade. Apesar das distinções marcadas entre os grupos, a narrativa demonstra que para parte da população todos os jovens em situação de rua são igualmente criminosos: “Ouvia muitas vezes os ilhéus reclamarem com a polícia, ponham mais agentes para os controlar, mandem todos para os musseques, a Ilha é boa demais para eles, façam uns cercados com arame farpado no mato e ponham todos lá dentro” (Pepetela, 2017, p. 85).

Sendo assim, esses ilhéus gostariam que as personagens em situação de rua, vistas como “perigosas”, fossem isoladas, preferencialmente encarceradas, de modo similar ao desejo de uma parcela da sociedade em *Capitães da areia*. Entretanto, em *Se o passado não tivesse asas*, diferentemente das outras duas obras, o roubo é apresentado com um tom de julgamento maior, sem que seja mencionada uma intenção de reparar as desigualdades ou de recuperar a dignidade negada.

### **1.3.2 As pessoas em situação de rua como “vagabundas”**

As pessoas em situação de rua realizam os mais variados serviços, os quais são, entretanto, mal remunerados e não lhes garantem os devidos direitos trabalhistas, o que as impossibilita de viver de modo mais digno. É o que afirmam, também, os jornalistas do *Boca de Rua*:

Somos trabalhadores: guardamos carros até de madrugada, vendemos nas sinaleiras debaixo do sol quente e do mau tempo, ajudamos nas montagens de shows, carregamos tijolos nas obras, catamos o lixo da sua casa, mas nada disso é valorizado. Muitos de nós possuem profissão. Têm marceneiros, pedreiros, jardineiros, técnicos, cabeleireiros e até gente com diploma como professor e advogado. Sem falar nos artistas, músicos, malabaristas, artesãos (Boca de rua, 2024a, p. 10).

Apesar da variedade de trabalhos que realizam, dentro da lógica neoliberal existem uma série de discursos que contribuem para o estigma dessas pessoas como “vagabundas”, como, por exemplo, a ideia de “meritocracia”, que ignora o quanto as realidades desiguais dificultam a mobilidade social, atribuindo às conquistas somente ao esforço individual. Dentro dessa ideia, a situação de rua é uma consequência da falta de esforço, o que justifica ações como o projeto de lei que previa uma multa de 17 mil reais para as pessoas que doassem comida à população em situação de rua da cidade de São Paulo, projeto que, em 2024, foi aprovado em primeiro turno, sendo, porém, arquivado (Honório, Rodrigues, Machado, 2024).

Outro exemplo são os discursos que imputam a um grupo o estigma de “preguiçoso”, o que é possível observar nas já mencionadas entrevistas realizadas por Caldeira, em que tal rótulo é atribuído aos nortistas: “Devia acabar com essa vinda de gente pra cá, devia dar condições pra eles lá. Mas a turma é indolente também, não quer saber de trabalhar” (2000, p. 31). Nesse sentido, é interessante observar que as mesmas pessoas que categorizam os pobres como “perigosos” também os atribuem o estigma de “preguiçosos”, demonstrando uma conexão entre ambos os pensamentos que passa por origens colonialistas e racistas semelhantes.

Em relação a tal estigma, as três obras literárias mencionadas no subtópico anterior não são exemplos tão pertinentes, tendo em vista que todas são enfocadas em crianças e adolescentes. Entretanto, *Capitães da areia* permite vislumbrar essa questão ao trazer a ideia do estar nas ruas como um “vagabundear”. Ou, também, ao trazer a figura do “malandro” como um dos futuros frequentes para os capitães da areia, caminho que segue Boa-Vida, descrito como: “Inimigo da riqueza e do trabalho, amigo das festas, da música, do corpo das cabrochas. Malandro. Armador

de fuzuês. Jogador de capoeira navalhista, ladrão quando se fizer preciso. De bom coração [...]” (Amado, 2008, p. 246).

Seguindo a mesma direção da tipificação de “perigoso”, a malandragem é abordada por diferentes perspectivas na obra de Jorge Amado. Dessa forma, enquanto no trecho destacado o “malandro” é marcado por características múltiplas, em outros momentos é sinônimo de “criminoso”, como quando os moradores de um bairro aristocrático exigem a punição dos capitães: “Urge uma providência que traga para semelhantes malandros um justo castigo e o sossego para as nossas mais distintas famílias” (Amado, 2008, p. 11).

Por fim, cabe destacar que a “malandragem” não é apresentada como a única possibilidade para os capitães, outros caminhos são seguidos por eles no final da narrativa, é o caso, por exemplo, do Professor que se torna um famoso pintor, de João Grande que se torna um marinheiro em um navio cargueiro ou de Pirulito, que com o intuito de posteriormente seguir a sua vocação religiosa, decide realizar vários trabalhos informais.

### **1.3.3 As pessoas em situação de rua como “sujas”**

Em *Nunca houve tanto fim como agora*, a situação de rua das personagens é marcada pelo Relento, que, associado com o abandono, é descrito como sendo repleto de ranhos e remelas, remetendo às frequentes doenças que os acometiam e acompanhada por uma alusão à sujeira. Esse Relento, assinalado com letra maiúscula, é reiterado obsessivamente ao longo da narrativa, sendo tratado como um ser capaz de comunicar-se e de agir de modo intencionado, o que pode ser observado no trecho a seguir: “Eram insaciáveis os cochichos eróticos noturnos do Relento, que, abusivo, ejaculava ranhos e remelas sobre nossos rostos indefesos - abuso infantil por parte da natureza” (Ferreira, 2017, p. 86). Pelo abuso do Relento é possível observar a vulnerabilidade brutal a que estão submetidos os corpos dessas personagens, desnudos da proteção de um lar, da família ou do Estado.

Em relação às doenças, além da presença contínua dos ranhos e remelas, outras tantas menções são feitas a infecções pulmonares, sendo, por exemplo, essa a causa da morte de Eurídice, como já foi mencionado. Já em relação à sujeira, apesar de algumas tentativas por parte das personagens de higienização pessoal, o que prevalece é a descrição enfática e por vezes hiperbólica do fedor, que parece,

em partes, justificar, para o narrador, a rejeição que sofriam: “Nojo — às vezes sentíamos nojo uns dos outros: sujidade ultrapassava colunas de Hércules. Fedentinosos, nossos corpos quase sempre exalavam fedor repulsivo, azedume de compreensível repelência” (Ferreira, 2017, p. 44-45).

Tal estigma da sujeira, reforçado de certa forma pelo narrador de *Nunca houve tanto fim como agora*, está sustentado por um pensamento higienista, que surgiu no século XIX e segue inspirando discursos atualmente. Suas origens estão relacionadas às crescentes aglomerações urbanas e as condições sanitárias das cidades da época, que geravam preocupações relacionadas à proliferação de doenças físicas e morais, as quais eram frequentemente associadas à classe trabalhadora, vista como fétida, degenerada, promíscua e transmissora de doenças (Rossi, 2021). Sendo assim, o objetivo do higienismo era eliminar as enfermidades físicas e morais, buscando disciplinar os corpos a partir, por exemplo, da educação e de reformas urbanas, como a destruição dos cortiços (Rossi, 2021).

Em relação ao estigma de uma “sujeira moral”, interligado, principalmente, com uma noção de libertinagem, Seleno se aproxima do pensamento higienista ao focar o envolvimento sexual entre o quinteto, que girava principalmente em torno de Eurídice, e que, por vezes, é descrito por ele a partir de um juízo moralista. O que pode ser observado, também, quando aparece uma mulher misteriosa que, nas palavras de Seleno: “Durante três dias transformou nosso quinteto de razoável moderação num sexteto sodomita. [...] Foram três longos dias, três longas noites de intrigas, relações sexuais também a três, drogas, delírios, experiências inauditas” (Ferreira, 2017, p. 108).

Dito isso, uma interpretação possível para a adoção dessa perspectiva é a incorporação dos estigmas por parte das pessoas em situação de rua, tendo em vista que o narrador está contando as suas memórias pessoais e que a difusão desses discursos na sociedade faz com que sejam reproduzidos, também, pelas pessoas mais afetadas por eles.

Seguindo uma abordagem diferente, em *Capitães da areia* e em *Se o passado não tivesse asas* a sujeira é pouco enfocada. Na obra de Jorge Amado, ela aparece geralmente em segundo plano e não é atribuída a todas as personagens, o que se pode observar, por exemplo, no cuidado que Gato e Pirulito tinham com suas roupas, as costurando quando julgavam necessário. De modo similar, na obra de Pepetela, a sujeira, quando mencionada, é descrita como um estado temporário,

mas que serve como distinção entre “nós” e “eles”. Um dos momentos em que é mais abordada é durante a trajetória de Himba até Luanda e em sua chegada à cidade, o que assinala, também, a transição da sua vida no interior com a sua família para a vida que ela passa a ter nas ruas: “Tinha consciência de estar suja, talvez a cheirar mal, por isso nem ousava entrar na loja. Bem, quanto ao odor, talvez não fosse grave, cheirava à cidade, por isso ninguém notaria” (Pepetela, 2017, p. 31). Nesse trecho, seu mau cheiro é relativizado por ser algo inerente àquela cidade, em uma oposição com a realidade que estava acostumada no campo, ao mesmo tempo, a sua sujeira é o suficiente para saber que o seu acesso à loja seria negado, assim como é negado a outros lugares em diferentes momentos da narrativa.

Em relação às doenças, em *Capitães da areia*, o principal episódio é uma epidemia de varíola ou bexiga negra que assola a cidade, a qual não é apresentada como estando relacionada com a higiene dos mais pobres, porém, os afeta de modo mais amplo, uma vez que apenas os ricos haviam se vacinado. A narrativa mostra, ainda, uma tensão entre o modo como a saúde pública, pautada pelo higienismo, tratava os doentes e as tentativas de humanizá-los, como quando o padre José Pedro leva um dos capitães para o médico ao invés de denunciá-lo para que fosse recolhido aos lazaretos, como obrigava a lei.

Já na obra de Pepetela não é relatado nenhum caso significativo referente a doenças, a maior parte dos males físicos que acometem as personagens são provindos de violências ou relacionados diretamente à guerra, como é o caso da deficiência física de Kassule, ocasionada por uma mina terrestre. No máximo é apresentada uma breve menção à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), quando Dona Isabel, uma senhora que ajudava os protagonistas, alerta Himba do risco de infectar-se por conta do seu envolvimento com Tobias.

Por fim, em relação à “sujeira moral”, nas três obras selecionadas, as personagens são jovens que amadurecem precocemente devido a situação em que se encontram, porém, em *Capitães da areia* e *Se o passado não tivesse asas*, não é atribuído um juízo moral a todos os protagonistas como na obra de Ferreira. Outro ponto de aproximação entre as duas últimas obras é que a libertinagem é apresentada como uma característica comum ao masculino, acompanhada muitas vezes pela violência física, sendo as mulheres influenciadas ou vítimas dos desejos masculinos. Na obra de Pepetela é possível observar isso a partir do relacionamento de Himba com Tobias, imposto a ela e aceito resignadamente pelo entendimento de

que ele ao menos a protegeria de agressões como as que sofreu por membros do Desperado Kid. Já na obra de Jorge Amado, os capitães da areia, além de terem o hábito de soltar palavrões e fumar cigarros, também, costumavam “derrubar negrinhas no areal”, ato feito sem consentimento, por outro lado, era mal visto o sexo homossexual, sendo os “pederastas passivos” expulsos do grupo. Ou seja, o grupo agia de acordo com suas próprias regras de moralidade, que, também, eram influenciadas pelos preconceitos da época.

Por fim, outro livro que aborda esse tema com maestria é *Pão de Açúcar*, de Afonso Reis Cabral, escritor português. Sua narrativa ficcionaliza o caso real de Gisberta, uma travesti<sup>8</sup> brasileira, que foi torturada e assassinada por 13 meninos que tinham entre 12 e 15 anos. Caso que aconteceu, em 2006, na periferia da cidade portuguesa de Porto, em um prédio abandonado da rede de hipermercados Pão de Açúcar, onde habitava Gisberta em sua barraca. A obra de Cabral é narrada por Rafael, que, dez anos após o acontecido, aborda uma trajetória de lembranças que passam pelo desenvolvimento da sua amizade complicada com Gisberta e culminam em seu envolvimento nas agressões que ceifaram a vida dessa mulher.

Essa obra é um exemplo pertinente para a discussão aqui proposta, pois as motivações para o crime, expostas a partir da perspectiva de um dos algozes, partem de uma estigmatização da Gisberta como “suja”. Durante toda a narrativa, Rafael se encontra dividido entre a amizade, e até mesmo o desejo que desenvolve por Gi, e o nojo, pautado por discursos higienistas. Mesmo nos momentos em que ele enfatiza a importância de Gi em sua vida, Rafael sempre mantém sua repulsão, atribuída de modo interligado: ao mau cheiro; às doenças e às infecções sexualmente transmissíveis, adquiridas durante os anos em que ela trabalhou na prostituição; ou, ainda, simplesmente a sua identidade de gênero.

Um dos momentos mais representativos dessa batalha interna é quando Rafael ao abraçar Gi pela primeira vez sente uma ereção e logo depois a empurra brutalmente. Chegando ao ponto de vomitar após a interação e realizar uma limpeza exagerada para retirar o cheiro de Gisberta de seu corpo. Em outros momentos, sua “sujeira” é descrita como sendo impossível de lavar, como se o mau cheiro fosse secundário em comparação a uma “sujeira moral”. Um exemplo disso é quando, em uma memória, ela aparece adorando uma estatueta de Nossa Senhora: “A Gi sorria

---

<sup>8</sup> Termo utilizado na América Latina para referir-se a mulheres que foram designadas como homens ao nascer, mas que não se identificam com este gênero.

para a imagem e pedia-lhe “Faz de mim tua filha”. Repetida a cada dia, a ladainha dava-lhe uma esperança imbecil como esfregar-se com o sabão macaco e nunca ficar limpa” (Cabral, 2021, p. 103). Nesse episódio, ocorre a insinuação de que Gisberta nunca será perdoada por seus “pecados” ou vista como uma mulher por determinada percepção cristã conservadora, por mais que peça repetidamente a santa; desejo que é equiparado a uma sujeira física que não pode ser limpa. Exemplificando, assim, a interligação que é estabelecida pelo narrador entre o mau cheiro, as doenças e a identidade de gênero de Gisberta.

### **1.3.4 Subversão dos estigmas**

A literatura, como já mencionado na introdução deste trabalho, possui como um dos seus potenciais o desmascaramento consciente da sociedade, ao expor em suas narrativas diversas injustiças e desigualdades. Nesse sentido, trazendo para o centro sujeitos marginalizados, a literatura possibilita, também, uma aproximação com realidades ignoradas, o desmascaramento dos discursos que sustentam a estigmatização e a construção desses sujeitos como seres dotados de subjetividades, o que, por sua vez, contribui para a subversão dos estigmas.

O breve quadro desenvolvido nos subtópicos anteriores permite contemplar que, de modo geral, os estigmas e os discursos que os sustentam estão presentes, através de abordagens variadas, nas obras literárias que focalizam as pessoas em situação de rua. Nos exemplos destacados, são expostas as visões reducionistas de quem não enxerga para além dos estigmas, as visões de quem, seguindo no sentido oposto, romantiza as personagens em situação de rua e a visão das próprias personagens que, por vezes, incorporam esses estigmas. Entretanto, ainda que algumas dessas obras abordem a estigmatização das pessoas em situação de rua de um modo mais abrangente que outras, todas expõem a questão, incitando reflexões que contribuem para um olhar menos estigmatizado.

Dito isso, para além do desmascaramento apresentado até aqui, o objetivo deste subtópico é destacar algumas das múltiplas possibilidades que a literatura apresenta de subverter os estigmas a partir de uma representação dos grupos excluídos como compostos por seres dotados de subjetividade. Nesse sentido, um exemplo marcante é o que escreve a brasileira Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo*, obra que, apesar de não focar em uma personagem em situação de rua,

traz uma narradora e autora autoficcional, Carolina, que vive em vulnerabilidade habitacional, possuindo uma casa precária que compartilhava com os filhos na, hoje extinta, favela do Canindé, em São Paulo. Como sobrevive da coleta de materiais do lixo, Carolina perambula pelas ruas da cidade e narra com maestria a arquitetura urbana marcada pela segregação espacial: “... Eu classifico São Paulo assim: O Palacio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2014, p. 32). Dessa sua classificação virá a metáfora que dá título à obra, evidenciando a vulnerabilidade e a falta de moradia digna na cidade. Sendo assim, a escrita é a forma que Carolina encontra de denunciar a desigualdade social, mas principalmente a forma de expressar a sua subjetividade e retomar um pouco da dignidade que lhe é negada: “Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela” (Jesus, 2014, p. 58).

Retomando algumas obras mencionadas anteriormente, em *Nunca houve tanto fim como agora*, tal percepção única de cada pessoa, relacionada com uma capacidade inventiva, pode ser observada no modo como Ismênio é capaz de atribuir tantos significados distintos a palavra “obsoleto”: “\*Chamo à memória dia aquele em que Ismênio disse a Eurídice que eu tinha amor muito bonito por ela — lindamente obsoleto. Desconfio que, para ele, essa palavra tinha significados tão numerosos quanto os olhos de Argos” (Ferreira, 2017, p. 67). Outro exemplo, nessa mesma obra, são as diferentes histórias que Eurídice inventava para suprir com imaginação as faltas da vida, como quando mostrou aos seus companheiros uma foto de um homem que dizia ser seu pai, até confessar: “*Fui lá no cemitério central e roubei esta foto que estava num túmulo luxuoso — acordei com vontade de ter um pai morto de verdade*” (Ferreira, 2017, p. 11-12).

A subjetividade também pode ser observada pela complexidade de sentimentos experienciados por cada ser humano, o que é muito bem retratado em *Sem-pernas*, um dos capitães da areia, que apesar de viver consumido pela raiva que sente do mundo, ridicularizando os outros e nutrindo planos de vingança, era capaz, por outro lado, de sentir um amor profundo por uma senhora que lhe acolhe como filho, de afeiçoar-se a um cachorro que havia anteriormente maltratado e de chorar de emoção ao girar em um carrossel. Ou, ainda, a subjetividade pode ser observada nos modos variados com que pessoas que experienciam situações

similares reagem, o que é bem marcado pelas direções divergentes que seguem Himba e Kassule, ela buscando adaptar-se ao sistema que a oprimiu e ele buscando resistir aos padrões de comportamento que considerava imorais.

Esses são somente alguns exemplos de como a literatura é capaz de organizar e expressar de forma densa a subjetividade que está presente em todo ser humano, mas que é ignorada e reduzida a estigmas quando se trata de grupos subalternizados, como as pessoas em situação de rua. A observação desse potencial da literatura será, assim, aprofundada ao longo deste trabalho, principalmente a partir da análise de *Menos que um* e *Maremoto*, no capítulo 3.

## 2 Os territórios e a disputa pelo direito de ir, vir e permanecer

*Afinal, quem tem o direito de ir e vir? Pela lei, qualquer cidadão. Então, por que o povo da rua é barrado em tantos lugares? É pela roupa, pela cara, pelo cheiro? Estamos marcados? Por que precisamos sofrer abordagem de polícia e da segurança sem termos feito nada, quando estamos tomando sol na praça ou, simplesmente, caminhando? (Boca de rua, 2023a, p. 2).*

A população em situação de rua, como exposto na reportagem acima, enfrenta diversos obstáculos para transitar pela cidade, o que dificulta, também, a sua permanência nos espaços e a sua sobrevivência cotidiana. Ao mesmo tempo, essa população encontra formas de contornar os obstáculos, ocupar os territórios, construir suas redes de apoio e afeto, e sobreviver. Dessa forma, analisar os territórios urbanos ocupados pelas pessoas em situação de rua, na perspectiva aqui adotada, significa observar os processos de exclusão socioespacial e de resistência que compõem a cidade experienciada por elas.

Neste capítulo serão apresentados, assim, os estudos que embasam essa perspectiva de “território”, observando alguns dos elementos que compõem a disputa das pessoas em situação de rua pelo direito de ir, vir e permanecer, o que, em última instância, significa poder existir e ser.

### 2.1 Espaço, território e des-reterritorialização

O espaço humano ou social está presente e exerce influência no cotidiano de todos os indivíduos, fazendo com que a sua análise seja de extrema importância para a compreensão das diversas práticas sociais, é isto que argumenta o geógrafo Milton Santos ao afirmar que: “A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social” (2004, p. 172). Esse espaço é, assim, segundo a definição de Santos, o espaço geográfico definido por e definidor das relações sociais, as quais são representadas neste em suas diferentes temporalidades, isto é, o espaço é definido por “um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura

representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções” (2004, p. 153).

Em consonância com a visão de Santos, o também geógrafo Rogério Haesbaert reforça a impossibilidade de compreensão da sociedade sem levar em consideração o espaço social, destacando, além disso, a relevância de sua dimensão “territorial”, segundo ele, “sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (2024, p. 20).

Essa dimensão territorial é inseparável do conceito de espaço social, contudo, levanta outras questões que a tornam um foco relevante para esta pesquisa. Nas palavras de Haesbaert (2009), enquanto o espaço social “é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua coexistência/simultaneidade” (p. 105), o território se define, dentro da dimensão espacial, pelo “foco centralizado na espacialidade das relações de poder” (p. 105). Relações que, partindo da visão complexa desenvolvida por Michel Foucault (2021), compõem uma rede sustentada pela produção de discursos de verdade, onde todos os indivíduos exercem o poder e sofrem a sua ação, ainda que não de modo igualitário.

Dentro dessa perspectiva relacional, o território é visto como “mediação espacial do poder” e, portanto, resultado “da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder” (Haesbaert, 2024, p. 93). Por um lado, isso torna pertinente a adoção de uma análise geográfica integradora que leve em consideração todas essas dimensões, ao assumir que o território é composto por seu caráter político, econômico e cultural de modo interligado (Haesbaert, 2024). Por outro lado, sendo as relações de poder situadas historicamente, o território tampouco pode ser analisado sem levar em consideração os períodos históricos (Haesbaert, 2024). Dessa forma, tal compreensão de território se distancia da noção jurídico-política, perpetuada pelo Estado-nação durante a modernidade, em que o território era tido como um conceito puro e a-histórico que se resumia ao território estatizado, e se aproxima, assim, de uma noção do território como um híbrido, definido pelo seu uso (Santos, 2005).

Partindo dessa perspectiva geográfica relacional e integradora, Haesbaert propõe dois processos que em conjunto compõem a territorialização, os quais são

baseados nos conceitos de Henri Lefebvre de “domínio” e “apropriação”, e são fundamentais para compreender as relações de poder que compõem o território. O domínio está relacionado à dimensão funcional e concreta do território, possuindo traços políticos-econômicos, consiste na “apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos” (Haesbaert, 1997, p. 42, apud Haesbaert, 2024, p. 94). Já a apropriação está relacionada à dimensão simbólico-cultural do território e é um processo de atribuição de identidades territoriais pelos grupos sociais, como uma “forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem” (Haesbaert, 1997, p. 42, apud Haesbaert, 2024, p. 94). Na perspectiva de Haesbaert, ambos os processos ocorrem de modo interligado, entretanto,

[...] cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político-cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo (2024, p. 96).

Em outras palavras, tendo em vista que os grupos e/ou classes sociais são diversos e, que a territorialização consiste em “criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos)” (Haesbaert, 2024, p. 97), consequentemente, o modo como cada um se territorializa também varia. Dessa forma, “de acordo com o grupo e/ou a classe social, o território pode desempenhar os múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica” (Haesbaert, 2024, p. 96).

Por outro lado, quando algum grupo é impedido de criar essas mediações espaciais que lhe proporcionem efetivo “poder”, ou seja, quando não podem efetuar o domínio ou a apropriação do seu espaço, está em vigor uma desterritorialização (Haesbaert, 2024). Essa é entendida por Haesbaert (2024) num sentido contrário ao discurso, vinculado ao projeto neoliberal, que defende a desterritorialização como a efetivação de uma globalização irrestrita na qual o Estado e as fronteiras estariam perdendo suas forças, devido à maior facilidade da mobilidade tanto no sentido material (a partir do desenvolvimento de meios de transporte cada vez mais velozes) quanto imaterial (a partir do ciberespaço<sup>9</sup>), o que possibilitou por sua vez a “deslocalização” das grandes empresas e uma crescente hibridização cultural.

---

<sup>9</sup> O ciberespaço é um produto das tecnologias informacionais que permite o acesso a diferentes territorialidades a partir de um deslocamento “virtual” (Haesbaert, 2024).

Discordando de tal discurso neoliberal, o geógrafo brasileiro aponta, em primeiro lugar, que esse mundo sem fronteiras, onde todos são cidadãos globais, parte mais da defesa de um projeto político do que de uma análise da realidade concreta; pois, mesmo o processo de globalização tendo possibilitado tais facilidades em relação às mobilidades, às conexões e às flexibilizações econômicas, as fronteiras continuam vigentes e os Estados seguem possuindo força, o que é mais evidente, por exemplo, no controle do acesso dos fluxos migratórios ou nas permanentes guerras por territórios (Haesbaert, 2024). Ao mesmo tempo, Haesbaert (2024) argumenta que mesmo tais facilidades da globalização seguem disponíveis em sua amplitude apenas para uma parcela pequena de pessoas, sendo assim, o que se observa é uma universalização perversa, em que, segundo Santos, apesar da produção de um discurso de generalização, o resultado real é a discriminação e o aumento, “de um lado, [d]a riqueza e [d]o poder de alguns e, de outro lado, [d]a pobreza e fragilidade da imensa maioria” (2004, p. 212).

Em segundo lugar, tais facilidades de mobilidade e conexões não são, segundo Haesbaert (2024), uma desterritorialização de fato, visto que o território não se limita somente a algo estático com fronteiras fixas (próximo da ideia de território-zona<sup>10</sup>), definição que sustenta a ideia de mobilidade como sinônimo de desterritorialização. Em uma definição mais dinâmica e mais condizente com a realidade pós-moderna, o movimento está incorporado ao território e a partir dele também é possível ocorrer a territorialização. A noção que melhor exprime esse caráter dinâmico é “território-rede”, isto é, territórios mais descontínuos e sobrepostos entre si, porém intensamente articulados a partir de redes (físicas e virtuais) que conectam diferentes pontos e áreas (Haesbaert, 2024). Tais redes e suas articulações não funcionam, entretanto, de modo aleatório, como afirma Santos,

[...] quem produz, quem comanda, quem disciplina, quem normaliza, quem impõe uma racionalidade às redes é o Mundo. Esse mundo é o do mercado universal e dos governos mundiais. O FMI, o Banco Mundial, o GATT, as organizações internacionais, as Universidades mundiais, as Fundações que estimulam com dinheiro forte a pesquisa, fazem parte do governo mundial, que pretendem implantar, dando fundamento à globalização perversa e aos

<sup>10</sup> Os territórios-zona eram a forma de organização espaço-territorial dominante durante a modernidade, assim como os territórios-rede são a forma dominante hoje, contudo, eles seguem existindo e compõem o todo complexo que é a multiterritorialidade (Haesbaert, 2024). Haesbaert os descreve como sendo “mais tradicionais, forjados no domínio da lógica zonal, com áreas e limites (“fronteiras”) relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, onde a organização em rede adquire um papel secundário” (2024, p. 306).

ataques que hoje se fazem, na prática e na ideologia, ao Estado Territorial (2005, p. 259).

De modo complementar, tornar-se necessário atualizar a lista estruturada por Santos com a adição das grandes empresas de tecnologia (*big techs*), tendo em vista a influência cada vez maior que elas possuem no contexto mundial, a partir, por exemplo, do seu monopólio sobre o ciberespaço.

Dessa forma, partindo da definição mais dinâmica de território, o que é entendido como desterritorialização pela ideologia neoliberal é melhor descrito, afirma Haesbaert, a partir do conceito de multiterritorialização, referindo-se, assim, ao movimento concomitante de acesso, conexão e desconexão de múltiplos territórios, como consequência justamente da predominância “de relações sociais construídas através de territórios-rede” (2024, p. 338).

Cabe mencionar que os territórios-rede e a multiterritorialidade não surgem com a globalização, eles sempre estiveram presentes, considerando que “toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios” (Haesbaert, 2024, p. 344). As principais diferenças atuais em relação a outros períodos históricos são o aumento da quantidade de territórios/territorialidades disponíveis, a velocidade com que se pode transitar, o quanto as próprias territorialidades se tornaram mais móveis e como esses diferentes territórios acessados não simplesmente se justapõem, mas constroem algo novo (Haesbaert, 2024). Tais diferenças, por sua vez, modificam a relação das pessoas com os territórios e as relações entre os territórios.

Posto isso, essa “desterritorialização” vinculada ao discurso neoliberal, que é melhor descrita como uma multiterritorialização, frequentemente esconde a verdadeira desterritorialização sofrida pelos grupos excluídos ou “precariamente incluídos”<sup>11</sup> (Martins, 1997 apud Haesbaert, 2024), aqueles que, diferentemente dos mais ricos que podem escolher suas (multi)territorialidades, não possuem controle sobre os territórios que habitam (Haesbaert, 2024). Um exemplo significativo são os mais pobres desempregados ou submetidos a empregos cada vez mais precarizados, como as pessoas em situação de rua, que, a partir de mobilidades

---

<sup>11</sup> O termo surge a partir da crítica do sociólogo Josué de Souza Martins à noção de exclusão vinculada a uma leitura economicista e entendida como uma situação fixa onde a reação da vítima não é levada em consideração. Sendo assim, segundo o autor, os processos de inclusão precária, mais ligados a uma leitura “sociológico-política” e menos fixos, são “formas pobres, insuficientes e, às vezes, até indecentes de *inclusão*” e que envolvem a própria “reinclusão ideológica na sociedade de consumo” (Martins, 1997, p. 21 apud Haesbaert, 2024, p. 317).

compulsórias em busca de sobrevivência ou de imobilidades por ausência de opções, experienciam a desterritorialização principalmente devido à “precarização das suas condições básicas de vida”, somada muitas vezes à “negação de sua expressão simbólico-cultural.” (Haesbaert, 2024, p. 251).

Entretanto, essa desterritorialização não é absoluta, é sempre parte de um processo relacional des-reterritorializador (sempre hifenizado), porque ao mesmo tempo que esses grupos são desterritorializados, eles buscam outras formas de (re)territorializar-se, de resistir, de intervir nos seus territórios e (re)criar laços territoriais, ainda que o resultado seja, muitas vezes, uma territorialização precária<sup>12</sup> (Haesbaert, 2024).

Tal processo relacional é muito bem exemplificado em *Becos da Memória*, de Conceição Evaristo, e *Nosso Musseque*, de Luandino Vieira, duas obras que retratam as histórias de pessoas vivendo em comunidades periféricas que são expulsas de suas casas devido à especulação imobiliária. A partir da análise comparativa elaborada por Gustavo Rückert e Cristina Forli (2017), é possível observar que as expulsões sinalizam a precariedade do domínio que as personagens exerciam sobre suas moradas, ao mesmo tempo que geram um inconformismo que reforça o sentimento de pertença comunitária a tais espaços; suas revoltas não impedem a continuidade da lógica especulativa, entretanto, os narradores encontram outras formas de reterritorialização: Maria-Nova, narradora de *Becos da Memória*, realiza sua apropriação a partir da reivindicação do direito à escrita e, conseqüentemente, das suas memórias de desterritorialização; já o narrador de *Nosso Musseque*, que não nasceu naquela periferia (musseque), se apropria do espaço a partir da sua união afetiva com Carmindinha, símbolo de tal comunidade e de uma luta contra a opressão colonial.

## 2.2 Contenção territorial

No contexto atual do mundo globalizado em que há uma supervalorização da mobilidade material e imaterial como um símbolo de poder, o domínio de territórios-zona, isto é, o domínio sobre áreas delimitadas, continua sendo relevante,

---

<sup>12</sup> A territorialização precária está interligada ao conceito de “inclusão precária” anteriormente apresentado, referindo-se, de modo geral, às formas insuficientes de territorialização de grupos socioeconomicamente vulneráveis.

mas perde a sua centralidade para o controle sobre os fluxos e as conexões (Haesbaert, 2005; 2024). Dessa forma, uma parcela da sociedade usufrui das tecnologias e dos acessos que lhe possibilitam experienciar uma multiterritorialização rápida e ampla, ao passo que os seres humanos refugiados sofrem cada vez mais com as dinâmicas de contenção territorial, isto é, técnicas e dispositivos que controlam a mobilidade visando a separação desses grupos estigmatizados (Haesbaert, 2015), e que, somadas a suas condições precárias de vida, dificultam seus processos de territorialização.

As dinâmicas de contenção territorial atuais preservam, segundo afirma Haesbaert (2024), estratégias da sociedade moderna clássica ou da “sociedade disciplinar”, utilizando o termo desenvolvido por Michel Foucault, a qual era marcada pela vigilância constante e pela “individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (Foucault, 2021, p. 181). Isso pode ser visualizado, por exemplo, na população carcerária que segue em expansão, na permanência de outras instituições voltadas para o confinamento de seres humanos considerados indesejáveis, como os manicômios, ou, ainda, nos muros que seguem sendo construídos para delimitar as fronteiras entre “nós” e “eles”. Entretanto, tais estratégias voltadas para o confinamento de indivíduos perdem sua preponderância para o uso de novas tecnologias que permitem um controle maior dos espaços de circulação, como as câmeras de vigilância onipresentes ou a difusão dos meios de comunicação de massa, as quais mantêm, contudo, o objetivo máximo de controle de corpos e mentes (Haesbaert, 2024).

De modo complementar, Bauman (2005) também estabelece uma distinção entre tais estratégias de contenção, a partir da análise de um “antigo Big Brother” e um “novo Big Brother”. O antigo, vinculado a uma ideia de controle pelo confinamento, estaria hoje mais restrito às “partes periféricas e marginalizadas do espaço social, tais como guetos urbanos, campos de refugiados ou prisões” (Bauman, 2005, p. 163). Enquanto, o novo, vinculado a uma ideia de controle da circulação, tem como preocupação central “identificar as pessoas “desajustadas” no lugar onde estão, bani-las de lá e deportá-las para o lugar “que é delas”, ou melhor, jamais permitir que se aproximem” (Bauman, 2005, p. 162). Os dois irmãos atuam em conjunto para policiar e servir “à linha de fronteira entre o “dentro” e o “fora”” (Bauman, 2005, p. 163).

Ambos os autores destacam as políticas de insegurança e do medo como o sustentáculo da contenção territorial na sociedade atual, as quais produzem discursos de verdade (Foucault, 2021) que, a partir de ampliações e distorções de dados reais de violência, direcionam a culpa da insegurança para determinados grupos de pessoas consideradas indesejáveis. O que é exemplificado nos discursos, mencionados no capítulo anterior, que atribuem o estigma de “perigosos” a grupos como os imigrantes que são vistos como “terroristas” e “ladrões de emprego” (Bauman, 2005) ou, ainda, a grupos como a classe trabalhadora brasileira, predominantemente negra, que é criminalizada e violentada (Caldeira, 2000). É exemplificado, também, nos discursos que atribuem os estigmas de “vagabundos” e “sujos” aos mesmos grupos, uma vez que tais preconceitos estão em larga medida interligados, possuindo, como já comentado, raízes colonialistas similares, ainda que sofram variações de acordo com as interseccionalidades que compõem cada sujeito.

Parte da estratégia dessas políticas é difundir seus discursos de verdade a tal ponto que os próprios indivíduos rejeitados incorporem os estigmas que lhe são atribuídos, o que, em conjunto com a violência concreta da polícia e dos narcotraficantes, é, muitas vezes, o suficiente para contê-los (Haesbaert, 2015). Ao mesmo tempo, na tentativa de livrar-se desses estigmas, os sujeitos rejeitados estabelecem diferenciações entre si, o que é exemplificado por Caldeira em sua análise da “fala do crime”:

Como esse tipo de estereótipo é feito de preconceitos que afetam sobretudo os pobres, e como são eles que moldam as explicações e tentativas de exprimir distinção dos próprios pobres, seu uso sempre implica num esforço de deslocamento: os estereótipos têm que ser direcionados a um outro lugar pior, mesmo se esse lugar é o outro lado da rua (2000, p. 85).

A proliferação de tais discursos, também, provoca o escalonamento do medo, o que, por sua vez, impulsiona uma necessidade de distanciar-se das pessoas estigmatizadas. Demanda marcada, ademais, pela tentativa de ignorar o quão tênue é a linha que separa os “cidadãos plenos” do refugio, nas palavras de Bauman: “Odiamos essas pessoas porque sentimos que aquilo que elas sofrem diante de nossos olhos bem pode se mostrar, e muito em breve, um ensaio de nosso próprio destino” (2005, p. 158).

É esse medo que está na base da expansão da indústria da segurança que, segundo Bauman, “se torna rapidamente um dos principais ramos da produção de refugio e fator fundamental no problema de sua remoção” (2005, p. 14), isso porque

tal indústria impulsiona os discursos que estigmatizam os seres humanos refugados, ao mesmo tempo que é impulsionada por tais discursos, fazendo com que esses sujeitos sejam vistos como um problema cada vez maior que só a indústria da segurança pode resolver.

Dentro da expansão da indústria de segurança, Caldeira (2000), destaca duas práticas de contenção territorial que ganharam destaque no final do século XX (e continuam em expansão): a privatização da segurança e a construção de enclaves fortificados. Caldeira (2000) aponta a privatização da segurança como sendo uma tendência de diversos países ocidentais, que, somada à permanência da violência policial administrada pelo Estado, aumentam os abusos sofridos pelos grupos estigmatizados. Já os enclaves fortificados são “espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais” (Caldeira, 2000, p. 11-12).

Ambas as tendências, complementadas pela sofisticação das tecnologias de vigilância, envolvem um crescente investimento em segurança pessoal que contribui para a privatização e controle do espaço público, visando a um maior distanciamento e uma maior distinção social (Caldeira, 2000). Os condomínios residenciais, como o famoso Alphaville, incluem estruturas cada vez mais completas com o objetivo de evitar que os moradores precisem ultrapassar as barreiras que contêm os seres indesejáveis (Caldeira, 2000). Em outros espaços, como nos shopping centers ou nos parques privatizados, é estabelecida uma circulação controlada (Caldeira, 2000), onde existe um convívio relativamente maior entre diferentes classes, porém, mantendo o controle sobre os corpos marcados pela estigmatização.

Tais tendências não erradicam as técnicas anteriores de segregação espacial, que permanecem presentes na composição das cidades, como é o caso da separação por largas distâncias entre o centro, onde habitam as classes altas e médias, e os bairros periféricos, destinados às habitações precárias dos mais pobres (Caldeira, 2000), espaços definidos por Ngoenha como “novas senzalas”. Todavia, tais tendências provocam mudanças significativas, pois, ao estabelecer divisões cada vez mais explícitas, alteram a qualidade do espaço público, criando o que Caldeira (2000) denomina de “Cidade de Muros”. Nas palavras da pesquisadora,

Como poderia a experiência de andar nas ruas não ser transformada se o cenário é formado por altas grades, guardas armados, ruas fechadas e

câmaras de vídeo no lugar de jardins, vizinhos conversando, e a possibilidade de espiar cenas familiares através das janelas? A idéia de sair para um passeio a pé, de passar naturalmente por estranhos, o ato de passear em meio a uma multidão de pessoas anônimas, que simboliza a experiência moderna da cidade, estão todos comprometidos numa cidade de muros (Caldeira, 2000, p. 301).

Dito isso, as pessoas em situação de rua, abandonadas do lado de fora desses muros, experienciam diferentes camadas de segregação. Suas possibilidades de ocupação são limitadas pela privatização dos espaços públicos, ao mesmo tempo, nos espaços que restam são tratadas de modo hostil por uma parcela da população, pelos seguranças e pela polícia. Sem recursos precisam percorrer vários quilômetros a pé para trabalhar, alimentar-se, realizar a higiene pessoal ou mesmo para fugir da violência. Em seus caminhos são vigiadas, hostilizadas e proibidas de acessar a grande parte dos espaços da cidade.

A população em situação de rua é alvo, também, de diversas ações higienistas que visam a sua expulsão dos territórios ocupados. Em bairros ricos ou no centro da cidade, é comum os proprietários de casas ou comércios usarem técnicas para afastá-la que “variam de instalar esguichos que funcionam em horários imprevisíveis em marquises a esticar correntes para impedir o uso de pátios, entradas e calçadas e cercar parques públicos” (Caldeira, 2000, p. 319). Em outros espaços são construídas estruturas pontiagudas ou outras formas de arquitetura hostil, as quais permanecem mesmo quando a legislação proíbe, como a Lei Padre Júlio Lancellotti (Lei 14.489/2022), que veda tais construções hostis no espaço público brasileiro. Uma forma de burlar essa lei, por exemplo, é a utilização de plantas, como denuncia uma reportagem do *Boca de Rua*:

Nesta “higienização”, vale tudo para tirar as pessoas das ruas. Até flores. O pessoal que costumava se abrigar embaixo de uma aba, no Bradesco da Protásio, em frente ao Hospital de Clínicas foi retirado. No lugar, construíram floreiras. Muita gente deve ter achado bonito substituir pessoas necessitadas por plantas. Eles chamam de “paisagismo”. Paisagem sem gente (Boca de Rua, 2023a, p. 6).

Para além da construção dos obstáculos, são realizadas, pelas prefeituras e forças de segurança, ações de “limpeza social”, como a remoção dos pertences das pessoas em situação de rua na tentativa de expulsá-las dos locais. Nesses casos os protestos dos atingidos são, normalmente, respondidos pelo Estado com a alegação de que houve um aviso prévio referente às remoções e de que sua motivação é uma suposta preocupação com a população em situação de rua. Contudo, tais alegações

parecem não condizer com a realidade, é o que se observa em vídeos de uma remoção realizada em novembro de 2024, em Arroios, uma freguesia de Lisboa:

Em pelo menos um desses vídeos é observável e audível um dos indivíduos em situação de sem abrigo a queixar-se de que não lhe terão dado tempo de recolher os seus bens. “Chegaram e fomos expulsos, porque não somos ninguém. Mas, ao menos, deveriam ter deixado tirar a minha tenda e as minhas coisas. E agora, vou fazer o quê? Vou dormir onde?”, questiona o homem, sob o ruído da operação de limpeza. A fonte da Junta de Arroios garante, porém, que “foram todos avisados” (Alemão, 2024).

Ademais, são utilizadas estratégias de confinamento da população em situação de rua, como a internação compulsória em clínicas de reabilitação ou as prisões muitas vezes injustas. Mesmo as unidades de acolhimento são, muitas vezes, formas de retirá-los das ruas sem garantir um mínimo de dignidade, o que é tragicamente exemplificado pelo incêndio ocorrido em 2024 em uma unidade da rede de “Pousadas Garoa”, em Porto Alegre, em que onze pessoas morreram. Em uma série de reportagens, o *Boca de Rua* denuncia as condições precárias das pousadas, onde várias pessoas habitavam com subsídios da prefeitura:

Apesar de já ter acontecido outro incêndio anteriormente em uma das pousadas, e das muitas queixas sobre as condições insalubres e perigosas dos quartos, infestados de bichos, sem ventilação, com fios elétricos à mostra, o convênio vinha sendo renovado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) desde 2020. E o mais grave, os locais não tinham Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) e nem alvará para funcionar como moradia (Boca de Rua, 2024c, p. 14).

Em última instância, quando não conseguem - ou quando não é vantajoso para a especulação imobiliária - remover essas pessoas dos territórios que ocupam, são utilizadas, por vezes, formas de confiná-las nesses territórios. Um exemplo recente é a construção de um muro de 40 metros de extensão cercando a região do Fluxo<sup>13</sup> no centro de São Paulo, criando, assim, um “campo de concentração”. A matéria do *G1* sobre o caso afirma que: “Em tese, os usuários são livres para sair e entrar no local, mas, segundo ativistas, são direcionados pelos guardas civis sempre para a mesma área” (Paiva, Santos, 2025). Isto é, o desejo expresso pelos ilhéus da obra de Pepetela, que pediam à polícia que os sujeitos em situação de rua fossem postos em um território cercado por arame farpado, foi atendido - para além das linhas fictícias - pelas forças públicas da cidade de São Paulo.

---

<sup>13</sup> Fluxo é o nome adotado pelos movimentos sociais para referir-se a área pejorativamente nomeada pelos grupos hegemônicos de “Cracolândia”.

Dessa forma, todas essas técnicas de contenção territorial buscam dar às pessoas em situação de rua o mesmo destino reservado a tudo e a todos que são marcados como “redundantes”, isto é, a remoção “da maneira mais radical e efetiva: tornando-os invisíveis, por não olhá-los, e inimagináveis, por não pensarmos neles” (Bauman, 2005, p. 38).

### **2.3 Contornamento territorial**

Foucault afirma que “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (2021, p. 360), ou seja, o poder não imobiliza completamente os sujeitos dominados. Nesse sentido, as variadas formas de contenção territorial não são aceitas de modo passivo pelos grupos estigmatizados, que reagem e/ou resistem, de modo mais ou menos espontâneo (Haesbaert, 2015). Tal “avesso” da contenção, tais reações e resistências Haesbaert (2015) denomina de “contornamento territorial”.

Se a contenção contribui para os processos desterritorializadores dos grupos estigmatizados, os contornamentos são formas de reterritorializar-se, mesmo que de modo precário. O que pode significar, por um lado, uma ação de domínio (controle da dimensão funcional) dos territórios, como o exemplo apresentado por Haesbaert (2015), em que vendedores ambulantes abriram buracos no muro da Linha Vermelha, no Rio de Janeiro, restabelecendo, assim, a conexão entre as favelas e as vias onde eles vendiam mercadorias aos motoristas. Ou pode significar, por outro lado, uma ação predominantemente de apropriação (controle da dimensão simbólico-cultural) dos territórios, como a escrita de Carolina Maria de Jesus, que, ao cartografar São Paulo, expressa os seus espaços vividos e afirma a sua presença na cidade, ao mesmo tempo que contribui para a subversão dos seus estigmas, como apontado no capítulo anterior.

As pessoas em situação de rua, como já debatido, são alvos de diversas estratégias de contenção territorial, para além das limitações que as suas condições precárias de vida lhe impõem, por isso precisam diariamente contornar essas barreiras para conseguirem sobreviver. Nesse sentido, elas desenvolvem técnicas de proteção contra as intempéries e contra as violências a que estão expostas, utilizando, por exemplo, os recursos precários existentes para construir suas casas nos espaços públicos e nos prédios vazios da cidade; espaços onde, também,

desenvolvem suas formas de sociabilidade, criam redes de apoio e afeto entre si, com os seus animais de estimação e com eventuais colaboradores. Como apontam Ana Paula Diniz, Pedro Henrique da Silva e Daniel Gaio, suas técnicas de sobrevivência, muitas vezes, possuem um caráter subversivo, pois

se apresentam na contramão da sociedade de mercado e das cidades para o mercado, uma vez que desobedece a lógica do consumo, da especulação imobiliária, colocando em questão o direito à cidade, o uso e gozo democrático e qualitativo de todo espaço comum e, principalmente, o mito da casa própria [...] (Gaio, Diniz, 2021, p. 101-102).

Para sobreviver e resistir, a população em situação de rua, também, encontra formas de articular-se, ampliando as suas possibilidades de ação. Um exemplo relevante disso é o MNPR, movimento atuante no Brasil desde 2004, que “tem como uma de suas premissas a inclusão de pessoas em situação de rua na discussão de qualquer assunto que esteja relacionado a elas, exige o fazer “com”” (Sicari, Zanella, 2020). O movimento hoje possui polos na maior parte dos estados brasileiros e foi fundamental para várias conquistas, como a criação de uma legislação que garantisse os direitos das pessoas em situação de rua.

O próprio jornal *Boca de Rua*, cujas reportagens são utilizadas em alguns pontos desta dissertação, é um exemplo de articulação das pessoas em situação de rua. Nas palavras dos próprios jornalistas: “O Boca é um trabalho, uma iniciativa de redução de danos e um espaço de reflexão e organização” (Boca de Rua, 2024c, p. 12). Suas reportagens trazem um olhar mais humanizado sobre essa população, subvertendo os estigmas que lhe são atribuídos, de modo similar a escrita de Carolina Maria de Jesus anteriormente mencionada. Ao mesmo tempo, abordando temas que são ignorados pelos jornais tradicionais, essas reportagens denunciam as violências vividas na rua e contribuem para a luta pelos direitos dessa população. Tal relevância pode ser observada no fato de o *Boca de Rua* ter sido “um dos principais responsáveis pela mobilização para que o público fosse considerado prioritário na vacinação e pela conscientização sobre a importância de vacinar-se: pelo menos duas edições do jornal abordaram o assunto” (Boca de Rua, 2023b, p. 10).

Além disso, o jornal possibilita que os seus integrantes ocupem espaços cujos acessos lhe seriam negados de outra forma. Por exemplo, uma de suas reportagens relata que, em 2024, “O Palácio da Alvorada, sede do governo brasileiro, abriu suas portas para o povo da rua pela primeira vez na história do país [...]” (Boca de Rua, 2024a, p. 3). Nessa ocasião, integrantes do *Boca de Rua* foram convidados, junto

com representantes de outros movimentos, como o MNPR, para o lançamento do “Plano Nacional Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua” (Boca de Rua, 2024a, p. 3). Outro exemplo é que, também em 2024, o jornal passou a integrar o acervo da imprensa nacional, ao ter todas as suas edições incorporadas à Biblioteca Nacional e ao Museu de Comunicação Hipólito da Costa (Boca de Rua, 2024c).

Por fim, dentro das possibilidades de articulação, é pertinente destacar uma última iniciativa: o Centro de Integração Social pela Arte, Trabalho e Educação (CISARTE). Uma associação criada em 2016, em São Paulo, que tem como missão “promover a porta de saída para população em situação de rua através de metodologias multidisciplinares, melhorando a qualidade de vida dessas pessoas, utilizando um atendimento humanizado com foco no resgate da identidade e dignidade”<sup>14</sup>. Entre as atividades desenvolvidas estão oficinas de artes, bem-estar e saúde, ensino de línguas e capacitação para o mercado de trabalho.

A observação dessa iniciativa permite pensar sobre o potencial da arte e da cultura como redutora de danos para as pessoas em situação de rua, uma vez que possibilitam, por exemplo, a expressão criativa de suas subjetividades e a nutrição da autoestima frequentemente abaladas pelos estigmas. É o que afirma Darcy Costa, criador do CISARTE, em seu relato para o Boca de Rua:

A cultura - o papel da cultura quando eu morava na rua - pra mim foi impressionante. Fazíamos oficinas com vidros trazidos da rua, garrafas e azulejos. Fazia mosaicos e artes em vidros. A gente fundia os vidros e saía para vender. Usava o Centro Pop pra tomar café e banho e foi através da assistente social que entrei na oficina. Quando eu estava dentro da escola de artes, aquilo era um redutor de danos pra mim. Me aconselharam a procurar o CAPS. Mas no CAPS eu ficava muito mais tempo dormindo do que qualquer coisa (Boca de rua, 2023b, p. 5).

---

<sup>14</sup> Esse trecho foi retirado do site do CISARTE: <https://cisarte.github.io/index.html>.

### **3 Menos que um e Maremoto: representações de duas metrópoles**

*Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma* (Jesus, 2014, p. 85).

Décadas atrás Carolina Maria de Jesus escreveu as palavras dessa epígrafe que revela os contrastes presentes na São Paulo de sua época, os quais se assemelham aos de tantas metrópoles contemporâneas. Apesar das proporções e contextos históricos diferentes, é extremamente atual a descrição de um encantamento com a opulência urbana que desconsidera a desigualdade, essa doença, que sustenta as cidades. *Menos que um e Maremoto*, a partir do olhar das personagens em situação de rua, apresentam cidades profundamente desiguais e, portanto, doentes; afetadas por uma mazela que a maior parte da população ignora.

Este capítulo final trará uma análise dos contrastes que marcam as metrópoles, através do foco nos territórios ocupados pelas personagens em situação de rua presentes em *Menos que um e Maremoto*. Antes disso, porém, será apresentada brevemente uma biografia das autoras de ambas as obras.

#### **3.1 As autoras e as suas obras**

##### **3.1.1 Patrícia Melo e a violência urbana**

Patrícia Melo, autora de *Menos que um*, nasceu em São Paulo, em 1962, e reside em Lugano, na Suíça, há cerca de 15 anos. Como roteirista e dramaturga, escreveu as novelas *Colônia Cecília* (1989) para a TV Bandeirantes e *A Banqueira do Povo* (1993) para a emissora portuguesa RTP; escreveu, ainda, roteiros para o cinema, trabalhando em filmes como *Bufo & Spallanzani* (2001) e *O Xangô de Baker Street* (2001), além de peças de teatro, como *A Caixa* (2003) e *A Ordem do Mundo* (2008).

Na literatura, realizou sua primeira publicação em 1994, com *Acqua Toffana*, uma obra composta por duas novelas policiais. Desde então, publicou mais 12 obras, sendo 11 romances e um livro de contos, todas lançadas por grandes editoras, primeiro a Companhia das Letras, depois a Rocco e as últimas duas

publicações pela LeYa. Extrapolando as fronteiras brasileiras, suas obras foram publicadas nos EUA, Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Holanda, Suécia, Suíça, Espanha e Portugal. Alguns de seus trabalhos mais aclamados pela crítica são: *O Matador* (1995), premiado na França e na Alemanha e adaptado para o cinema por Rubem Fonseca, no filme *O Homem do Ano* (2003); *Inferno* (2000), obra pela qual Melo recebeu o prêmio Jabuti; *Ladrão de Cadáveres* (2010), agraciado com o prêmio alemão *LiBeraturpreis*; e *Mulheres Empilhadas* (2019), que recebeu prêmios como o *Grand Prix de l'Heroïne Madame Figaro*.

Sua literatura tem em comum a temática da violência, vista por distintos ângulos, sofrida e causada por diferentes sujeitos, ocorrida em espaços variados. A própria autora define suas obras como sendo “uma cartografia da violência no Brasil”, justificando a importância do tema a partir da descrição deste como um elemento estrutural da cultura brasileira, presente desde a colonização (Sempre um papo, 2022). Outros pontos em comum em sua literatura são o extenso trabalho de pesquisa que realiza para a preparação das obras e a opção por protagonistas masculinos, rompida, entretanto, a partir de *Mulheres Empilhadas*.

*Menos que um*, um dos objetos de análise desta dissertação, foi publicado em 2022 e é o último trabalho de Patrícia Melo até o momento. Em relação a traduções, os dados são escassos, mas foi possível encontrar uma edição lançada na Suíça, em 2024, com o título de *Die Stadt der Anderen*, algo como “A cidade dos outros”.

### 3.1.2 Djaimilia Pereira de Almeida e a experiência diaspórica

Djaimilia Pereira de Almeida, autora de *Maremoto*, nasceu em Luanda, Angola, em 1982, mas cresceu e vive em Portugal. Possui uma trajetória acadêmica, tendo realizado o seu doutorado em Teoria da Literatura pela Universidade de Lisboa e tendo lecionado na *New York University*. Trabalha, ainda, como colunista, escrevendo para a revista brasileira *Quatro Cinco Um* e para o jornal português *Observador*.

Na literatura, sua primeira publicação foi *Esse cabelo*, em 2015, obra de autoficção que lhe garantiu uma estreia bem sucedida, tendo recebido o prêmio Novo e sendo publicada em 8 países até o momento. Desde então, publicou outras 13 obras, a maioria romances, mas também alguns ensaios e crônicas. Dessas as mais aclamadas são: *Luanda, Lisboa, Paraíso* (2018), publicada em 4 países, para

além de Portugal, e agraciada com o prêmio Oceanos, tal como os prêmios da Fundação Eça de Queiroz e da Fundação Inês de Castro; e *A visão das plantas* (2019), publicada em 3 países, para além de Portugal, agraciada com o prêmio Literazón e finalizando em 2º lugar no prêmio Oceanos. No Brasil, foram publicadas 5 das suas obras até o momento: *Esse cabelo*; *Luanda, Lisboa, Paraíso*; *A visão das plantas*; seu livro de ensaios *O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo* e seu último romance *O livro do meu pai*, lançado no Brasil este ano.

Em seu livro de ensaios, Almeida explicita a presença da experiência diaspórica em sua escrita:

Meu trabalho provém da experiência migratória que caracteriza minha vida e a dos meus ancestrais: portugueses que se estabeleceram em Moçambique, angolanos assimilados que se tornaram migrantes em Portugal, segunda e terceira gerações de migrantes angolanos espalhados por todo o planeta, homens e mulheres brancos portugueses que, não tendo deixado Angola na época da Independência, em 1975, ainda hoje estão no país. Antes de tudo, é inspirada por essa experiência direta que tenho abordado a tarefa de criar personagens ficcionais (Almeida, 2023, p. 47).

Sendo assim, suas obras frequentemente trazem personagens angolanas ou que passaram por Angola, que experienciam de alguma forma esse deslocamento para Portugal. Concomitantemente, suas narrativas buscam reconstruir a subjetividade que historicamente foi ignorada nas pessoas negras.

*Maremoto*, o outro objeto de análise desta dissertação, foi publicado em 2021, em Portugal. Nesse ano recebeu duas edições, primeiro em uma versão solo, e, depois, como parte do livro *Três Histórias de Esquecimento*, onde se encontram, também, *A visão das Plantas*, publicado originalmente em 2019, e *Bruma*, que não possui edição solo. *Maremoto* não foi premiado, mas foi finalista em diversos prêmios, como Oceanos, o prêmio Literário Fernando Namora e o prêmio Pen Clube Narrativa. Sua edição solo foi traduzida para o alemão e sua edição como parte de *Três Histórias do esquecimento* foi traduzida para o francês e para o inglês.

### **3.2 As metrópoles pela perspectiva das personagens em situação de rua**

As metrópoles, vistas pela perspectiva do projeto neoliberal que rege o sistema dominante, são símbolos da “globalização irrestrita”. Isto é, uma vez que tais cidades são os atuais centros políticos, econômicos e culturais, as narrativas vinculadas à lógica dominante buscam disseminar suas imagens como territórios

marcados por mobilidades - físicas e virtuais - cada vez mais rápidas, por espaços atrativos, que possam ser vendidos como “turísticos”, e por vastas oportunidades de investimento, de empregos, de consumo.

Entretanto, para construir tais imagens é necessário apagar tudo aquilo que não é visto como belo, agradável ou útil, pois, como afirma Bauman: “A separação e a destruição do refugio seriam o segredo comercial da criação moderna: cortando e jogando fora o supérfluo, o desnecessário e o inútil, seriam descobertos o belo, o harmonioso, o agradável e o gratificante” (2005, p. 31-32). O que, nesse caso, significa apagar a massa de seres humanos refugados que não possuem acesso ao mesmo tipo de mobilidade, não conseguem acessar os espaços ou os empregos considerados atrativos e não possuem a mesma capacidade de consumo, mas que são o sustentáculo da riqueza da elite globalizada que usufrui de todas essas possibilidades.

*Menos que um* e *Maremoto* subvertem tais narrativas neoliberais ao construírem imagens de duas metrópoles, São Paulo e Lisboa, a partir da perspectiva de uma das parcelas mais vulneráveis da massa de seres humanos refugados: as pessoas em situação de rua. Ambas as narrativas partem do centro da cidade, onde habita a maior parte da população em situação de rua, e apresentam como são construídas, destruídas e reerguidas as fronteiras internas que compõem as cidades.

### **3.2.1 *Menos que um*: uma visão caleidoscópica do centro de São Paulo**

A praça da Matriz é o núcleo da narrativa de *Menos que um*. Localizada no centro da cidade de São Paulo, seus espaços ficcionais não estão diretamente vinculados a pontos referenciais da realidade, isto é, os nomes e as suas disposições na narrativa não são possíveis de situar com precisão no mapa da capital paulista. Apesar disso, o estabelecimento da sua localização como parte desta cidade sugere que as referências existem, apenas são usadas de modo menos definido. Nesse sentido, cabe mencionar um dos espaços inescapáveis ao falar-se do centro de São Paulo e da história da luta das pessoas em situação de rua: a praça da Sé. Esse espaço é, por um lado, como afirma Caldeira, o “símbolo poderoso do centro da cidade, de onde se imagina que todas as estradas e ruas da cidade irradiam” (2000, p. 325), é considerada o marco zero da capital paulista e é

marcado pela Catedral Metropolitana de São Paulo, igreja matriz da arquidiocese de São Paulo. Por outro lado, esse espaço, povoado frequentemente por pequenos aglomerados de pessoas em situação de rua, foi o cenário, em 19 de agosto de 2004, do “Massacre da Sé” ou “Chacina da Sé”, quando pessoas que viviam na praça foram agredidas enquanto dormiam, sendo sete delas mortas. O episódio, representativo de uma violência sistemática, é rememorado até hoje, tendo dado origem ao Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua (Boca de rua, 2024b). Dessa forma, a praça fictícia estabelece alguns paralelos com a praça da Sé, como a alusão ao marco zero da cidade e a catedral em seu nome “Matriz”, sua localização central, suas proporções espaciais amplas, a presença de uma igreja marcando sua paisagem, seus arredores compostos por muitos casarões antigos, comércios, restaurantes, agências bancárias e hotéis e, sobretudo, a presença de aglomerados de pessoas que habitam e disputam o seu espaço.

Em *Menos que um*, a praça da Matriz é o espaço que entrelaça a vida das múltiplas personagens, cujas histórias são contadas a partir de um narrador heterodiegético que alterna o foco narrativo entre elas. A maior parte das personagens estão em situação de rua e vivem na praça da Matriz ou nos seus arredores já desde o ponto em que são introduzidas na trama, é o caso de Chilves, Jéssica, Glenda, Iraquitã e Dido. Contudo, dois focos se relacionam com a praça e com as demais personagens a partir de outros ângulos: primeiro, a trajetória de Seno Chacoy, que, inicialmente, é um funcionário da prefeitura que realiza a “limpeza” da praça da Matriz e que, após uma série de acontecimentos, passa a ser uma das pessoas vivendo na praça; depois, a trajetória de Douglas a partir do momento em que conhece Zélia.

Essa multiplicidade de vozes constrói uma visão caleidoscópica de como a cidade de São Paulo - e especialmente seu centro, representado pela praça da Matriz - é experienciada pelas personagens em situação de rua. Dessa forma, a narrativa, que é conduzida com um tom explícito de denúncia, busca abarcar as diversas camadas de exclusão impostas a esse grupo de modos distintos a partir das interseccionalidades que compõem cada indivíduo.

Cabe mencionar que tal pretensão de amplitude explica, em partes, a escolha por não estabelecer vínculos diretos com a geografia real, assim, ainda que hajam paralelos mais fortes com espaços específicos (como a praça da Sé), a praça da Matriz se torna uma espécie de sinédoque do centro de São Paulo, aproximando-se,

também, da realidade de diversas metrópoles contemporâneas, considerando que, como apontado no capítulo 1, esse é um fenômeno global. Ao mesmo tempo, essa opção permite a denúncia de algumas instituições, como será apresentado adiante, sem que sejam tecidas acusações às unidades reais específicas, denunciando, assim, a existência do problema, sem aprofundar-se em um tom jornalístico-documental ou gerar possíveis ações jurídicas contra a autora.

Chilves é um homem negro com os cabelos em penteado dread que trabalha como catador de material reciclável, percorrendo cerca de vinte quilômetros todos os dias pelas ruas do centro. Ao terminar seu serviço, se dirige para a Reciclágora, onde vende o que coletou por um preço muito inferior ao que lucrará a recicladora. Ali geralmente negocia um banho de mangueira e paga um aluguel para estacionar sua carroça, outras vezes, para economizar dinheiro, leva seu veículo para a praça e o utiliza como cama, a compartilhando com a sua namorada Jéssica, uma menina de 14 anos, que, durante o dia, auxilia Glenda na limpeza de domicílios, o que, na prática, consiste em receber um quarto do valor para realizar a maior parte do trabalho sozinha enquanto sua amiga mexe no celular.

Nas noites em que Chilves não está com a carroça, assim como quando chove ou faz muito frio, ele e sua namorada precisam encontrar outros locais para dormir, o que, geralmente, significava integrar a movimentação de pessoas que montavam cabanas irregulares no meio da praça ou procuravam abrigo embaixo das marquises. Excepcionalmente, em uma noite de frio extremo, significou aceitar o abrigo que era oferecido na igreja do Calvário, localizada no entorno da praça, auxílio que Chilves aceitou a contragosto, cedendo à argumentação de Jéssica.

Além disso, durante um período em que Chilves esteve na prisão, Jéssica, que estava grávida, passa a trabalhar na prostituição e se vicia em crack. A partir desse momento sua perspectiva sobre o espaço muda também, ela passa a andar, sem perceber a movimentação ao redor, apenas “olhando para o chão, à procura de uma pedra ou um papelote de cocaína perdidos por algum mané, o que não era raro de acontecer” (Melo, 2022, p. 154). Seu dinheiro começa a ser utilizado principalmente para a manutenção do vício e ela passa a frequentar os espaços organizados pelos usuários de drogas que viviam na praça:

Correu para a biqueira instalada no centro da praça, onde as drogas permaneciam expostas nas diversas bancas, e saiu dali com dinheiro suficiente apenas para adquirir um frasco de Yakult e pagar os cinquenta centavos exigidos para a entrada num dos mocós, fechados com lona, onde

era possível consumir a droga em paz, ao lado de outros viciados (Melo, 2022, p. 154).

Esses “mocós” aparecem, também, a partir da perspectiva de Glenda, quando, em um dado momento, ela vai tentar buscar Jéssica para conversar com uma enfermeira para a realização do pré-natal. Enquanto o olhar de Jéssica enfoca a procura, a compra da droga e as preocupações pautadas pelo vício, o olhar de Glenda expõe a miséria daqueles espaços:

A entrada naquele prédio abandonado, cujos antigos acessos haviam sido cimentados, era um buraco na parede, aberto a marretadas pelas mesmas pessoas que agora jaziam aqui e acolá, em meio a seringas, fogareiros improvisados, fezes, cachimbos e restos de comida (Melo, 2022, p. 116).

Glenda, por sua vez, é uma travesti que costumava viver na praça quando trabalhava na prostituição, mas que no ponto inicial da narrativa está vivendo em um hotel social, que consiste em “um velho casarão em frente à praça, com cinquenta quartos separados por placas de compensado” (Melo, 2022, p. 41). Ali Glenda possui um quarto individual e recebe Jéssica para que ela tome banho antes das limpezas dos domicílios, visita permitida excepcionalmente por Glenda liderar os mutirões de limpeza do hotel.

Sua habitação provisória lhe garante uma pequena estabilidade em relação às pessoas que utilizam os espaços públicos como moradia, pois pode, por exemplo, realizar sua higiene com mais facilidade e não necessita buscar diariamente o seu local para repouso. Porém, assim como qualquer estabilidade adquirida pelos seres humanos refugados na sociedade neoliberal, esta é ameaçada constantemente, o que é marcado na narrativa pela destruição do hotel por um incêndio. O acontecimento não é detalhado, mas uma suposição plausível seria que está relacionado às condições precárias do local e o não seguimento das normas de segurança, algo comum nesse tipo de habitação provisória, o que pode ser atestado pelo caso, mencionado no capítulo anterior, do incêndio em uma unidade da rede de “pousadas garoa”, ocorrido em 2024, em Porto Alegre.

Tal caso, relatado pelo jornal *Boca de Rua*, pôs em evidência, ainda, o descaso em relação ao destino dos moradores sobreviventes da pousada após o incêndio. Na ficção, de modo similar, Glenda precisa descobrir sozinha onde irá instalar-se, decidindo, por fim, morar na ocupação do edifício Makan, localizado ao redor da mesma praça, onde antigamente funcionava uma loja de departamentos. Sua escolha é motivada, em grande parte, por não querer reviver experiências

antigas: “Na época, poderia ter tentado uma vaga em albergue, para manter o auxílio que recebia do governo, mas desde que tivera sua cabeça raspada num deles prometera a si mesma: “Eu me acabo na vida, mas não volto para a cangalha!”” (Melo, 2022, p. 175).

Denúncias similares em relação aos albergues são apresentadas na narrativa de modo mais detalhado a partir das experiências de Iraquitán, indicando que muitas pessoas em situação de rua preferem os espaços públicos às unidades de acolhimento, as quais ele denomina de “armadilhas dos hotéis sociais”. Iraquitán, o escritor<sup>15</sup>, é introduzido na narrativa em um momento em que estava vivendo há dois dias na “Casa Nova Família Cristã”, durante a sua estadia no local, rememora outras experiências em albergues: em um ele era expulso de modo hostil todas as manhãs, em outro assistentes sociais tentavam a todo momento persuadi-lo a aceitar uma passagem de volta para a cidade onde nasceu, em outro ainda as camas eram forradas de percevejos e eram feitas atividades infantilizadas visando uma “recuperação” dos moradores. Por muitos anos, ele evitou tais instituições por conta dessas experiências e pela proibição da entrada de cachorros, porém, sua cachorrinha Belinha já havia morrido e

[...] chovia tanto no dia em que fora recolhido e ele estava tão encharcado, sentindo-se tão fraco e com tanto frio, seus pés estavam tão fodidos de andar o dia inteiro, que não foi capaz de se juntar ao bando de Chilves, nem de arrancar os tapumes que cercavam o terminal rodoviário desativado, para se alojar num local seco (Melo, 2022, p. 30).

O escritor sabia desde o início que iria arrepender-se pela escolha, o que de fato ocorreu, pois o lugar é repleto de regras, as quais evita escrever nos cadernos que sempre carrega consigo, pois sente que essas sujam a sua lista de palavras bonitas: “As regras, notou, têm outra terminologia. Estão plenas de palavras carrancudas (*proibido*) ou celofânicas, insossas (*favor ordem*), que não têm nada da sugestão poética de um *lupino debrum jasmim cândido*” (Melo, 2022, p. 28). Tais regras estavam relacionadas, em grande parte, às tentativas de catequização forçadas (legado de uma tradição colonial), somadas ao modo estigmatizado com que as pessoas em situação de rua eram tratadas ali. Finalmente Iraquitán opta por voltar a praça, passando a morar em um iglu: “Se fosse para se foder, ao menos que fosse à sua maneira. Com seu bando: Chilves, Jéssica, Farol Baixo, toda a maloca.

---

<sup>15</sup> Na praça as pessoas costumam chamá-lo apenas de “escritor”, alcunha pela qual a própria personagem manifesta preferência.

Com seu caderno de palavras. E seu desejo de escrever coisas bonitas” (Melo, 2022, p. 33).

Iraquitã, apesar de viver na praça e fazer parte do mesmo “bando” que outros protagonistas, não possui interações ao longo da trama com Chilves, Jéssica ou Glenda, e raramente interage com outras personagens secundárias que habitam aquele espaço. A exceção é Dido, que ocupa duas páginas em um dos seus cadernos e com quem compartilha alguns momentos ao longo da trama. Dido é uma criança apaixonada por animais que passa a habitar a praça após fugir da casa onde era agredido por seu padrasto, instalando-se em uma casa de cachorro, que compartilha com Nike, seu cachorrinho. Em um primeiro momento, sobrevive apenas da mendicância, até que, a convite de Farol Baixo, se envolve no tráfico de drogas que era realizado naquele território com a participação de policiais. Dido não é tão presente na narrativa quanto as outras protagonistas aqui destacadas, entretanto, ele é o único personagem que interage com todos os protagonistas, inclusive, com Seno Chacoy, Douglas e Zélia, personagens que estão, inicialmente, mais distantes da praça da Matriz.

Seno Chacoy é um imigrante venezuelano que, no ponto inicial da narrativa, possui uma casa na periferia de São Paulo que compartilha com a sua esposa e um trabalho na prefeitura como motorista de caminhão pipa. Em sua primeira aparição, está molhando os pertences das pessoas que dormem nas calçadas da praça da Matriz com a intenção de expulsá-las daquele espaço, enquanto cantarola e as observa indiferente acordando desorientadas com seus pertences molhados. Porém, uma fotografia sua tirada naquele momento é publicada no jornal ocasionando a sua demissão pelo mesmo supervisor que havia lhe ordenado que realizasse tal serviço.

Após a demissão, Seno começa uma trajetória longa e mal sucedida pela busca de um novo emprego, disputando com as filas quilométricas de pessoas que também estão desempregadas. Tudo piora com a morte de sua esposa, pois a casa que estava no nome da falecida passa para o enteado com quem Seno possui uma péssima relação. Em determinado momento, a convivência se torna insuportável, chegando ao ápice de Seno, ainda desempregado, vender sua moto, sair de casa e pegar um ônibus até a praça da Matriz, onde se hospeda em uma pensão.

De volta a praça, mais uma vez ele observa o aglomerado de pessoas que ali vive, porém, agora do alto de sua janela do terceiro andar, a indiferença havia se

transformado em ódio, talvez porque estivesse cada vez mais fraca a linha que o separava do “refugo”:

Odiava aquela gente. Lá de cima, podia observar até quando cagavam em público, como cachorros. Sempre bebendo. Mendigando. E brigavam por nada. Roubavam uns aos outros. Aterrorizavam os pedestres. Copulavam como ratos, sem nenhuma vergonha. Não pareciam humanos. Era impossível não se sentir superior a eles, e Seno Chacoy gostava desse sentimento. Era o que lhe restava de autoestima (Melo, 2022, p. 172-173).

Sem conseguir emprego, o dinheiro da venda da moto se esgota e Seno passa a morar em um albergue, tendo uma experiência tão ruim quanto as descritas por Iraquitán. Entre os vários problemas da unidade, cabe destacar a proliferação de doenças respiratórias, o que era consequência dos problemas estruturais como a aglomeração de pessoas em uma mesma habitação, as janelas sem vidro por onde entrava o ar frio da rua, os banheiros sem papel higiênico ou cesto de lixo e assim por diante. Ao mostrar tal problema, em uma das várias alusões que são feitas na obra à pandemia de covid-19, Seno denuncia a maior exposição ao vírus por parte das pessoas que viviam em albergues, decorrente do descaso do Estado (realidade destacada, também, no capítulo 1 deste trabalho): “Gente que chegava, ¡toma ya!, não totalmente saudável, mas ao menos sem sintomas e que, numa velocidade impressionante, começava a tossir como se o lugar fosse um criadouro de pulmão podre” (Melo, 2022, p. 265).

Ao desabafar com o encarregado pelo albergue sobre as suas vastas reclamações, Seno é expulso do local. Desanimado e com fome, se senta no banco da praça da Matriz, enquanto espera o carro do Centro Municipal de Acolhimento que iria buscá-lo. Seno dorme no banco, ainda esperando uma ajuda que nunca chega e quando acorda todos os seus pertences haviam sido roubados. Sem nenhum dinheiro, pertence ou lugar para onde ir, passa a habitar a praça da Matriz.

Enquanto estava no albergue, seu sentimento de superioridade era mantido pela sua “limpeza”, única linha que o separava de seus companheiros de habitação: “Para ele, só havia dois tipos de miseráveis: os limpos e os sujos, e, por enquanto, ele ainda fazia parte da primeira categoria” (Melo, 2022, p. 267). Quando passa a viver na praça, essa linha se torna mais difícil de manter, ainda que sua resistência em vê-los como iguais permaneça:

Já era quase um deles. Já se vestia como eles. Ou melhor, suas roupas, como as deles, eram endurecidas, cobertas de manchas e sujeira e cheiravam mal. E, ¡ay de mí!, já se embriagava como eles. E, como eles, já

preferia cagar por aí, atrás de um muro, num terreno baldio, a enfrentar a imundície dos banheiros químicos. Já desistira, como eles, de ficar correndo atrás de albergues. Já descobrira que a vida no albergue é tão ruim quanto a vida na rua. Dormia, como eles, sob viadutos. Sobre pedaços de papelão. Espantando os ratos que cobiçavam a carne dos seus pés (Melo, 2022, p. 319-320).

Por fim, Douglas, um homem que trabalha como coveiro e vive em um bairro periférico com sua esposa e filha, é o único dos protagonistas que nunca passou pela situação de rua, sua história aparentemente desconexa das demais estabelece seu vínculo a partir de Zélia, uma senhora negra que Douglas encontra dormindo em um túmulo no cemitério onde ele trabalha e a quem, seguindo ordens do seu superior, ele precisa expulsar do local:

A mulher dobrava o cobertor, alheia, Douglas só entendia pedaços das frases que ela murmurava, tem pedra, dizia, tem porrete, tem barro, tem prego, dizia, enquanto seguia na cata de suas coisinhas ao redor do túmulo, de onde agora Douglas via surgir uma cadeira de praia, uma panela com arroz, um pequeno tapete e mais um monte de objetos que a preta ia enfiando dentro dos seus sacos (Melo, 2021, p. 24).

Assim como Seno Chacoy no ponto inicial, Douglas agrega à narrativa uma perspectiva externa à situação de rua, porém o faz a partir de uma lente mais sensível que o outro. Por exemplo, ambos recebem ordens que envolvem a contenção das personagens em situação de rua, contudo, Seno observava com indiferença aqueles que molhava, enquanto Douglas se sensibiliza ao precisar expulsá-la do cemitério: “Pouco depois, sentiu um aperto no coração ao vê-la afastando-se em direção à saída, um saco na cabeça, outro nas costas, a cadeira de praia pendurada no ombro, os cachorros no encalço. Todo o conjunto era de uma miséria apavorante” (Melo, 2022, p. 24).

Aquela figura que Douglas descreve em outro momento como uma espécie de “rainha da miséria” lhe intriga a ponto de dar início a uma série de investigações, que lhe revelam, primeiro, que o túmulo onde ela dormia era de João Henrique Firmino, seu filho, assassinado aos 15 anos por um policial chamado Marreco. Depois, ao visitar o bairro periférico onde morava Zélia, Douglas descobre que, alguns anos após a morte do filho, a mulher é expulsa de sua casa, juntamente a outros moradores do local, como consequência de um golpe orquestrado por uma falsa empresa imobiliária. Até onde os vizinhos sabiam, após o despejo, ela e sua filha haviam se mudado para a casa de uma irmã de Zélia. Ao longo da narrativa são dados indícios de que a essa filha é Jéssica, o que se confirma no final quando elas se reencontram na praça da Matriz.

As informações descobertas por Douglas lhe ajudam a aproximar-se de Zélia que permanece frequentando o túmulo do filho, a proximidade chega ao ponto de Douglas levá-la para morar em sua casa, auxiliando-a, também, a receber um tratamento psicológico para o que posteriormente é diagnosticado como “síndrome de transtorno pós-traumático”. Ao mesmo tempo, Douglas dá um novo propósito a permanência de suas investigações, passando a jogar sinuca com Marreco, o assassino de João Henrique, Douglas grava conversas em que o policial confessa o seu envolvimento em uma série de crimes, que realiza em conjunto com outros policiais corruptos. Esse mesmo grupo é responsável, posteriormente, pelo assassinato de Glenda, o que estabelece outra conexão entre as histórias das personagens.

### **3.2.2 *Maremoto*: dois olhares sobre o centro de Lisboa**

O Chiado, um dos bairros centrais de Lisboa, marcante por seus teatros, lojas e restaurantes, é o núcleo da vida dos protagonistas de *Maremoto*: Boa Morte da Silva e Maria de Fátima ou Fatinha. Diferentemente de *Menos que um*, esse bairro, assim como os outros espaços mencionados na narrativa, são construídos a partir de vínculos diretos com os pontos referenciais de Lisboa, os quais são abundantemente mencionados e reiterados em nomes de bairros, ruas, prédios, cafés, linhas de transporte público e afins. Dentre os espaços do Chiado representados, dois se sobressaem: a Rua António Maria Cardoso, onde Boa Morte, um imigrante angolano, trabalha guardando carros, acompanhado do seu cachorro *Jardel*; e a paragem 28 do eléctrico, na Rua do Loreto, algumas ruas abaixo, onde habita Fatinha, uma são-tomense nascida em Portugal.

Ambas as personagens possuem uma amizade com traços paternais, além de um vínculo marcado pela vivência de condições precárias semelhantes. Suas trajetórias são apresentadas, principalmente, a partir da perspectiva de Boa Morte, como narrador homodiegético que escreve fragmentos do seu presente e das suas memórias para a filha que abandonou em Guiné Bissau; visão complementada pela alternância com um narrador heterodiegético que possui acesso às vidas das duas protagonistas.

Boa Morte é um imigrante angolano que, afetado por um processo de assimilação colonial, nutre a crença ilusória de que sua dedicação a Portugal

efetivará sua transição para uma cidadania portuguesa plena. Essa crença foi em diversos momentos o guia da sua vida, motivando o seu alistamento no exército português durante a Guerra Colonial, em Guiné Bissau, e, posteriormente, nutrindo a raiva que o levou a agredir sua esposa ao ouvi-la questionar a sua cidadania, abandonando-a com sua filha bebê para mudar-se para Portugal. Da mesma forma, é essa crença que sustenta a sua dedicação ao trabalho como guardador de carros, uma vez que vê no Chiado, e especialmente na Rua António Maria Cardoso, a possibilidade de continuar a cumprir o que acredita ser seu dever para com Portugal, o que é evidente, por exemplo, no modo como ele compara o trabalho no estacionamento à guerra:

Teu pai é um soldado português. Faço a ronda do estacionamento na António Maria Cardoso como guardava a nossa messe contra o inimigo. Tenho na cabeça o mapa e as coordenadas da minha missão. Começa no Chiado e desce ao Dona Maria II, no Rossio, vai ao fim da Calçada do Combro e desagua em Santos-o-Velho, debaixo dos jacarandás da Avenida Dom Carlos I (Almeida, 2021, p. 153).

Tal visão em relação ao Chiado e ao seu trabalho explica o porquê Boa Morte constrói uma cartografia tão detalhada e realista da cidade de Lisboa, pois essa é composta pelas marcações das suas coordenadas, os relatos da sua ronda. Concomitantemente, explica o porquê ele estuda a cidade e a rotina das pessoas com tanto afinco, por vezes fazendo rabiscos em seu caderno: “Estudo caras, nomes, carros, as portas onde entram, os modos de vestir. Às vezes, rabisco umas chapas, para fixar as caras. Sei que menina Joana entra às cinco e meia no Café do Teatro e que menino Carlos pede sempre café cheio n'A Brasileira” (Almeida, 2021, p. 148). E explica, ademais, o modo como destaca a beleza do Chiado em sua escrita, especialmente o Teatro São Luiz, prédio que lhe provoca verdadeiro fascínio e em frente ao qual passa a maior parte do seu tempo.

Ao mesmo tempo que a sua escrita é marcada pela sua devoção a Portugal, outros sentimentos conflitantes são relatados, compondo, assim, o caráter ambivalente da personagem e, conseqüentemente, de sua narração. Um desses sentimentos é a saudade de sua esposa e filha, misturada com a culpa pelas suas ações em nome de Portugal, o que é evidenciado pela própria escolha da filha como destinatária de seus textos. Além disso, a sua escrita é permeada pela exposição das suas condições precárias de vida, as quais também são apresentadas de modo ambivalente, porque mesmo ciente e insatisfeito com as suas condições, ele as

aceita, as declarando parte do seu destino: “Minha terra me guardou lugar de farrapo, mas aceitei meu posto como filho de Deus aceita seu quinhão da colheita. Filho não escolhe seu pai, eu não escolhi meu país” (Almeida, 2021, p. 147).

Em relação às suas condições de vida, Boa Morte sobrevive das moedas que recebe no estacionamento e de alguns serviços que realiza para os motoristas, como buscar roupas na lavanderia ou levar filhos alheios para a escola, os quais realiza em troca de alguns euros ou até de comida. Seu rendimento é variável, pois está condicionado à movimentação oscilante dos carros, à boa vontade dos motoristas em lhe pagarem pelo serviço e à sua capacidade física de realizar o trabalho diariamente, o que nem sempre é possível considerando que ele é um senhor de 60 e poucos anos, que possui uma hérnia não tratada. Geralmente, recebe o bastante para uma refeição e para o pagamento do aluguel de um quarto na secção de Dona Idalina, localizada na freguesia de Prior Velho, ao norte do distrito de Lisboa. Tendo em vista a distância entre a sua moradia e o seu trabalho, precisa sair às 5h da manhã, todos os dias, para realizar seu deslocamento da periferia para o centro, percurso percorrido de ônibus, metrô e, por vezes, parcialmente a pé, quando não possui dinheiro para o transporte público. Entretanto, quando o trabalho não rende ou quando a hérnia lhe impede de trabalhar, fica impossibilitado de alimentar-se ou precisa recorrer à caridade, que recebe, por exemplo, do senhor Prestes, que lhe abriga em sua casa no Rio de Mouro, vila do município de Sintra, na periferia da AML, às vezes por longos períodos:

Chego a ficar deitado a arder de febre três semanas inteiras, senhor Prestes não me cobra nada, nem leva a mal os meus delírios, é o que entre nós chamamos um médico oficioso, significa que cuida dos pacientes que não estão inseridos no sistema de saúde e não têm dinheiro para medicação, senhor Prestes, não doutor, não quer que ninguém o chame de doutor, para mim o homem é um santo (Almeida, 2021, p. 104).

Fatinha, por outro lado, vive em um estado de alheamento, provocado por algum trauma, ao qual o leitor só tem acesso a partir de suas poucas falas embaralhadas e por vezes contraditórias, proferidas, principalmente, em conversas com Boa Morte. Presa em seus próprios pensamentos, serve chá para as suas visitas imaginárias, amamenta um bebê que só ela enxerga e lê notícias dos jornais antigos que ela retira do contentor de lixo, sem saber ou importar-se com a data das matérias.

Em seu alheamento, ela, também, não parece preocupar-se, na maior parte do tempo, com o seu estado físico, o que provoca um deterioramento das condições já extremamente precárias em que vive. Por exemplo, enquanto as personagens em situação de rua da praça da Matriz montavam cabanas irregulares, se deitavam embaixo das marquises ou procuravam outras formas de proteger-se da chuva ou do frio, Fatinha dorme tapando-se apenas com caixotes sem preocupar-se com a chuva, somente o frio extremo parece lhe abalar, pois Boa Morte menciona que ela passa a dormir dentro da estação, que permanece aberta durante as noites mais geladas para abrigar as pessoas em situação de rua.

Outros aspectos de sua aparência são mencionados na composição de sua miséria, como o uso de roupas negras rasgadas que mal tapam seu corpo, os pés descalços e suas unhas negras recurvas. Além disso, não são mencionadas tentativas de realização da sua higiene pessoal em alguma unidade de apoio ou em qualquer estabelecimento, pelo contrário, sua sujeira é enfatizada tanto pela perspectiva do narrador heterodiegético, quanto pela perspectiva de Boa Morte: “Fatinha cheira mal, é preciso ver a pessoa atrás do cheiro, mesmo eu demorei a encontrar a mulher debaixo dos trapos” (Almeida, 2021, p. 108).

Na paragem 28, onde vive Fatinha, seus pertences espalhados pelo chão são vistos como “lixo” pelos outros, em contrapartida ela imagina aquele espaço como o seu palácio, o que pode ser observado a partir do olhar de Boa Morte em uma de suas muitas visitas a amiga:

[...] é na paragem que nos sentamos, lixo por todo o lado, caixotes de cartão, trouxas de roupa. “Olá, meu príncipe, bem-vindo ao meu palácio.” Diz que paragem do eléctrico é palácio dela, mas podemos ficar eu e ela ali à conversa toda a tarde e toda a noite enquanto pequeno *Jardel* dorme sossegado e ninguém nos olha, nem chega perto (Almeida, 2021, p. 96).

Além de suas longas conversas sentados na paragem, os dois costumam caminhar juntos pelo centro da cidade. Nesses percursos, geralmente, Boa Morte sofre com o peso de sua hérnia, enquanto Fatinha se maravilha com os objetos que encontra pelo caminho em suas “caças ao tesouro”. Durante os momentos que passam juntos, Boa Morte oferece comida a sua amiga e a protege com um cuidado paternal, no restante do tempo, Fatinha sobrevive da caridade de instituições ou - de modo mais raro - dos transeuntes.

Dessa forma, ambos compõem a massa que Bauman define como “seres humanos refugados”, por isso, compartilham algumas exclusões, como, as já

mencionadas, dificuldade para alimentar-se e exclusão do sistema de saúde, assim como, o enfrentamento de obstáculos para o controle dos territórios que ocupam, que será explicitado no subtópico seguinte. Contudo, é necessário fazer uma distinção entre as suas situações dentro desse grupo mais amplo de excluídos. Fatinha é uma personagem em situação de sem abrigo em condição de sem teto, que, durante toda a narrativa, vive exclusivamente nas ruas. Por outro lado, Boa Morte, por possuir um quarto que paga com seus ganhos sem menções a auxílios recebidos, não se encaixa exatamente nas definições de condição de sem teto ou sem casa estabelecidas pela ENIPSSA. Seu quarto lhe possibilita algumas vantagens em relação às condições de Fatinha, como um mínimo de privacidade e proteção, tal como uma maior facilidade para realizar sua higiene pessoal. Entretanto, as suas condições precárias o aproximam da situação de sem abrigo em vários momentos. Marcando sua posição instável, ele transita por essa situação, o que pode ser observado nas noites em que faz companhia para a Fatinha, vigiando seu sono, ou nos dias em que sua rotina exaustiva de trabalho, somada a distância da sua habitação, fazem com que durma na rua: “Volta não volta, passo pelas brasas, chego até a sonhar. Jardel aninha-se em mim e dorme também. Acordamos os dois com fome uma hora, duas, depois. Nesses dias, o estacionamento fica atrasado e ficamos os dois sem janta” (Almeida, 2021, p. 165).

Além de Boa Morte e Fatinha, existem outros seres humanos refugados habitando o Chiado, os quais, entretanto, não possuem foco na narrativa, são apenas mencionados por Boa Morte como integrantes de uma espécie de exército de espíritos:

Minha terra são esses malucos aqui do Chiado, ninguém nos vê pela rua, podemos andar esfarrapados, ninguém nos olha, mas nós vemo-nos uns aos outros, vivemos aí, na transparência, a trocar conversa, trocar pão, trocar vinho, espíritos do além, que andam por Lisboa, mais abaixo tem o Ti Zeca, natural de Santiago, mas esse dá problemas, anda sempre bêbedo, tem também muitos portugueses, alguns encontro hora do almoço quando vou almoçar - o Brunão, moço que dá pena, deixou a escola, andou na droga, agora também anda no estacionamento, a Cinha e o Pedro, Fatinha já disse, tem um moço do Senegal nunca me disse o nome, esse aí só conversa com o pacote de vinho, tem muitos: Joca, um moço de Santarém, a Cátia, rapariguinha ainda bem bonita, mas toda magreza, somos quase um exército, mas ninguém nos vê por aqui [...] (Almeida, 2021, p. 96-97).

Nessa descrição, Boa Morte traça um quadro geral dos seres humanos refugados que habitam o Chiado, destacando que são numerosos, que provêm de diferentes lugares, que vivem e sobrevivem de diferentes formas. Esse quadro

revela, ainda, que ele e Fatinha não são apenas pontos solitários destoando da beleza do Chiado. Mesmo que não estejam organizados em um pequeno aglomerado como os habitantes da praça da Matriz, eles compõem redes estabelecidas pelo compartilhamento de condições precárias semelhantes que lhe tornam invisíveis perante o resto da sociedade, ao mesmo tempo que facilitam a solidariedade e reconhecimento entre eles.

### **3.2.3 Cartografias de metrópoles segregadas: as fronteiras que marcam o centro**

Leila Lehen, afirma que: “O retrato da vida diária de sujeitos marginais (no sentido socioeconômico) serve também para determiná-los dentro da cartografia urbana, transformando, de certa forma, o mapa da metrópole” (2015, p. 124). A transformação a que se refere a autora é a mudança do centro de gravidade desse mapa, que ocorre quando as cartografias são construídas a partir do foco nos espaços e sujeitos limiares, os quais, como mencionado anteriormente, são apagados das narrativas dominantes sobre a metrópole. Lehen aponta como exemplo dessa mudança a construção de um bairro geograficamente periférico, o “Tirol”, que passa a ser o centro da narrativa na obra *Passageiro do fim do dia*, de Rubens Figueiredo (Lehen, 2015, p. 124).

As duas narrativas aqui analisadas, em consonância com o exemplo de Lehen, explicitam, nas cartografias urbanas que traçam, a oposição entre o centro e a periferia, destacando a segregação em bairros periféricos como uma forma de contenção territorial, isto é, técnicas que, como debatido no capítulo anterior, “separam grupos profundamente estigmatizados numa sociedade moldada por discursos e políticas da insegurança e do medo” (Haesbaert, 2015, p. 84). Em ambas, os bairros periféricos são esboçados como “novas senzalas”, no sentido atribuído por Ngoenha (2022), espaços onde os trabalhadores, majoritariamente negros ou imigrantes, que realizam funções desvalorizadas, estão confinados, ocupando habitações precárias ou provisórias e sendo obrigados a percorrer largas distâncias até o centro, onde servem os donos da “casa grande”.

Entretanto, nessas narrativas, diferentemente da obra de Rubens Figueiredo, a periferia aparece em segundo plano, sendo esboçada como uma espécie de estágio anterior à “situação de rua”, no sentido de que as condições precárias em

que vivem os habitantes das “novas senzalas” conferem graus elevados de instabilidade a suas vidas, a ponto de que a perda de suas casas esteja frequentemente a um passo - ou “menos que um” - de distância de tornar-se realidade. Em *Menos que um*, essa transição é exemplificada nitidamente pela trajetória de Seno Chacoy, que vivia na periferia com a sua esposa no primeiro capítulo e termina vivendo na praça da Matriz após uma derrocada que começa com a sua demissão e a morte da sua esposa. Ao mesmo tempo, os bairros periféricos de São Paulo também eram a morada anterior de uma parcela significativa das personagens cujas trajetórias até as ruas só aparecem em memórias ou breves menções, é o caso de Dido antes de fugir das agressões que sofria do padrasto, ou Zélia e Jéssica antes do assassinato de João Henrique, do golpe da imobiliária e dos abusos que sofria Jéssica na casa da tia. Em *Maremoto*, a periferia está presente na cartografia a partir de Boa Morte, que vive no Prior Velho, bairro periférico de Lisboa, e realiza, diariamente, um deslocamento longo até o Chiado, bairro da região central. Contudo, apesar de viver na periferia, suas condições precárias de vida o forçam a transitar pela situação de rua, destacando a instabilidade de sua moradia. Isso somado ao pouco tempo que ele passa em seu quarto e à relação que estabelece com o seu trabalho e com a Fatinha, tornam o Chiado o centro de gravidade da sua cartografia.

O que a oposição entre centro e periferia nas duas narrativas parece revelar é que se, por um lado, as favelas permanecem sendo o quarto de despejo, onde são jogados aqueles que foram marcados como “refugo” (Jesus, 2014), por outro lado, essas parecem não ser mais o suficiente para conter a massa cada vez maior de pessoas que recebem esse rótulo. Dessa forma, uma população crescente passa por um segundo despejo, que, na verdade, muitas vezes já é o quinto ou o sexto ou o décimo, sendo forçadas a habitar as ruas, elas se direcionam, em sua maioria para o centro, onde estão as oportunidades de subempregos, a maioria das instituições de auxílio e os imóveis desocupados. Assim, retomando a metáfora de Carolina, estas pessoas que passam a viver em situação de rua precisam construir seus quartos de despejo no interior dos jardins.

Dito isso, mesmo sem transferir o centro de gravidade, os objetos desta pesquisa também alteram o mapa das metrópoles ao retratar a vida diária de sujeitos marginalizados que ocupam o centro, uma vez que suas inclusões na cartografia urbana explicitam as fronteiras internas, visíveis e invisíveis, formadas

pelas condições precárias de suas vidas e pelas diferentes dinâmicas de contenção territorial (Haesbaert, 2015), que visam a construir um distanciamento social em relação aos seres humanos refugados mesmo - e especialmente - quando eles estão no núcleo dessas metrópoles.

Dessa forma, ao dar visibilidade para esses sujeitos, as narrativas evidenciam a presença no centro das cidades do contraste, destacado por Haesbaert (2024, p. 360), entre uma “elite globalizada [que] tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade” e aqueles que “na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana”, desigualdades que marcam o que Santos (2004) denomina de “universalização perversa”.

As narrativas partem desses contrastes para destacar como as condições precárias das personagens já são por si só limitadores das suas mobilidades. Um ponto essencial para observar isso é a fome, problema comum às personagens em situação de rua de ambos os livros, que é apresentado em oposição a abundância de comida presente no centro. Em *Menos que um*, por exemplo, os pedidos de Dido por moedas são contrastados com a variedade de alimentos ofertados na praça da Matriz:

O movimento naquela hora era frenético. Bancários, secretárias, lojistas e servidores públicos se acotovelavam nos balcões para saborear os famosos sanduíches de pernil do Hamilton, em frente à praça da Matriz. Ninguém reagia aos pedidos do moleque.

– Uma moedinha, dona?

Sucolândia. A Rainha do Kibe. Boom Açai Energético. Natureba Sucos e Lanches. Pernil do Hamilton. Pastelaria do Akira. Neide, Esfirras e Pizzas. Comida era o que não faltava nos arredores. Frangos dourados e crocantes giravam em espetos elétricos competindo com os suculentos pernis expostos de modo a serem fatiados na frente do freguês. Mangas, abacaxis e bananas formavam guirlandas tropicais nas entradas das casas de lanches. Banners, cartazes e displays ultracoloridos com imagens de sanduíches e lanches diversos enchiam os olhos de quem passava.

– Uma moedinha, tia? (Melo, 2022, p. 84-85).

A disputa pelo famoso sanduíche de pernil, a enumeração dos restaurantes variados, a descrição detalhada das comidas, as propagandas expostas criam um cenário de abundância que é contraposto a fome de Dido a cada vez que um dos seus pedidos ignorados por moedas marcam a cena. Simultaneamente, o público

que frequenta o restaurante é qualificado por suas profissões formais com certos graus de estabilidade, as quais lhe diferem da população do interior da praça composta por desempregados, trabalhadores informais ou crianças desamparadas como Dido. Além disso, o contraste entre a movimentação da praça e a sua fome parecem indicar temporalidades distintas, no sentido esboçado no primeiro capítulo deste trabalho a partir de Ngoenha, isto é, enquanto os “funcionários” se movem acelerados, o tempo de Dido está suspenso pela necessidade de alimentar-se.

O contraste entre o menino faminto e a paisagem de fartura ao seu redor se acentua quando, na sequência do trecho destacado, o narrador passa a descrever, a partir da perspectiva de Dido, as dificuldades de saciar a fome quando se vive na rua, as quais envolvem ultrapassar o nojo de buscar comida no lixo, enfrentar os riscos de problemas de saúde provocados por algumas comidas de refeitórios e marmitas doadas, percorrer vários quilômetros a pé até os refeitórios e, por vezes, aguentar sermões antes das refeições, quando essas eram oferecidas por determinados grupos religiosos.

Da mesma forma, o Chiado é composto por restaurantes e cafés que contrastam com a fome das personagens. O que pode ser observado no modo como Boa Morte parte do aroma de castanhas assadas na entrada do metrô para descrever as suas ausências e as circunstâncias em que envelhece:

Castanhas assadas à entrada do metro. Lembra-me o que venho perdendo desde criança. A fumaça sobe no ar e se dissolve. O aroma espalha-se pela rua e vem até à António Maria Cardoso, onde ando no meu serviço. Envelheço de mãos vazias. Às vezes, Aurora, a vida é passeio de barco sem remos. De vez em quando, passa muito tempo sem haver carro que dê moeda (Almeida, 2021, p. 92).

O aroma das castanhas, como símbolo da abundância que lhe cerca, se opõe às suas memórias-ausências e ao seu trabalho informal que não lhe rende dinheiro o suficiente para alimentar-se adequadamente. Dessa forma, a fome de Boa Morte é descrita de modo mais amplo que a de Dido, pois parte da falta de comida e se expande para todas as ausências que permeiam a sua vida desde a infância.

Seguindo padrões similares, a escrita de Boa Morte transita a todo momento entre as suas condições precárias de vida e a beleza do Chiado, marcada por prédios imponentes, como o teatro São Luiz, observador inanimado de sua miséria, assim como, por bens de consumo expostos em vitrines. Pode-se observar isso no relato de um dos momentos que passa recluso na casa de Senhor Prestes, devido a

sua hérnia:

Dias e dias sem pegar no serviço, a comer de caridade, um homem se sente um trapo, menos do que um trapo, filha, me sinto um nada. Chiado, lugar bonito, quando estou bom vou até à loja das luvas, fico a ver as montras de luvas de senhora, lojas de café e de chocolates, lojas de atalhados, vou vendo as prendas todas que te queria enviar: croissants acabados de sair do forno, toalhas turcas, bombons. Chego a ficar deitado a arder de febre três semanas inteiras [...] (Almeida, 2021, p. 104).

Seu estado de saúde, a dependência da caridade e a impossibilidade de trabalhar o fazem sentir como um “trapo”, pois está condicionado, por discursos colonialistas e neoliberais, a pensar que seu valor está atrelado somente a sua utilidade e/ou a sua capacidade de consumo, sendo sua eventual falha atribuída erroneamente a um problema individual. Enquanto está trabalhando na Rua António Maria Cardoso, Boa Morte pode, ao menos em sua consciência, escapar do estigma de “vagabundo”, assegurando o seu valor utilitário e cumprindo seu dever para com Portugal, alívio que a hérnia lhe tira ao obrigá-lo a repousar.

Ao mesmo tempo, a alternância com a lembrança do Chiado acentua a precariedade do seu estado, a partir, primeiro, da descrição da beleza do lugar em oposição a sua autodefinição como “trapo” e, depois, a partir da observação dos bens de consumo expostos nas vitrines, que despertam o desejo frustrado de presentear Aurora, pondo em evidência seu status de “consumidor falho”, isto é, alguém que, segundo Bauman (2005), é considerado dispensável por carecer do dinheiro necessário para expandir o mercado consumidor em uma sociedade marcada pelo consumo. Ademais, o vidro da vitrine atua, nessa descrição, como um limite concreto que marca a sua incapacidade financeira de consumir os itens desejados, em oposição àquelas pessoas que podem acessar a loja para comprá-los.

Em *Menos que um*, o centro de São Paulo em si não é destacado por sua beleza, pelo contrário, há uma aura de abandono e decadência na sua descrição: os casarões ao redor da praça são descritos como velhos, há diversas menções ao alastramento de imóveis a venda e pichações denunciam um estado de crise que faz alusão a pandemia de covid-19 e ao governo vigente naquele momento. Uma síntese desse abandono é traçada no percurso que realiza Chilves em sua procura por ajuda para Jéssica que estava em trabalho de parto:

Não havia alma viva ao redor, melhor, pensou, melhor pedir socorro numa rua mais movimentada, e saiu sozinho em disparada, ao longo do muro que

cercava o estádio, repleto de pichações, “Temos fome”, Chilves!, “Fora genocida”, Chilves!, “Todo comunista é corno”, Chilves!, “Vacina para todos” [...]. Deveria voltar?, se perguntou ao dobrar à esquerda novamente, numa ruela com mais comércio, tudo fechado. “Vende-se”, “Passa-se o ponto”, “Aluga-se”, diziam as placas nas fachadas (Melo, 2022, p. 261).

Por outro lado, o centro é marcado, durante o dia, pelo comércio e sua movimentação, o que é constatável pela já mencionada variedade de restaurantes que cercam a praça, mas também pelas outras lojas repletas de itens que despertam o desejo das personagens, ao mesmo tempo que assinalam suas posições de consumidores falhos. Nesse sentido, uma amostra do contraste com os bens de consumo inacessíveis aparece a partir da observação de Chilves enquanto empurra sua carroça pelo centro:

Não nascera para aquela vida: entrar na casa dos outros, meter a mão no que não era seu. Não sirvo para gabiru, concluía. Mas durante o dia, enquanto puxava a carroça embaixo do sol, percorrendo a cidade, com o comércio a toda hora enfiando na sua cara o tênis que jamais poderia comprar, a comida que jamais poderia provar e a vida que jamais poderia experimentar, já se via novamente avaliando se Farol Baixo não tinha razão (Melo, 2022, p. 100).

Os itens vendidos são para Chilves lembretes cruéis expostos em todos os cantos da cidade de que, enquanto ele vive em condições miseráveis, há uma elite globalizada que possui tudo o que lhe é negado. Esses lembretes atuam como combustível para a sua raiva, o fazendo questionar se gostaria de participar do assalto que propôs Farol Baixo a um condomínio de luxo e contribuindo, em outros momentos, para a composição de sonhos em que usa metralhadoras para matar todos aqueles que lhe fizeram mal.

Por outro lado, a diversidade de personagens da obra permite analisar como elas experienciam a rua de modos diferentes. Em oposição a Chilves, os sonhos de Jéssica não são raivosos, ela não deseja uma eliminação em massa ou qualquer mudança do *status quo* da sociedade, quer apenas aproximar-se da vida dos seres que ainda não foram rotulados como refugo. Assim, Jéssica parece absorver os fragmentos de tudo que observa ao seu redor - nas vitrines, nas propagandas, nos transeuntes e na casa de Rita (uma das chefes de Glenda) - e somá-los para compor a vida que projeta para si em seus sonhos. O que é possível observar no trecho a seguir, em que seus pensamentos divagam enquanto ela está no hospital tentando pela terceira vez visitar Glenda:

[...] Jéssica gostava de sonhar de olhos abertos, de se imaginar Penteada e Maquiada, Mais Bonita que Rita, com um Vestido Verde de Flores

Vermelhas, que vira na vitrine da Bella Boutique ao lado do supermercado Brotas, quarenta e nove reais, e se sentir Muito Linda, Atrás De Um Computador, Teclando Com Agilidade, as Unhas Coloridas, os Dedos Cheios de Anéis Dourados da Mon Chérie Bijoux (que ainda ontem estavam em promoção), o Telefone Na Orelha, Muito Ocupada, Fazendo Coisas Muito Importantes, Numa Empresa Tipo Um Banco, Um Hotel, Um Shopping Center, Bom trabalho, dizia seu chefe ao passar, e ops!, uma olhada rápida no Relógio Dourado No Braço Esquerdo, Já são seis horas, Hora De Ir Embora, [...] Tchau, gente, até amanhã, diz ela para os outros Funcionários Que Estão Também Desligando Os Computadores. Tchau, Jéssica. Boa Noite, Jéssica, dizem eles, os Funcionários que, como ela, formam a Multidão Que Volta Para Casa Depois Do Trabalho, Funcionários Amáveis, totalmente diferentes daquele homem de nariz problemático que lhe entrega uma ficha amarela, e diz com a sua cara empedrada preencha seus dados, por favor, fazendo-a se sentir mais miserável ainda por não ter o que escrever no espaço ENDEREÇO (Melo, 2022, p. 67-68).

As letras maiúsculas mudam o ritmo da leitura e atribuem destaque aos objetos de desejo de Jéssica, os quais, como já mencionado, são compostos por uma mistura de toda a abundância que ela observa ao seu redor e que não consegue acessar. Essa diferenciação entre os seus sonhos e as suas condições reais é retomada no final do trecho quando ocorre a ruptura abrupta da vida sonhada e recomeça a descrição do seu presente.

Em seus sonhos, Jéssica faz parte do que ela descreve como “Multidão Que Volta Para Casa Depois Do Trabalho”, grupo composto por pessoas que possuem empregos formais que lhe garantem o título de “Funcionários”, o que não significa o fim da exploração (consciência que Jéssica não possui), mas garante um grau de estabilidade maior que os serviços precarizados realizados pela população em situação de rua, pois com os seus salários conseguem manter uma casa, consumir os itens expostos nas vitrines e acessar os restaurantes como o do Hamilton, onde uma massa de “Funcionários” disputa os sanduíches de Pernil, todas possibilidades barradas a Jéssica e a seus companheiros.

Ao mesmo tempo, diferentemente dos “Funcionários Amáveis” do seu sonho, os funcionários reais geralmente tratam as personagens em situação de rua com desdém, como o homem que atende Jéssica mal no hospital ou a multidão que os ignora ao transitar pelas ruas: “O mais terrível, Zélia comentou com Douglas, eram aqueles transeuntes, alguns de terno e gravata, indo para o trabalho, vestidos, alimentados, alheios à tragédia que se revelava de forma brutal para quem quisesse ver” (Melo, 2022, p. 348). Ou, ainda, aqueles funcionários que mais do que ignorá-los, se sentem autorizados a humilhá-los diretamente, como os jovens que

grafitaram “LIXO” no rosto e nos pertences de Seno Chacoy enquanto ele dormia na rua.

O tratamento hostil que recebem as pessoas em situação de rua está relacionado a série de estigmas produzidos por discursos de verdade que marcam os seus corpos como “perigosos”, “vagabundos”, “sujos”, em suma “menos humanos”. Esses estigmas são, como mencionado no capítulo 2, uma das estratégias da política da insegurança e do medo que amplia e distorce dados reais de violência para direcionar a culpa da insegurança para determinados grupos, tornando-os alvos do medo e da raiva cada vez mais inflada da população, que, além de temer pela sua segurança, teme que a linha que a separa do “refugo” seja desfeita.

Em *Maremoto*, a multidão de “Funcionários” também trata os protagonistas de maneira hostil, o que reforça a distância entre eles, já marcada pelas diferenças de suas condições de vida e por outros contrastes, como as suas nacionalidades. Nesse sentido, Caldeira afirma que

[...] concepções depreciativas dos pobres também cumprem a função de criar distanciamento social: elas formam uma espécie de cerca simbólica que tanto marca fronteiras quanto encerra uma categoria e, portanto, previne as perigosas misturas de categorias (2000, p. 70).

Por exemplo, Boa Morte, apesar de suas tentativas de estabelecer vínculos com as pessoas que frequentam a Rua Antônio Maria Cardoso, é rejeitado pela maioria dos clientes com quem interage:

Aproximo-me para pedir minha moeda e viram a cara, os mesmos que não dão pela minha presença, viram a cara quando lhes estendo a mão. Meu castigo é a repetição desse gesto. Vão pela calçada, atalham pela estrada, de olhos baixos, dão a volta maior para não se cruzarem comigo, fingem falar ao telefone e, num abanar de dedos de quem não quer ser incomodado, nervoso, me afastam. Acontece dez, vinte, trinta, quarenta vezes por dia (Almeida, 2021, p. 166).

Além do tratamento hostil, os telefones que utilizam como ferramenta para distanciar-se fisicamente de Boa Morte evidenciam o contraste entre a amplitude e a velocidade de suas mobilidades, uma vez que o telefone permite acessar múltiplos territórios, aos quais Boa Morte só consegue acessar a partir dos aparelhos que pede emprestado, como o de Dona Idalina.

Os próprios carros que ele guarda, também, marcam o contraste e estabelecem barreiras, o que pode ser nitidamente observado em um dado momento em que Boa Morte observa um casal de namorados: “Viam-no assim, do

outro lado do vidro, estátua a acenar aos dotados de movimento, sem chegar perto, como plateia vê os actores no palco e sente a sua dor, ri os seus risos, a uma distância” (Almeida, 2021, p. 112). Por um lado, o vidro do carro atua como barreira física, assim como as vitrines anteriormente mencionadas. Por outro lado, o carro em si estabelece uma distância simbólica marcada pelo contraste das possibilidades de mobilidade. Isto é, Boa Morte, que muitas vezes sequer possui dinheiro para o transporte público, é descrito como uma “estátua”, enquanto a elite globalizada, que se locomove em seus carros, é descrita como “dotada de movimento”. Além disso, essa diferença de movimentação implica mais uma vez uma diferença de temporalidades, marcadas pelos diferentes tempos de locomoção pela cidade (a rapidez do carro em oposição a lentidão do transporte público ou da caminhada), assim como pela simultaneidade de tempos que o telefone permite.

De modo similar, a partir do narrador heterodiegético, são apresentadas várias camadas de contrastes entre a Fatinha e a massa de turistas que a trata com desdém:

Tirou cera dos ouvidos e lambeu os dedos, sorriu com olhos de apetite. Ria sem razão, deitava-se de cara tapada, a cabeça num caixote. Cansada, Fatinha via passar a freguesia: a rotina de uma colónia de flamingos. Era um único ponto negro na paisagem contra o rosa almagre do palacete e os tons passageiros dos turistas à sua volta, salpicos de cor que a olhavam entre o espanto e o nojo, falando ao telemóvel. Ocupava o espaço de três pessoas e afugentava-os com piropos e pedidos, beijos repenicados, sustos que pregava às raparigas [...] Os trapos negros que a cobriam abaulavam-se sobre a linha do eléctrico, formando a cauda de uma dama antiga de luto a quem só faltava uma sombrinha a rodar no ombro. “Desanda daí!”, gritaram de um carro (Almeida, 2021, p. 141).

Fatinha recebe um tratamento ainda mais hostil que o seu amigo angolano, sendo alvo de olhares de “espanto” e “nojo” que marcam sua distinção em relação a elite que transita pelas ruas. Além disso, o contraste das condições de sua mobilidade está presente nesse trecho a partir dos telefones ostentados pela elite, dos carros de onde gritam seus xingamentos e principalmente a partir da descrição de Fatinha como um ponto fixo em oposição aos turistas em seus tons passageiros, eles que são símbolos da mobilidade de uma elite globalizada. Ademais, tal trecho apresenta mais um contraste, desta vez entre o preto da pele e das roupas de Fatinha, em oposição ao rosado, dos turistas e dos prédios ao redor, destacando a questão racial como um dos pontos centrais que compõem a imagem da segregação.

Em *Menos que um*, em contrapartida, as personagens possuem um acesso um pouco mais amplo às tecnologias, por exemplo, algumas delas possuem celulares e há um computador na ocupação do edifício Makan, sendo esse, contudo, o único aparelho em que se menciona conexão com a internet. Essa diferença entre o acesso das personagens pode ser explicada pela contextualização temporal, estando a obra portuguesa situada na virada entre 1999 e 2000, enquanto a obra brasileira se passa duas décadas depois, durante a pandemia de covid-19.

Entretanto, a relativa facilidade de acesso a algumas tecnologias não representa de modo algum a eliminação das distâncias entre a mobilidade das pessoas em situação de rua e a da elite globalizada. Um exemplo nítido do contraste da amplitude e velocidade das mobilidades em *Menos que um*, é a imagem de Chilves empurrando sua carroça, disputando espaço com ônibus, motos e carros, enquanto recebe xingamentos dos motoristas.

Todos esses contrastes indicam como as condições precárias das personagens, em um contexto desigual e hostil, estabelecem barreiras simbólicas e concretas que restringem seus movimentos, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, os força a uma mobilidade compulsória em busca de sobrevivência. Ou seja, a ausência de recursos financeiros limita o movimento ao dificultar o acesso a estabelecimentos comerciais, assim como, ao restringir o uso de tecnologias que lhes permitam deslocar-se de modo mais rápido ou amplo, ao mesmo tempo, em que essa mesma ausência os força locomover-se por vários quilômetros a pé para, por exemplo, conseguir trabalhar ou alimentar-se. Tais limitações impostas pela ausência de recursos financeiros são muito bem sintetizadas por Iraquitán:

Quem mora não pode comer nem se deslocar. Deve morrer. De fome. Quem se desloca e se veste não pode comer. Nem morar. Quem come não pode morar nem se deslocar. Tem que sobreviver. De forma que ninguém se veste, ninguém mora, e o deslocamento é feito a pé. A fome não permite escolhas. A fome tem efeito cascata. A máquina humana tem que funcionar. O sangue tem de fluir. O cérebro precisa pensar em formas de encontrar alimentos (Melo, 2022, p. 134).

Dessa forma, as condições precárias de vida das personagens em situação de rua são um dos principais elementos que marcam a sua desterritorialização, no sentido atribuído por Haesbaert, de uma “efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados” (2024, p. 312). Outros fatores contribuem, entretanto, para a desterritorialização, é o caso dos estigmas vinculados à sua classe social - e

atravessados por outras intersecções como raça, nacionalidade e gênero - que fortalecem essas barreiras e criam novas, como o supracitado tratamento hostil direcionado às pessoas em situação de rua. Os discursos que difundem tais estigmas, somados às contenções que os acompanham, fazem com que essas pessoas incorporem a estigmatização, o que afeta a autoestima e serve como forma de autocontenção. Em *Maremoto*, um exemplo é o modo como Fatinha evita aproximar-se das pessoas por saber que provoca nojo nelas. Em *Menos que um*, um exemplo é o seguinte trecho em que Seno Chacoy reflete sobre os efeitos dos estigmas e das condições precárias para os habitantes da praça da Matriz:

Era como se todos os xingamentos e insultos que lhe eram dirigidos, toda aquela sujeira, aquele fedor ácido, aqueles percevejos, aquela fuligem, aquele desprezo, aqueles cobertores imundos, aquele cheiro de sopa pobre, toda aquela sordidez da vida na rua entrassem na corrente sanguínea daquela gente. Daí para acreditar que você é de fato tão podre quanto tudo ao seu redor, que sua história não vale porra nenhuma, que seus vínculos não existem, que sua humanidade é de um tipo inferior, que seu corpo é motivo de vergonha, e virar aquela criatura mansa, domesticada, como cachorros de rua, que não latem mais, nem arreganham os dentes, é só *um passo. Menos, até. Menos que um* (Melo, 2022, p. 319).

As observações de Seno Chacoy são marcadas por um olhar depreciativo das personagens em situação de rua, o que é comum em sua perspectiva ao longo da narrativa, por vezes, servindo como forma de deslocar para outras pessoas os estigmas atribuídos a si. Nesse sentido, Cláudia Brito e Lenir da Silva apontam que o “autopreconceito” expressado pelas pessoas em situação de rua “representa o esforço que o sujeito faz para se diferenciar e não pertencer àquele grupo” (2022, p. 156). Entretanto, apesar das considerações de Seno ignorarem a subjetividade e a capacidade de reação das personagens, também expressam o modo como a incorporação dos estigmas contribui para as suas desterritorializações.

Além disso, outra barreira sustentada pela estigmatização e pelo medo que a envolve é a expansão da indústria de segurança, que, por sua vez, contribui para a construção do que Caldeira denomina de “cidade de muros”, onde os espaços são cada vez mais marcados por estratégias de contenção territorial, que “estabelecem diferenças, impõem divisões e distâncias, constroem separações, multiplicam regras de evitação e exclusão e restringem os movimentos” (2000, p. 9).

Uma dessas estratégias é a construção de “enclaves fortificados”, marcados, também, pela privatização da segurança (Caldeira, 2000). O que aparece em *Menos que um*, principalmente, a partir do *Swiss Life Residence*, um condomínio fechado

composto por sete mansões. O luxo da propriedade desperta o fascínio de Chilves, que passa a visitá-la com regularidade, após escutar os relatos de Farol Baixo sobre o tempo que trabalhou ali. O condomínio não está, porém, localizado no centro; partindo da praça da Matriz, é necessário percorrer alguns quilômetros de ônibus e depois realizar uma árdua caminhada. Sua localização suburbana segue, assim, uma das tendências dos enclaves apontadas por Caldeira (2000) e explica parcialmente a atmosfera de abandono que marca o centro da cidade, o que é, inclusive, assinalado pelo comentário de Farol Baixo, reproduzido por Chilves, de que “os ricos estão fugindo da cidade” (Melo, 2022, p. 17). Além dos quilômetros que separam o condomínio da praça, há, também, muros que o cercam e um sistema de vigilância realizado por uma empresa que possui o simbólico nome de “Fronteiras”, o que é elucidativo do serviço que oferece: a manutenção das fronteiras entre a elite que vive nas mansões localizadas no interior dos muros e os seres humanos refugados que eventualmente queiram transpô-los.

Em *Maremoto*, não é apresentado nenhum exemplo específico de enclave, o mais próximo disso é a breve menção, realizada por Boa Morte, à construção de um condomínio fechado. No entanto, a narrativa aborda a sensação de abandono que sentem as personagens estando do outro lado dos muros e fachadas que compõem o Chiado, sentimento acentuado no inverno quando o frio castiga os corpos e a movimentação das ruas diminui: “Sem as pessoas, a cidade era pedra e gelo, sobretudo em Janeiro. Mas Boa Morte e Fatinha sabiam os outros dentro de muros, no interior das fachadas, e agarravam-se aos indícios mínimos de que estavam acompanhados” (Almeida, 2021, p. 162). Isto é, ainda que sejam tratados de modo hostil na maioria de suas interações com os transeuntes, suas presenças, muitas vezes, lhe distraem e lhe trazem a possibilidade - mesmo que ínfima - de auxílio ou acolhimento, conforto precário que é substituído pela solidão que se intensifica à medida que a população se isola no interior dos muros.

Tais muros que cercam as residências, assim como a construção mais complexa de enclaves fortificados e o uso de segurança privada, são algumas das principais estratégias de contenção que constroem um espaço público cada vez mais fragmentado, “articulado em termos de separações rígidas e segurança sofisticada, e no qual a desigualdade é um valor estruturante” (Caldeira, 2000, p. 12). Essa fragmentação é assinalada, para além de todas as barreiras já mencionadas, pela restrição da circulação dos grupos estigmatizados nos espaços

públicos, o que aprofunda o sentimento de abandono expressado pelas personagens.

Dido, por exemplo, além de não possuir moedas para comprar o famoso sanduíche de pernil do Hamilton (ou qualquer outro alimento), é expulso a vassouradas da calçada em frente ao restaurante, pelo próprio dono, porque a sua presença poderia desagradar os clientes. Jéssica, de modo semelhante, tenta três vezes visitar Glenda no Hospital até conseguir, sendo o principal obstáculo para o seu acesso o preenchimento do formulário já mencionado em que precisava indicar o seu endereço, assim como o tratamento do atendente que, por sua vez, “era a inspiração perfeita para que as pessoas na fila, atrás de Jéssica, começassem a dizer coisas como “nem documento tem”, “ai, que futum”, “não deviam permitir a entrada desse tipo de gente” e outras coisas piores” (Melo, 2022, p. 68).

Em *Maremoto*, a mobilidade de Fatinha é extremamente limitada por bloqueios, os quais são relatados principalmente a partir do olhar de Boa Morte, que falha em suas tentativas de levá-la a espaços diferentes dos que já ocupa. Em dado dia, em que o trabalho havia rendido trinta e cinco euros, Boa Morte decide levar Fatinha em um restaurante, porém seu acesso é negado por ela não estar “arranjada” e os funcionários ameaçam chamar a polícia caso eles não se retirem do local. Em outro momento, Boa Morte expressa o desejo de levar Fatinha na praia, o qual é frustrado já em sua germinação pela consciência de que o acesso dela aos comboios é vedado por conta da sua sujeira.

Entretanto, a limitação do acesso não é homogênea, alguns fatores agravam ou atenuam a estigmatização, modificando as contenções que são impostas às personagens. Um ponto importante é que as suas presenças são parcialmente toleradas, ainda que a contragosto, enquanto vistas como úteis, pois a lógica neoliberal vigente perpetua os princípios racistas e utilitários do colonialismo. Isso é muito bem explicitado na análise de Ngoenha sobre a permanência do distanciamento social na arquitetura colonial e pós-colonial, em que, por exemplo, a presença de quartos e banheiros separados nas residências permitem que os negros estejam “suficientemente perto para servir, mas longe o suficiente para não contaminar, com o vírus da sua negralhada” (2022, p. 47).

Em *Maremoto*, um exemplo simbólico disso é o exército de espectros, composto por “soldados” - muitos deles imigrantes nascidos em ex-colônias portuguesas - que realizam trabalhos precarizados no Chiado, ao mesmo tempo que

são invisibilizados ao ponto de poderem ser comparados com “espectros”. Outro exemplo, dessa vez mais específico, é que Boa Morte, soldado deste exército, passa seus dias em frente ao teatro São Luiz, admirando a sua beleza, estudando todos os movimentos de entrada e saída do prédio, mas só consegue acessá-lo uma vez, quando aceitam o seu auxílio no carregamento do som, enquanto não está sendo realizada nenhuma apresentação, indicando, também, como o acesso ao lazer e às atividades tidas como “intelectuais” são negadas às classes mais pobres.

Essa tolerância está, por sua vez, condicionada a outros fatores. Por exemplo, não é qualquer função que pode ser exercida pelos grupos estigmatizados, espera-se que eles realizem trabalhos braçais, insalubres, em suma, trabalhos que a elite não quer realizar. Em *Menos que um*, isso é denunciado por Iraquitan após Emílio, o supervisor do hotel social onde estava hospedado, recusar-se a designar-lhe alguma função em que pudesse utilizar suas habilidades de escrita, as quais são qualificadas como “inúteis” por Emílio. Iraquitan não contesta o supervisor, apenas pensa que: “Havia muitas coisas que ele podia fazer, escrevendo de forma “prática e útil” [...], mas Emílio queria que ele se dedicasse a outro tipo de trabalho” (Melo, 2022, p. 31).

Não é que a sua habilidade de escrita fosse realmente vista como “inútil”, era Iraquitan que não era visto como adequado para exercer uma atividade tida como “intelectual”. Essa concepção é reforçada quando, após conseguir publicar seu primeiro livro, Iraquitan é barrado na entrada da livraria onde estava ocorrendo a divulgação da sua obra:

Pena que não houvesse uma foto sua na vitrine. Talvez isso acalmasse o segurança da livraria. O homem o olhava como se temesse um assalto, certamente não relacionava o título exposto, com toda a pompa, ao autor mirrado, quase preto, bem ali, em carne e osso (Melo, 2022, p. 249 - 250).

A figura do segurança marca a expansão da segurança privada como forma de conter os seres humanos vistos como indesejáveis. Ao mesmo tempo, o bloqueio da entrada de Iraquitan exemplifica como, nas palavras de Caldeira: “a imagem do suspeito é feita de estereótipos e, conseqüentemente, os sistemas de triagem discriminam especialmente os pobres e os negros” (2000, p. 319).

Por outro lado, dentre os indicadores que são analisados nos sistemas de triagem está a aparência higienizada, marcada pelas roupas e pela higiene pessoal. Em *Menos que um*, quando Glenda está no hospital, Jéssica tenta acessar o prédio

de Rita para realizar a limpeza e tem seu acesso negado pelo zelador por estar suja, isto é, mesmo que estivesse ali para realizar um serviço, sua aparência foi considerada inadequada. Um outro exemplo da limpeza como forma de distinção é quando Seno Chacoy, após realizar sua higiene no trailer do banheiro e conseguir roupas doadas, destaca a diferença do tratamento que recebe: “Vestido daquela forma, voltara a ser tratado como um consumidor pobre. O consumidor dos sapatos vermelhos, pensou, ao andar pelos corredores atrás do que procurava” (Melo, 2022, p. 325).

Em *Maremoto*, a diferença de acesso entre as duas protagonistas é um exemplo nítido de como dentro de um mesmo grupo estigmatizado fatores como o valor utilitário e a aparência higienizada são modificadores. Boa Morte possui menos bloqueios que Fatinha, conseguindo acessar, por exemplo, os cafés, os restaurantes e o transporte público, espaços vedados a ela. Isso porque Boa Morte, mesmo vivendo em condições precárias, possui um emprego informal que lhe garante um certo valor utilitário, com o pouco que ganha consegue utilizar roupas menos esfarrapadas e, por possuir uma habitação provisória, consegue realizar sua higiene com mais facilidade, diminuindo em parte a sua estigmatização como “sujo”; além disso, se distingue de Fatinha por ser lido como uma pessoa “sã” enquanto ela é taxada de “louca”.

Entretanto, mesmo quando as pessoas em situação de rua executam serviços precarizados, possuem uma aparência higienizada e comportamentos normativos, a tolerância que lhes é destinada é instável e marcada por violências. Em *Maremoto*, essa instabilidade é assinalada, por exemplo, quando um cliente do estacionamento acusa Boa Morte de roubo e lhe dirige vários insultos xenofóbicos: “preto da Guiné, farrusco, vai para a tua terra, escarumba, eu sei lá que mais” (Almeida, 2021, p. 113). Como resposta, Boa Morte agride fisicamente o cliente que, por sua vez, revida. Os dois são levados a delegacia e ali o tratamento que cada um recebe é diferente:

Fomos até à esquadra, levados pela Polícia Municipal, o senhor resolveu não apresentar queixa. [...] Última da hora, o polícia me reconheceu da António Maria Cardoso: “Então, Boa Morte, por aqui hoje, está tudo bem?” E mandou o outro embora. Mas me humilhou e me xingou e me deixou esmurado, de modo que manhã seguinte, já tinha recuperado o *Jardel* que aguardou por mim na frente do São Luiz, manhã seguinte acordo com uma hemorragia e com a roupa da cama cheia de sangue (Almeida, 2021, p. 113).

Esse episódio retoma o tratamento hostil por parte da população geral, mas expõe outra camada de violência: o questionamento do direito do sujeito de estar naquele país, que é uma das principais formas de insulto dirigidas aos imigrantes. Simultaneamente, a briga acusa a violência perpetrada pela polícia, que reserva tratamento diferentes para aqueles que pertencem a grupos estigmatizados.

A violência executada pelos agentes do Estado não é, todavia, um dos focos de *Maremoto*, a polícia aparece somente em breves menções, como na descrição do medo de Boa Morte de ser deportado, caso os agentes percebam que a sua documentação está caducada. Outras instituições tampouco são exploradas, uma das poucas denúncias é a menção às tentativas de expulsão do centro orquestradas pela Câmara Municipal a partir da retirada dos pertences de Fatinha: “De vez em quando, o pessoal da Câmara levava tudo e Fatinha começava a reconstruir o seu abrigo do nada, no dia seguinte, sem lembrança do que lhe tinham levado, como alguém que se esquece da página do livro lida na noite anterior” (Almeida, 2021, p. 182).

Em *Menos que um*, por outro lado, a violência é um dos temas centrais. Em relação à polícia, são mencionados vários casos de torturas, humilhações e assassinatos realizados por agentes. Um dos exemplos mais marcantes é o caso de Glenda, detida enquanto gravava com o celular a abordagem violenta do sargento Cleber ao acusar Dido de ter roubado uma bolsa. Ela, porém, nunca chegou à delegacia, vítima do mesmo grupo de policiais corruptos que mataram o filho de Zélia, Glenda é assassinada e castrada, indicando a transfobia que, também, marcava a ação.

A violência policial, além disso, está ostensivamente presente nas principais tentativas de expulsar as personagens em situação de rua da praça da Matriz, as quais marcam a transição entre as três partes que dividem a narrativa e compõem um ciclo de violências a que são submetidas as personagens. No final da primeira parte, ocorre uma invasão policial que busca “limpar” a praça, em que oficiais fortemente armados cercam o território com helicópteros, viaturas, camburões e uma cavalaria. Os agentes atacam de modo rápido e brutal a população desarmada, muitas pessoas correm atordoadas, enquanto outras tantas lutam para retardar a polícia e para manter os seus pertences. A invasão é narrada a partir da perspectiva de Chilves que primeiro observa tudo com torpor e depois tenta resistir a retirada da sua carroça, que era a sua cama e o seu instrumento de trabalho:

Segundos depois, ele e Jéssica, com o coração aos pulos, se agarravam à carroça, tentando impedir, em vão, que ela fosse atirada num dos quatro caminhões estacionados perto da agência dos Correios para transportar o que os policiais chamavam de “tralha”, “lixo”, “entulho”, e que eram o cobertor, a panela, a cama, o fogareiro, as roupas, as mercadorias e os instrumentos de trabalho de quem vivia na praça (Melo, 2022, p. 102).

Ao mesmo tempo que a remoção e o transporte dos seus pertences em caminhões de lixo assinala a visão dos seus objetos pessoais como “tralha”, a violência infringida a seus corpos assinala a visão de suas vidas como dispensáveis, o que é reforçado com o assassinato de Salário Mínimo pelos policiais durante a ação. Esse filtro da redundância parece marcar, também, a visão de uma parcela da população que aplaudia tudo do alto das janelas dos prédios, enquanto outra parcela xingava tanto os policiais quanto a população em situação de rua.

Os motivos para a operação higienista são insinuados antes do acontecimento pela menção a quatro homens que circularam pela praça por alguns dias, observando, fazendo anotações, tirando fotos e falando sobre “revitalização” e “turismo”. Na segunda parte da narrativa, que começa após um salto temporal de quatro meses, compreende-se que esses homens estavam envolvidos com o projeto da construção, agora já em andamento, do Central Park do Brasil, um condomínio residencial de luxo que iria ocupar todo aquele território. Ou seja, a ação policial naquele momento era motivada pela especulação imobiliária, regra de mercado que faz a cidade de “palco de constantes negociações, a serviço do rentismo” (Gaio, Diniz, 2021, p. 222) e que denuncia, mais uma vez, a escolha do sistema neoliberal pelo lucro acima da vida humana.

Ao longo da segunda parte da narrativa, são apresentadas as movimentações da obra como mais um ponto de disputa daquele território. Além de toda a movimentação já existente, a área passa a ser ocupada por caminhões carregando materiais, por todo um novo grupo de trabalhadores envolvidos no empreendimento e por uma série de propagandas que mostravam: “fotos de apartamentos decorados com luxo e casais felizes andando de bicicleta na praça repaginada” (Melo, 2022, p. 112). Sendo assim, o território das pessoas em situação de rua passa a ser ainda mais limitado, pois, primeiro, não podem mais ocupar o antigo terminal abandonado onde estão sendo feitas as obras e precisam desviar das novas movimentações hostis, depois, aqueles que moravam nos casarões ao redor da praça, em hotéis sociais, passam a ter as suas moradias ameaçadas, já que tudo está sendo vendido para a realização do empreendimento.

A terceira parte da narrativa apresenta, contudo, a deterioração do cenário inicial de abandono da praça da Matriz, como resultado da paralisação das obras devido a uma crise no setor imobiliário. As construções são deixadas inacabadas e os pedreiros, sem terem sido remunerados, passam a integrar a população que habita o interior da praça, ao mesmo tempo que a violência policial só aumenta. Sendo assim, tal caso assinala, mais uma vez, que nas negociações realizadas nos territórios urbanos os seres humanos refugados geralmente saem perdendo.

Antes da paralisação da obra, porém, a valorização daquela área parece ser a motivação provável para a busca de Teresa Makan pela reintegração da posse de um imóvel, localizado na praça da Matriz, que ela havia abandonado e deixado de pagar os impostos por mais de dez anos. O edifício, que antigamente funcionava como uma loja de departamentos, agora era ocupado por várias famílias, para as quais Teresa oferece uma quantia de quatrocentos reais durante três meses em troca da saída do imóvel, um valor irrisório que a maioria recusa. A ação judicial, portanto, segue, ocorrendo duas tentativas de desapropriação, a primeira marca o encerramento da segunda parte da narrativa e a última marca os capítulos finais. Ambas se assemelham à invasão policial da praça, pois homens fortemente armados cercam o edifício com viaturas, cavalaria, helicópteros e caminhões de lixo que esperam para transportar os pertences, enquanto uma plateia apática observa tudo. A primeira tentativa é interrompida pela notícia da suspensão temporária da ordem de reintegração assinada pelo desembargador, evitando, assim, que os policiais já posicionados comesçassem o ataque. Já na segunda tentativa o despejo se efetiva, sendo realizado com a mesma violência que marcou a invasão da praça na primeira parte da obra.

Nessas tentativas de expulsão e em outras abordagens rotineiras, a polícia frequentemente retirava os documentos das personagens em situação de rua, obrigando-as a seguir longos procedimentos burocráticos para conseguir refazê-los ou, caso não conseguissem, adicionando mais um obstáculo para o seu acesso a empregos formais, auxílios governamentais ou mesmo a espaços como o hospital. A perda dos documentos, para além das suas consequências práticas, enfraquecia as identidades já abaladas dessas pessoas, o que é exemplificado a partir das angústias de Jéssica por não possuir nenhum dos documentos que o atendente do hospital lhe solicitava: “era como se ela ali, sem documentos, ajudasse a provar que não existia de verdade” (Melo, 2022, p. 67). Assim, a ausência dos documentos e a

burocracia para refazê-los são, parafraseando Iraquitan, uma das diferentes formas que o Estado encontra de matar os seres humanos refugados.

Cabe mencionar que a morte de um certo sentimento identitário provocada ou acentuada pela perda da documentação aparece em *Maremoto* também, a partir, por exemplo, do já mencionado medo que Boa Morte sente de encontrar a polícia a qualquer momento por estar com a sua documentação migratória caducada, contribuindo, assim, para a desestabilização de uma identidade já instável pela negação constante de sua cidadania.

Em *Menos que um*, são abordadas, ainda, outras tentativas menos ostensivas de expulsão das personagens em situação de rua do centro, como o ato de jogar água nos seus pertences, realizado rotineiramente pela equipe de limpeza da prefeitura, na qual trabalhava Seno Chacoy no início da narrativa, ou, ainda, a construção de uma arquitetura hostil, marcada, por exemplo, por blocos de concreto embaixo dos viadutos e torneiras que mantêm as calçadas constantemente molhadas.

Essas tentativas, muitas vezes, não eram efetivas para a expulsão concreta, pois as personagens em situação de rua, após as ações de “limpeza social”, voltavam para os territórios que já ocupavam. Contudo, eram extremamente efetivas como forma de traçar e manter o distanciamento social, pois como afirma Bauman: “A divisa é traçada de novo a cada ronda de coleta e remoção do lixo. Seu único modo de vida é a incessante atividade de separar” (2005, p. 39). Dessa forma, ao traçar a divisa, as expulsões, mesmo quando temporárias, serviam para desterritorializar repetidamente as personagens, mantendo a fragilização dos territórios que construíam.

Ainda em relação às ações do Estado para retirá-las dos espaços públicos do centro, são abordadas algumas instituições que funcionam como forma de controle pelo confinamento. Como a prisão, onde Chilves passa alguns meses detido injustamente após a invasão da praça. Ou o centro de “reabilitação” para onde Glenda manda Jéssica, sem saber que, na realidade, era uma fachada para trabalho escravo e “exorcismo” dos usuários de drogas. Ou, ainda, algumas das unidades de acolhimento que seguem a mesma lógica de estigmatização e tratamento hostil das personagens em situação de rua.

Dito isso, na “cidade de muros”, enquanto aqueles que podem se isolam em seus enclaves fortificados ou no interior de seus muros, os que são deixados do lado

de fora precisam experienciar espaços públicos transformados em “territórios de medo” (Caldeira, 2000). Para a maior parte da população isso significa transitar pelas ruas com pressa, temendo um assalto ou uma agressão, enquanto, conseqüentemente, descontam suas inseguranças e raiva nos grupos estigmatizados. Para outra parcela, ainda, significa infringir a esses grupos as violências que acreditam que merecem por serem “menos humanos”. Já para as pessoas em situação de rua que ocupam esses espaços públicos o medo é constante e provém de todos os cantos; medo dos transeuntes, dos comerciantes, dos seguranças, dos agentes do Estado e até de outros grupos de pessoas em situação de rua.

Em *Menos que um*, a descrição que Seno Chacoy faz de sua “rota da sobrevivência” retoma várias das barreiras supracitadas, exemplificando como essas provocam o medo e moldam a experiência de viver do lado de fora dos muros:

Geralmente tinha um plano, logo pela manhã: percorrer a rota da sobrevivência. É a primeira coisa que se aprende na vida na rua. Manter-se em movimento. Parado, você é um alvo. Da Polícia Militar. Dos cidadãos de bem. Da prefeitura. Da Guarda Metropolitana. Dos grupos evangélicos. O sistema da rua faz você andar o dia todo. Quatro quilômetros para ganhar o pão com manteiga na Ordem de Santa Clara. E mais dois para receber o vale do restaurante popular da prefeitura. Oito quilômetros, se quiser almoço grátis. Ou mais três quilômetros, caso o refeitório Diogo Martins esteja lotado e você seja obrigado a buscar o refeitório dos evangélicos [...]. Andando é que se encontra uma bica, uma torneira pública, um posto de gasolina, cujo banheiro, com sorte, autorizam você a usar. Lavar os pés, o rosto, defecar, tudo significa caminhar muitos quilômetros. Andar até encontrar um velho carro abandonado, um terreno baldio, um cemitério ou uma marquise sob a qual não tenham espalhado óleo queimado, ou ainda um vão de viaduto sem arquitetura antimendigo, onde é possível fechar os olhos sem que algum sádico venha urinar sobre seus pés ou incendiar o seu corpo. Sem andar muito, você não dorme, não coleta recicláveis, não encontra um bico, um rango, você não guarda carro, não varre calçadas, a vida de um rueiro, sabia, é andar para sobreviver (Melo, 2022, p. 320-321).

Essa rota sintetiza parcialmente como a cartografia traçada pelas personagens em situação de rua abarca amplas regiões dos centros das cidades, que são marcadas por fronteiras compostas pelas condições precárias e pelas diferentes formas de contenção territorial que experienciam as personagens. Dessa forma, tais fronteiras amplificam a desterritorialização ao nutrir o medo e a instabilidade, forçando esses sujeitos a movimentos alienantes, “com os quais não se sentem nem um pouco identificados” (Haesbaert, 2024, p. 301), mas sem os quais não conseguem sobreviver.

Além disso, as fronteiras dificultam a possibilidade de descanso, pois, mesmo

quando as personagens conseguem parar, a ameaça da violência as mantém em constante estado de alerta. O que pode ser observado pelo modo como Chilves dormia na praça:

Chilves fazia questão de escolher um lugar iluminado, de onde se podia ter uma boa visão das ruas e do movimento. Usava as mochilas e chinelos como travesseiros. Ou os amarrava nas pernas, para não ser roubado. E nunca dormia profundamente. Mantinha um olho aberto para evitar ataques de ratos e coisas piores (Melo, 2022, p. 99).

Em um sentido similar, em *Maremoto*, Boa Morte descreve o seu medo ao andar pelas ruas do Chiado, apresentado em contraste com a segurança dos espaços cujo o acesso lhe é vedado:

O ar quente e lavado que vejo cá de fora, parecido ao que vejo do São Luiz nas noites de estreia, tudo me parece quente e seguro, as cadeiras, as madeiras talhadas a ouro e bem polidas, os candeeiros sem lâmpadas fundidas, os funcionários com cara de quem toma banho todos os dias. Indo na rua, moído pelo medo do cão que corre na estrada para me engolir, só penso em entrar, em ser atendido nesses lugares, em sentar-me na sala de espera e passar lá a noite, com os pés aquecidos, corpo agasalhado, edifícios que são casa de amigo no mato, museus, escritórios, sedes de seguradoras, olhos que cuidam (Almeida, 2021, p. 155).

O medo de Boa Morte parece ser menos abrangente que o experienciado por Seno Chacoy, pois, ainda que nesse trecho não seja explicitado, é possível intuir, a partir de outros relatos, que a causa de seu medo é o que ele denomina de “má vida”, dominante nas noites do Chiado, da qual faz parte Cátia e seus companheiros, personagens em situação de rua que são usuárias de drogas e o haviam atacado previamente. A limitação do seu medo pode ser atribuída em parte à proteção parcial que lhe fornece a sua habitação, por outro lado, o sentimento de estar abandonado do lado de fora dos prédios seguros se aproxima ao que experienciam as personagens em situação de rua de ambas as obras.

Ambas as narrativas mostram, ainda, como o medo é experienciado de modos diferentes pelas personagens. Nesse sentido, alguns grupos - como as mulheres e as pessoas LGBTQIAPN+ - sofrem outras violências para além das que já foram mencionadas, as quais são, por vezes, infligidas por outras pessoas em situação de rua e amplificam o medo experienciado do lado de fora dos muros.

Por exemplo, Jéssica, durante o período em que Chilves está preso, passa a trabalhar na prostituição e sofre diversos abusos, muitos destes pelas mãos de Poste, seu cafetão:

E quando ela, de fato, precisava de um guarda-costas, como na vez em que levava uma surra de um pedreiro bêbado que queria enfiá-la à força dentro da obra do Central Park do Brasil, cadê o Poste? Sumira. E muitas vezes, quando estava chumbadão, ele queria obrigá-la a trepar com os amigos dele. De graça. Ali mesmo, embaixo das árvores (Melo, 2022, p. 152).

Por conta dessas violências, Jéssica passa a ter outros medos ao caminhar de noite pelas ruas vazias na volta da praça, espaços onde as prostitutas frequentemente eram agredidas ou mortas. Glenda, de modo similar, expressa o quanto detesta andar pela praça da Matriz, especialmente após os pedreiros da obra fracassada passarem a habitá-la, pois, nas palavras dela, o esporte favorito deles era “dar porrada em trans e putas” (Melo, 2022, p. 276).

Em *Maremoto*, de modo similar, Fatinha sofre abusos por um grupo de jovens, sendo atormentada pela lembrança por meses após o acontecido:

Os miúdos tinham-lhe puxado a roupa, arrancado o lenço do cabelo. Deixaram-na nua da cintura para cima. Foi de madrugada. Ninguém a acudiu. Agora, quando voltava a si, regressava a essa noite. Chorava-a como se tivesse acontecido na véspera, apesar de já terem passado meses. Boa Morte não lhe valera. Andava em parte incerta (Almeida, 2021, p. 127).

Esse acontecimento parece, entre outras consequências, acentuar o medo que Fatinha possui de adormecer na rua: “Caía no sono, bêbada ou de cansaço, depois de resistir com todas as forças, receando acordar e já não ser Lisboa, já não ser Fatinha” (Almeida, 2021, p. 163).

Todas as violências, somadas às condições precárias e às contenções territoriais aqui analisadas, compõem as desterritorializações vividas pelas personagens, sintetizadas poeticamente no maremoto que dá título ao livro de Djaimilia. Segundo escreve Boa Morte, esse fenômeno irá atingir Lisboa, mas já assolou a sua vida, assim como a de Fatinha e as dos demais soldados do exército de seres humanos refugados, todos eles mortos em vida, fantasmas do que um dia foram, vivendo em uma cidade embaixo do rio Tejo. O que se torna claro na seguinte fala de Boa Morte: “[...] os tesouros afundados no rio somos eu e ela, todos nós, ela é que não sabe. Que somos bichos após o dilúvio, oceânicos, e que nossa vida é corrente, alga, lodo, mar que nos tirou quem éramos” (Almeida, 2021, p. 169). Sendo assim, esse mar do tempo com os seus processos desterritorializadores lhes trouxe às suas situações atuais, vivendo em condições precárias, contidos territorialmente, distantes dos laços que formavam as suas identidades, pedindo socorro embaixo dos escombros sem ninguém para escutá-los.

### 3.2.4 Territorialização precária e o contornamento das fronteiras

A desterritorialização, como debatido no capítulo anterior, não existe isoladamente, ela sempre faz parte de um processo relacional de des-reterritorialização. Mesmo grupos extremamente vulneráveis, como as pessoas em situação de rua, encontram seus modos de reagir, resistir, (sobre)viver, em suma, formas de contornar as contenções territoriais para (re)territorializar-se, ainda que precariamente, devido a instabilidade de suas condições. Tudo isso, também, está presente nas cartografias construídas pelas narrativas aqui analisadas.

Para as personagens em situação de rua de ambas as obras, territorializar-se envolve ocupar os espaços hostis que restam no centro das “cidades de muros”, utilizando recursos escassos para tentar dominar (dimensão funcional) e apropriar-se (dimensão simbólico-cultural) desses espaços, enquanto resistem às tentativas - mais ou menos diretas - de expulsá-los e/ou exterminá-los.

Em *Maremoto*, Boa Morte, por ver o seu emprego no Chiado como o cumprimento do que acredita ser seu dever para com Portugal, busca formas de apropriar-se daquele espaço que considera ser a porção de terra que lhe foi destinada. Para sentir-se empregado e assegurar seu valor utilitário, todos os dias, põe um colete que ele mesmo comprou, guarda os carros com competência e se dedica ao estudo da cidade, das pessoas e seus hábitos, fazendo ocasionalmente rabiscos em seu caderno. Seu conhecimento acerca da rotina daquelas ruas alcança o ponto de Boa Morte saber o horário sem precisar de relógio, somente pela movimentação da cidade, além de ser sempre capaz de reconhecer quando surge um rosto novo nas redondezas.

Fatinha, por outro lado, tenta territorializar-se a partir de uma ordenação funcional e simbólica dos seus pertences na rua, o que é apresentado pela perspectiva de Boa Morte, que primeiro enxerga apenas uma porção desordenada de lixo, até que passa a reconhecer a existência de uma organização:

Fatinha procurava os despojos da sua casa e o velho abanava a cabeça, pensava-a doente, tinha-lhe pena. Mas, atrás de cada papel amachucado, de cada bilhete de autocarro usado, da bula de medicamento jogada no chão, do desportivo da véspera deixado no banco, Boa Morte via revelar-se uma casa, alguém, uma vida na qual cada parte tivera um nexo numa arrumação primeira (Almeida, 2021, p. 111).

Traçando um paralelo com a realidade, a reportagem “Muquifo é sujeira”, do jornal *Boca de Rua* (2023b), exemplifica bem a visão dos pertences das pessoas em situação de rua como “lixo” em oposição aos significados que possuem para os seus donos. A matéria retoma uma entrevista realizada em 2016 a um dos então candidatos a prefeito de Porto Alegre, durante a qual o seu assessor afirma que os pertences das pessoas em situação de rua eram “muquifos”, sujeira que deveria ser removida dos espaços públicos. Posicionamento rebatido pelos entrevistadores ao afirmarem que o que ele denominou “muquifos” é a única casa que essas pessoas possuem.

Em *Menos que um* há um exemplo similar ao de *Maremoto*, em que, diferentemente do assessor que manteve seu posicionamento durante a entrevista, Douglas, após um breve choque inicial em relação a miséria de Zélia, passa a reparar no modo como a sua organização remete aos hábitos domésticos:

Ele já expulsara dali bêbados, pichadores e drogados, estava acostumado a topar com garrafas de bebida e seringas no seu caminho, já recolhera muitas oferendas para Exu, de frango com farofa a pipoca com dendê. Mas era a primeira vez que via no local um fogareiro de querosene e copos com restos de cebola e alho, que ela passou a esconder nas moitas ao redor, como quem guarda panelas no armário (Melo, 2022, p. 24).

Assim como Zélia, as personagens que vivem na praça da Matriz encontram as suas formas variadas de ordenação, como Chilves e Jéssica utilizando a carroça para dormir, como Iraquitan em seu iglu, como Dido com a casinha de cachorro que encontrou no lixo ou como a organização de barracas improvisadas que preenche a praça.

Entretanto, a ocupação do território não envolve apenas encontrar modos de proteger-se, dormir e dispor os seus pertences, as personagens em situação de rua, também, constroem ali formas próprias de sociabilidade, contribuindo, assim, para a sua apropriação, o que pode ser observado no seguinte trecho apresentado pela perspectiva de Jéssica:

Na praça, o fluxo era intenso. Pedreiros da obra vizinha se juntavam aos moradores da praça para beber e se divertir com as prostitutas. Havia ainda os frequentadores habituais, advogados, bancários e burocratas que trabalhavam nos escritórios ao redor e que, àquela hora, já zanzavam por ali, drogados. O som do rap, do funk, do pagode e do sertanejo estava por toda parte. Fogueiras ardiam em imensos tambores de gasolina, ao redor dos quais o povo se agrupava para espantar o frio (Melo, 2022, p. 154).

Em outros momentos da narrativa é retomada essa variedade de atividades, sendo apresentadas outras tantas realizadas por grupos diferentes na praça,

contando, inclusive, com a participação da mesma elite que se considera moralmente superior a esses sujeitos. Por vezes, a perspectiva em que tais atividades são abordadas possuem forte juízo moral, sendo adjetivadas, por exemplo, como “grotescas”, o que é recorrente a partir do foco em Glenda ou Seno Chacoy, personagens que estão mais distantes das atividades ali realizadas. Outras vezes, como no trecho destacado acima, essas são descritas a partir de um olhar mais naturalizado, sem indicar incômodo em relação a ilegalidade ou possível imoralidade de algumas das atividades.

Em seus deslocamentos pelo centro, também, encontram formas de apropriar-se dos espaços urbanos, apesar da compulsoriedade da maior parte dos seus movimentos e das inúmeras barreiras ao seu acesso. Essa apropriação ocorre, por exemplo, nos breves momentos em que as personagens parecem ser donas da cidade, experienciando uma sensação de liberdade similar à que domina os capitães da areia de Jorge Amado ao caminharem pelas ruas de Salvador. Um exemplo disso é quando Chilves dispara pelas ruas com Jéssica na sua carroça:

Aproveitando a rua vazia do estádio Índio Galdino, Chilves correu o mais que suas pernas permitiam, como se seus pés fossem rodas, como se seus braços fossem asas, seu coração pulsava como uma bateria de escola de samba, e Jéssica, segurando-se nas laterais, entontecida, ria à beça [...] (Melo, 2022, p. 260).

Boa Morte e Fatinha em seus deslocamentos pelo Chiado, também, desenvolvem sua apropriação dos espaços urbanos. Juntos, por vezes, se sentam na parada 28, conversando sem importar-se com a multidão hostil que transita pelas ruas. Em outros momentos, caminham pelo centro, Boa Morte acompanhando Fatinha em suas caças ao tesouro, que são, também, uma forma de juntar os pedacinhos da sua história e dos seus laços perdidos. Os amigos, ainda, usufruem dos espaços públicos, como praças e miradouros, para momentos de lazer: “A Fatinha a dar corrida aos pombos, a correr, a dançar de braços abertos na praça. *Jardel* a ladrar ao vento. Me esgueirei para perto da estátua e fiquei a vê-los. São o que tenho nessa vida” (Almeida, 2021, p. 148).

Nesses exemplos é possível ver um pouco das redes de apoio e afeto que as personagens constroem nas ruas, as quais são fundamentais para as suas territorializações, pois contribuem para a apropriação a partir da construção da sociabilidade já mencionada e do apaziguamento das suas solidões, ao mesmo tempo que facilitam a sua sobrevivência concreta, a partir do compartilhamento de

recursos e da soma de suas forças para resistir às violências.

Essa rede de afeto se estende aos cães que frequentemente acompanham as pessoas em situação de rua, os quais, como aponta Juliana Cunha (2015, *apud* Sicari, Zanella, 2018), são companheiros e auxiliam na vigilância dos perigos que sempre as espreitam, motivos pelos quais as pessoas em situação de rua evitam muitas vezes os espaços vedados aos seus animais de estimação.

Em *Menos que um*, a relação com os animais é apresentada principalmente a partir de Dido e seus cachorros, primeiro Nike, morto na invasão policial que finaliza a parte um, depois Afonsinho. Os cachorros o acompanhavam para todos os cantos e eles compartilhavam tudo, inclusive, a comida escassa: “Na rua, os cachorros se alimentam antes e melhor que seus donos. Nike não era exceção. A primeira coisa que Dido fazia, quando recebia algum dinheiro, era comprar a ração de Nike” (Melo, 2022, p. 86). O nível de proximidade entre eles, também, é assinalado pela preocupação com enterrá-los na praça, ato simbólico que marca o luto e ao mesmo tempo contribui para o estabelecimento de vínculos com o espaço.

Em *Maremoto*, seguindo na mesma direção, *Jardel* sempre acompanha Boa Morte e os dois compartilham tanto a escassez quanto os raros momentos de fartura, sua proximidade atinge o ápice de, em dado ponto da narrativa, os sonhos do homem se confundirem com os do cachorro, enquanto ambos dormem lado a lado. Sua proximidade é reforçada, quando Boa Morte temporariamente perde *Jardel* e se vê tão desterritorializado que passa a vagar sem rumo em trens pela cidade. Ou seja, a relação deles é um dos principais pontos que territorializam Boa Morte, o que pode ser observado, ainda, em outros momentos em que Jardel o traz de volta ao “mundo dos vivos”:

Vejo passar o eléctrico, chego a contar quantos passam, conto, conto, um, dois, e o cão da noite aparece entre os números, me aparece de vez em quando mesmo à luz do dia, mas tenho meu *Jardel*, que me chama e me lambe os pulsos quando me vê cabisbaixo, regresso a Lisboa, ao Chiado, ao mundo dos vivos. O centro sou eu (Almeida, 2021, p. 155).

Além disso, ambas as obras trazem exemplos de ações coletivas de resistência construídas a partir da organização das redes de apoio e afeto, indicando como o coletivo possui um potencial transformador muito maior que as ações individuais.

Em *Maremoto*, o maior exemplo de ação coletiva é a organização de uma horta no quintal da casa de Dona Idalina. Ali Boa Morte e os outros imigrantes que

habitam o local realizam o plantio e a colheita dos frutos, criam galinhas e conseguem uma fonte de água potável. A modificação daquele espaço para servir às suas necessidades e a produção coletiva de recursos materiais que são repartidos entre eles mesmos tornam as suas condições de vida um pouco menos precárias. Ao mesmo tempo, a união em prol de um mesmo objetivo fortalece os seus laços afetivos e favorece a apropriação coletiva daquele espaço, o que pode ser observado pelas confraternizações que realizam:

Ficamos por ali, os miúdos também se juntam. Ainda não se fala de vender provimentos porque ainda não temos grande colheita, mas o Vando traz a viola mais aqueles moços amigos da Quinta do Mocho e a horta da dona Idalina é o nosso aconchego. Senhora Pompeu puxa o seu velho para a dança, pobre homem nem aguenta a sua dengosa senhora. Açúcar! Mete jindungo! O Vando, já se sabe, gente boa, órfão natural do Cunene como teu pai, com a sua mulata de Angola, kizombadas e rap e eu sei lá que mais. Soa o violão e o meu Jardel baila feito saltarico, começa a ladrar de felicidade (Almeida, 2021, p. 107).

Nessas confraternizações, então, eles conseguem aproximar-se das suas raízes africanas a partir dos ritmos musicais e danças, das comidas típicas, das conversas sobre outras épocas, manifestando-se culturalmente e rememorando as suas origens, o que pode ser observado, também, em outro momento em que Boa Morte conversa com o Velho Pompeu: “Falamos do tempo colonial, ele relembra os costumes da ilha dele, falamos da colheita, estamos ali, dois fazendeiros na sua fazenda, embora o talhão tenha apenas quarenta metros de comprimento” (Almeida, 2021, p. 116).

Em *Menos que um*, a ocupação do edifício Makan é o maior exemplo das possibilidades que a autogestão e o trabalho coletivo apresentam em termos de contornamento territorial, o que é possível observar a partir da perspectiva de Glenda:

Nos fins de semana, armava-se um mutirão para lidar com a precariedade constante. E ninguém parava: um subia para limpar a caixa-d'água, outro descia para checar o relógio de luz, era gente remendando, martelando, esfregando, três cuidando da portaria, com porrete na mão, outros ensinando o alfabeto para as crianças no pátio, pessoas lá fora aguardando a horta, e também tinha aula de música para a molecada, e parte do povo mexendo com a burocracia, e mais gente na cozinha coletiva, e visita só com hora marcada, e todo mundo se juntando nas assembleias, discutindo, planejando, muita briga e gritaria (Melo, 2022, p. 176).

Esse trecho aponta como a ocupação é marcada pelo trabalho constante pela construção de um espaço mais digno, em um sentido funcional a partir das limpezas, reparos ao prédio e manutenção dos recursos, mas também em um sentido

simbólico-cultural a partir da organização política em prol de um objetivo e das atividades culturais desenvolvidas, como diferentes aulas para as crianças.

No entanto, como apresentado anteriormente, são realizadas várias tentativas de desterritorializá-los, por isso todas suas formas de (re)territorialização envolvem diversos contornamentos territoriais e apresentam aquilo que Regina Dalcastagnè descreve, a partir da análise dos textos de Carolina Maria de Jesus, como sendo: “a reação de corpos insubmissos, dispostos a ocupar lugares que não lhes são destinados” (2023, p. 44).

Em *Menos que um*, um exemplo de contornamento corriqueiro é quando, em uma noite em que Chilves estava sem a carroça, para conseguir dormir embaixo da marquise com Jéssica, precisa contornar a arquitetura antimendigo:

O COMÉRCIO JÁ ESTAVA FECHADO E Chilves pôde executar seu plano com tranquilidade: com um pedaço de ferro, quebrou e arrancou a torneira instalada na parede lateral, que era usada pelo proprietário daquela loja de materiais elétricos para manter o piso da calçada molhado durante a noite. Depois, entupiu o cano com pedras e pedaços de papel. Jéssica forrou o local com jornal e papelão (Melo, 2022, p. 99).

Outros exemplos são as reações às tentativas de expulsá-los do centro. Na invasão da praça a reação é desorganizada e individual, como as tentativas de Chilves e Jéssica de salvarem a carroça ou a decisão de Beto Senador de gravar com o celular a ação como forma de denunciar a brutalidade policial. Após o fim da invasão, aqueles que permaneceram vivos e livres da prisão começam a reconstruir sua territorialização precária no mesmo espaço, de modo similar, ao que faz Fatinha, em *Maremoto*, quando seus pertences são retirados pela guarda municipal.

A resistência às ações de desapropriação do edifício Makan, por outro lado, mostram como a construção de uma rede coletiva permite reações mais organizadas. Em ambas as tentativas de desapropriação, as personagens que viviam no edifício Makan realizaram protestos, que contaram com a participação de outras personagens que viviam na praça da Matriz e membros de outras ocupações. Nesses protestos, eles expõem cartazes e gritam no megafone, utilizando, assim, suas palavras como armas para afirmarem o direito à humanidade que lhes é negada, o que pode ser observado nos gritos de Chilves que entoia “– A gente é gente! A gente é gente!” (Melo, 2022, p. 219) ou nas exclamações gerais de “Nós não somos lixo! I Nós não somos lixo!” (Melo, 2022, p. 346).

A primeira tentativa de desapropriação é interrompida pela chegada da decisão judicial, trégua que representa uma esperança, sendo, assim, comemorada pelos moradores:

Uma onda de alívio e alegria não permitiu que ninguém na ocupação fizesse mais nada no resto do dia. Cozinharam macarrão e salsicha, comeram feijão, beberam café e cachaça até de madrugada.

A trégua, ainda que precária, já era uma grande vitória (Melo, 2022, p. 221).

A segunda tentativa de desapropriação, entretanto, é bem sucedida para Teresa Makan, o que parece indicar que, mesmo que a ação coletiva das pessoas em situação de rua apresente possibilidades transformadoras, as forças do Estado geralmente prevalecem e são utilizadas para favorecer os mais ricos.

As personagens despejadas da ocupação seguem caminhos diversos. Jéssica reencontra sua mãe Zélia, que havia reconhecido a filha na reportagem sobre a desapropriação e foi ao seu encontro na praça da Matriz; juntas elas vivem na casa de Douglas e conseguem recuperar a guarda de Lorraine. Chilves, após passar algumas horas na delegacia por mastigar a ordem judicial de desapropriação, passa a apresentar problemas respiratórios, possivelmente contaminado com covid-19 (dado o contexto da narrativa); deitado na praça, ele cai em um sono profundo em que reencontra seus mortos, indicando que talvez tenha sido seu sono final. Tula e Clarc, líderes da organização do edifício Makan, se mudam para outra ocupação, acompanhados por alguns moradores. O restante das pessoas passa a habitar os túneis subterrâneos da obra abandonada do Central Park do Brasil. Em suma, para os que permanecem vivos, mais uma vez, a luta por moradia continua em configurações variadas.

Por fim, assim como as palavras proferidas pelo megafone durante o protesto afirmam o direito à humanidade que lhes é negado, as artes, de modo geral, apresentam possibilidades semelhantes. A arte permite que esses sujeitos recuperem a autoestima que os estigmas afetaram, o rap, por exemplo, é apresentado para Chilves por ZJ, na prisão, como este potencial transformador: “O rap me salvou. O rap me ensinou que ser preto é ser divino. Que meu cabelo é lindo. A mudança foi brutal” (Melo, 2022, p. 109). A arte permite que a imaginação flua, que possam explorar seus sonhos de uma vida mais digna, destacar a beleza que encontram no mundo e, ao mesmo, denunciar as injustiças que sofrem.

De modo mais específico, a escrita possui destaque em ambas as obras,

como uma possibilidade de territorialização a partir da criação e a partir das palavras. Pois como afirma Dalcastagnè:

Escrever, especialmente para aqueles que recém adquiriram essa capacidade, também pode ser uma maneira de reafirmar sua presença no mundo. Colocar-se em palavras seria, nesse caso, uma forma de ser alguém, de participar de uma coletividade marcada pela escrita e, ao mesmo tempo, ser reconhecido como indivíduo, portanto, único (2023, p. 46).

Em *Menos que um*, Iraquitan coleciona palavras em seus cadernos, palavras que considera bonitas e cheias de poesia, como “*arrelia ondulante borbulhar albarrã sultana fímbria quadratura ou arábia*” (Melo, 2022, p. 28), ou, ainda, palavras hostis que denunciam a aridez da vida em situação de rua, como as regras do hotel social em que se hospedou por alguns dias. Ademais, nesses cadernos passa a escrever outros textos como “Homens Despedaçados (Perfis), Colóquios, Monólogos e Pensamentos Avulsos” (Melo, 2022, p. 130).

Considerando a exposição e vulnerabilidade de quem se encontra nas ruas, para não perder os seus escritos, Iraquitan, também, precisa realizar um contornamento prático. Poderia perder todos os seus pertences, seus documentos, mas não suas palavras: “Os cadernos, cheios de escritos, esses ninguém leva. Ele os esconde dentro do buraco na parede interna da igreja do Calvário, atrás de um confessionário” (Melo, 2022, p. 133).

A sua escrita, além de ser um agente poderoso da sua territorialização, é o que lhe permite sair das ruas, pois seu livro é publicado e sobe ao topo da lista de mais vendidos, lhe rendendo dinheiro o suficiente para comprar uma casa. A recepção da sua obra lhe permite, também, acessar espaços que antes lhe eram vedados, como o pátio do Museu de Belas-Artes, onde recebe um prêmio literário. Todavia, mesmo com o reconhecimento da sua obra, a estigmatização permanece, Iraquitan é sempre referenciado como “ex-morador de rua” e possui valor para a elite apenas quando fala de sua experiência vivendo nas ruas, em uma espécie de espetacularização da miséria. Em muitos sentidos, sua trajetória se aproxima, assim, da vivida pela escritora Carolina Maria de Jesus.

Por outro lado, a sua obra também contribui para a resistência dos seus companheiros na praça da Matriz, pois, ao se saberem retratados em um livro escrito por alguém que compartilha a mesma situação, recuperam parte da autoestima tomada pelos estigmas:

Eu apareço no seu livro? Você fala de mim?, questionavam, cheios de curiosidade. Para o Escritor, o interesse era surpreendente. Nenhum rueiro gostava de ser retratado, vai fotografar sua mãe, gritavam para os que tentavam registrar a miséria das ruas com intenção de publicá-la nas redes sociais [...]. Contudo, as putas, os cracudos, os mendigos, os catadores, os desempregados, os bêbados da maloca, mesmo sem saber exatamente do que se tratava, demonstravam interesse em participar dos seus Cadernos anárquicos (Melo, 2022, p. 251).

Em *Maremoto*, a maior parte da narrativa é composta pelos fragmentos das cartas que Boa Morte escreve para a filha que ele abandonou na Guiné Bissau. Nesses fragmentos ele conta para Aurora sobre o seu cotidiano em Lisboa, rememora o seu passado e expressa seus sentimentos ambivalentes, ora mais marcados pela sua devoção a Portugal ora predominando a frustração pela precariedade de sua vida e a culpa pelas ações cometidas em nome desta pátria. Em alguns momentos, Boa Morte admite saber o quão improvável é que consiga realmente enviar suas folhas a Aurora, porém, compreende também que a escrita por si só já é uma forma de aproximar-se da filha (ainda que em uma versão projetada por ele):

Preciso de me saber a escrever, saber-me a escrever dá-me noção da minha existência. Volta que volta, penso que falo sozinho, me apetece mandar tudo à fava, esquecer minha carta. Só então entendo que, enquanto te procuro, Aurora, estou acompanhado (Almeida, 2021, p. 164).

Assim, ao mesmo tempo em que, a partir da escrita, ele mantém viva a memória da filha, também, afirma a sua própria presença no mundo. Se em vários instantes Boa Morte se sente morto, a escrita, como ele mesmo afirma, pede que esteja vivo no momento em que pousa a caneta no papel. É, ademais, a forma que ele encontra de lidar com o medo - que lhe perturba constantemente - de ser esquecido. Escrever a si mesmo é, em suma, tornar-se menos espectro e mais humano.

No final, Boa Morte desiste da possibilidade distante de conseguir entregar as cartas para Aurora, por perceber que não quer que a sua dor a alcance. Decide, então, entregar suas folhas para Fatinha, a filha que as ruas do Chiado lhe deram, entretanto, ela, em seu alheamento, sequer percebe as folhas voando pelas ruas do centro de Lisboa, misturando-se aos passos dos transeuntes. Talvez ninguém nunca leia o que Boa Morte escreveu e suas folhas sejam jogadas no lixo, simbolizando o rótulo de refugo atribuído a sua vida. Talvez alguém encontre pedaços da sua história ao caminhar pelas ruas do Chiado, assim como, aqueles que andam atentos

pelo centro das metrópoles conseguem ver os fragmentos ignorados da história das pessoas em situação de rua.

## Considerações finais

“Quem sabe se notavam que mudávamos de passeio para os evitar, mudar de passeio no qual ia a nossa morte e não a sua” (Almeida, 2021, p. 91). Essa frase, que encerra o primeiro trecho de *Maremoto*, introduz a distância social, presente ao longo de toda a narrativa, existente entre o “nós”, do qual faz parte o narrador e os prováveis leitores, e “eles”, pessoas em situação de rua, representadas neste caso por Boa Morte e Fatinha. De modo complementar, *Menos que um* começa pela perspectiva de Seno Chacoy jogando água nas pessoas em situação de rua que dormiam nos arredores da praça da Matriz, provocando o leitor a reconhecer-se em certa medida nas ações de Seno ao perceber sua própria naturalização ou ignorância em relação ao sofrimento diário dessas pessoas.

Ambas as obras provocam, assim, o leitor a questionar as suas ações, mas estabelecem a dimensão individual como apenas uma das partes que compõe problemas estruturais muito mais amplos, que envolvem a própria essência predatória do sistema vigente e os discursos de verdade que dissemina, que influenciam, por sua vez, no comportamento da população, na estrutura das cidades, no funcionamento das instituições e assim por diante. Simultaneamente, essas obras estimulam a construir uma visão mais humanizada das pessoas em situação de rua a partir da apresentação de personagens complexas que sofrem, que erram, que resistem, que amam, que produzem arte.

Dessa forma, ambas as obras contribuem para o preenchimento das ausências da literatura contemporânea, uma vez que, nas palavras de Regina Dalcastagnè, falta ao romance brasileiro (e pode-se acrescentar ao romance português):

[...] incorporar as vivências, os dramas, as opressões, mas também as fantasias, as esperanças e as utopias dos grupos sociais marginalizados, sejam eles definidos por classe, por gênero, por raça e cor, por orientação sexual ou por qualquer outro critério (2021, p. 140).

Tendo isso em vista, neste trabalho buscou-se analisar os territórios ocupados pelas personagens em situação de rua de ambas as obras, visando a compreender, também, como essas perspectivas contribuem para a construção de novas narrativas urbanas.

Nesse sentido, uma primeira observação a ser ressaltada é que cada obra analisada aqui possui propostas distintas e utiliza estratégias narrativas variadas. *Menos que um* busca, a partir de um tom de denúncia e uma visão caleidoscópica, abarcar as diferentes camadas de violência que compõem a vida de múltiplas personagens em situação de rua que vivem em um aglomerado na praça da Matriz. Enquanto isso, *Maremoto* traz um número reduzido de personagens, apresentando a invisibilização vivida por elas a partir de um aprofundamento em questões pontuais, como as ambivalências que marcam a experiência dos imigrantes. Além disso, os enredos estão separados temporalmente por duas décadas e representam cidades de países diferentes, que possuem uma relação histórica recente de explorador e explorado, o que também gera distinções nas representações dos territórios.

Sendo assim, como apontado ao longo da análise, algumas contenções territoriais impostas às pessoas em situação de rua estão mais presentes em *Menos que um*, como a violência perpetrada pelos agentes do Estado, ao mesmo tempo, outras são aprofundadas em *Maremoto* de modo mais complexo, como as barreiras aplicadas aos imigrantes. Entretanto, as duas obras apresentam, cada uma a seu modo, as diferentes estratégias de contenção territorial, representando “cidades de muros” (Caldeira, 2000) onde, como resultado das políticas da insegurança e do medo, as personagens em situação de rua, abandonadas do lado de fora das barreiras, precisam viver em “territórios de medo” (Caldeira, 2000).

Tais contenções, somadas às condições precárias em que vivem, atuam, assim, na desterritorialização das personagens, isto é, em sua “fragilização territorial” (Haesbaert, 2024). Habitando espaços públicos cada vez mais fragmentados, as protagonistas de ambos os livros se deslocam compulsoriamente para poder sobreviver, sendo constantemente vigiadas, recebendo tratamento hostil e desviando de obstáculos à sua existência, o que as força, por sua vez, a viver em estado de alerta. Nas palavras de Iraquitán, estar nas ruas envolve um monte de problemas: “Problema para dormir. Para acordar. Para pedir. Para comer. Para parir. Para tomar banho. Para trabalhar. Para defecar. Para ganhar. Para desaparecer. Para ser visto. Para fornicar. Até para morrer” (Melo, 2022, p. 302).

Por outro lado, observou-se que as personagens em situação de rua encontram, também, formas de (re)territorializar-se, mesmo que de modo precário. Nesse sentido, elas utilizam seus recursos escassos para ocupar os espaços hostis, desenvolvendo as suas próprias formas de organização e de sociabilidade,

criando redes de apoio e afeto, articulando-se para lutar por seus direitos, resistindo a partir das artes e escrevendo a si mesmos para reafirmar as suas presenças no mundo. Como bem sintetiza o narrador heterodiegético de *Maremoto*: “Coubera a Boa Morte arranjar lugar ainda que não tivesse lugar. A rua não lhe pertencia, mas ele explorava o seu arrendamento como um pescador lança a linha” (Almeida, 2021, p. 112).

Em suma, a partir da análise dos territórios ocupados pelas personagens em situação de rua de *Menos que um* e *Maremoto*, observou-se que o foco nesses sujeitos alterou a cartografia das metrópoles, expondo as desigualdades apagadas pelos discursos neoliberais que idealizam uma “globalização irrestrita”. Ao mesmo tempo que observou-se a presença de ações de resistência em ambas as obras, o que contribui para uma visão mais humana das pessoas em situação de rua.

É importante ressaltar que as potencialidades desse tema não se limitam ao que foi alcançado com este trabalho, especialmente considerando a amplitude da ausência dos sujeitos estigmatizados na literatura e em pesquisas acadêmicas. Por isso, é essencial que sejam realizadas mais pesquisas sobre o tema, analisando outras obras, buscando a autoria de pessoas em situação de rua e/ou aprofundando-se em temas que foram apenas pincelados aqui, como a herança colonial que envolve a situação de rua em países como Brasil e Portugal.

Como buscou-se demonstrar com esta pesquisa, a inserção de grupos estigmatizados, como as pessoas em situação de rua, nas narrativas e nas pesquisas só irá enriquecer a literatura, a academia e a sociedade como todo. Dessa forma, histórias como a de Iraquitan poderão fazer com que outras pessoas se reconheçam nas artes, vidas como a de Boa Morte não serão pisoteadas pela pressa de uma lógica neoliberal desumana e mais sujeitos poderão gritar a plenos pulmões para reafirmar a humanidade que lhes é negada, como gritou Chilves: “– A gente é gente! A gente é gente!” (Melo, 2022, p. 219).

## Referências

- ALEMÃO, Samuel. Câmara de Lisboa retira 17 tendas de sem-abrigo do Regueirão dos Anjos, em Arroios. Público, Lisboa, 12 nov. 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/11/12/local/noticia/camara-lisboa-retira-17-tendas-semabrigo-regueirao-anjos-arroios-2111570>. Acesso em: 08 abr. 2025.
- ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. Maremoto. In: ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. Três histórias de esquecimento. Lisboa: Relógio D'água, 2021, p. 89-184.
- ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. O que é ser uma escritora negra hoje, de acordo comigo. São Paulo: Todavia, 2023.
- AMADO, Jorge. Capitães da areia. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUMENTO e mudanças no perfil de sem-abrigo obriga a afinar políticas, diz ministra. Observador, Portugal, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://observador.pt/2024/07/18/aumento-e-mudancas-no-perfil-de-sem-abrigo-obriga-a-afinar-politicas-diz-ministra/>. Acesso em: 12 mar. 2025.
- BAUMAN, Zygmunt. Vidas desperdiçadas. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BOCA de Rua, Porto Alegre, n. 84, p. 16, abr. mai. jun. jul. 2023a.
- BOCA de Rua, Porto Alegre, n. 85, p. 16, ago. set. out. nov. 2023b.
- BOCA de Rua, Porto Alegre, n. 86, p. 16, mar. abr. mai. 2024a.
- BOCA de Rua, Porto Alegre, n. 88, p. 16, set. out. nov. dez. 2024b.
- BOCA de Rua, Porto Alegre, n. 89, p. 16, jan. fev. mar. abr. 2024c.
- BRASIL. Lei nº 14.489, de 21/12/2022. Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para vedar o emprego de técnicas construtivas hostis em espaços livres de uso público – Lei Padre Júlio Lancelotti. Brasília: Presidência da República, 2022. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/l14489.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.489%2C%20DE%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202022&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.257,p%C3%ABlico%20%E2%80%93%20Lei%20Padre%20J%C3%BAlio%20Lancelotti](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14489.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.489%2C%20DE%2021%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202022&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2010.257,p%C3%ABlico%20%E2%80%93%20Lei%20Padre%20J%C3%BAlio%20Lancelotti). Acesso em: 08 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 14.821, de 16/01/2024. Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2024-01-16;14821>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Censo SUAS. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/gestao-do-suas/vigilancia-social/oassistencial-1/censo-suas>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRASIL. Serviços e Informações do Brasil. Inscrever-se no Cadastro Único (CadÚnico). Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/inscrever-se-no-cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal>. Acesso em: 01 jul. 2025.

BRITO, Cláudia; SILVA, Lenir da. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27(1), p. 151-160, 2022.

CABRAL, Afonso Reis. Pão de açúcar. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

CANDIDO, Antonio. O direito à cidade. In: *Vários escritos*. 4ª ed. São Paulo: Duas cidades, 2004, p. 169-191.

CHAMIE, Joseph. As cities grow, so do the numbers of homeless. Yale, 2020. Disponível em: <https://archive-yaleglobal.yale.edu/content/cities-grow-so-do-numbers-homeless>. Acesso em: 10 mar. 2025.

COMUNIDADE Vida e Paz. Comunidade vida e paz, 2017. Disponível em: <https://www.cvidaepaz.pt/>. Acesso em: 04 jul. 2025.

CENTRO de Inclusão pela Arte, Cultura, Trabalho e Educação. CISARTE, 2022. Disponível em: <https://cisarte.github.io/index.html>. Acesso em: 01 jul. 2025.

COSTA, Maria do Socorro Nascimento da. Legados de uma [H]istória: memórias e identidades em *Se o passado não tivesse asas*, de Pepetela. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão. São Luis, 2021.

COUTINHO, Seomara Marinho Valente. Políticas públicas de intervenção para pessoas em situação de sem-abrigo: proposta de critérios de avaliação potenciadores da eficácia na prevenção e intervenção junto da população. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Departamento Ciência Política e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, p. 75, 2021.

CULPI, Ludmila Andrzejewski. Estudos migratórios. Curitiba: InterSaberes, 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina. Ausências e estereótipos no romance brasileiro das últimas décadas: alterações e continuidades. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v. 56, n. 1, p. 109-143, jan.-abr. 2021.

DALCASTAGNÈ, Regina. Mulheres negras e espaço urbano na narrativa brasileira contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina; LEAL, Virgínia (Org.). Espaço e gênero na literatura brasileira contemporânea. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2023. p. 39-54.

ENIPSSA. Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo: Síntese de resultados, 31 dezembro 2018. 19 fev. 2020. Disponível em: <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situ%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo+-+31+dezembro+2018+%E2%80%93+S%C3%ADntese+de+resultados/c982bee2-475e-42e4-9be6-756c09a2ed9f>. Acesso em: 04 fev. 2025.

ENIPSSA. Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo: síntese de resultados, 31 dezembro 2022. 2023. Disponível em: <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2022+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situ%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/0485efbb-0839-46c3-81cc-43e054bc20a0>. Acesso em: 07 out. 2024.

ENIPSSA. Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo: síntese de resultados, 31 dezembro 2023. 2024a. Disponível em: <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2023+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pessoas+em+situ%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/6fef4b31-d76c-4c20-a80a-4e2725956b65>. Acesso em: 05 mar. 2025.

ENIPSSA. Inquérito de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo: quadros. 2024b. Disponível em: <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Inqu%C3%A9rito+Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+Pessoas+em+Situ%C3%A7%C3%A3o+de+Sem-Abrigo+-+31+de+dezembro+2023+-+Quadros/bc4e2eb8-31ba-4aa4-984b-dbeccaaddf22>. Acesso em: 05 mar. 2025.

FERREIRA, Evandro Affonso. Nunca houve tanto fim como agora. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 13. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.

GAIO, Daniel; DINIZ, Ana Paula (Org.). A população em situação de rua e a questão da moradia. Belo Horizonte: Imprensa Universitária da UFMG, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. Sobre as i-mobilidades do nosso tempo (e das nossas cidades). Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 83-92, dez. 2015.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2024.

HONÓRIO, Gustavo; RODRIGUES, Rodrigo; MACHADO, Livia. Vereador recua em projeto que prevê multa de R\$ 17 mil a quem doar comida a morador de rua; texto foi aprovado em 25 segundos. G1, São Paulo, 28 jun. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/06/28/apos-ser-aprovado-em-25-segundos-autor-quer-suspender-projeto-com-multa-de-r-17-mil-a-quem-doar-comida-a-moradores-de-rua-em-sp.ghtml>. Acesso em: 05 mar. 2025.

IBGE. De 2010 a 2022, população brasileira cresce 6,5 e chega a 203,1 milhões. Brasília, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/pt/component/content/article/2012-agencia-de-noticias/noticias/37237-de-2010-a-2022-populacao-brasileira-cresce-6-5-e-chega-a-203-1-milhoes.html?Itemid=7545>. Acesso em: 11 mar. 2025.

INE. Estatísticas demográficas 2023. Lisboa, Portugal, 2024. Disponível em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=646169385&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=646169385&DESTAQUESmodo=2). Acesso em: 11 mar. 2025.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo. São Paulo: Ática, 2014.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Refúgio em números 2024. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/copy3\\_of\\_RefugioemNmeros9edicaofinal.pdf](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros-e-publicacoes/anexos/copy3_of_RefugioemNmeros9edicaofinal.pdf). Acesso em: 31 out. 2024.

LEDO, Wilson. "Nunca imaginei acabar a dormir na rua". Noel é sem-abrigo, Maria também. CNN Portugal, 21 dez. 2024. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/sem-abrigo/rua/nunca-imaginei-acabar-a-dormir-na-rua-noel-e-sem-abrigo-maria-tambem/20241221/67655a98d34ea1acf2720d7e>. Acesso em: 12 mar. 2025.

LEHNEN, Leila. Cartografias móveis: mapeando as margens na literatura brasileira contemporânea. In: DALCASTAGNÈ, Regina; AZEVEDO, Lucien (Org.). Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea. Porto Alegre: Zouk, 2015. p. 117-135.

LEYA Brasil. Menos que um, de Patrícia Melo. Youtube, 29 ago. 2022. Disponível em: <https://youtu.be/duwf55Y3jyA>. Acesso em: 06 abr. 2025.

LISBOA. Plano municipal para a pessoa em situação de sem-abrigo 2019|2021. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2019. Disponível em:

<https://www.am-lisboa.pt/documentos/1580122895Q9zSC6uj2Yr33MD0.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

LUSA. Portugal mantém redução nos casos de tuberculose, mas regista aumento entre os imigrantes. Público, Portugal, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/03/22/sociedade/noticia/portugal-mantem-reducao-casos-tuberculose-regista-aumento-imigrantes-2084500>. Acesso em: 12 mar. 2025.

MATTOS, Ricardo; FERREIRA, Ricardo. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 47-58, maio/ago, 2004.

MELO, Patrícia. Menos que um. São Paulo: Leya, 2022.

NATALINO, Marco. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022). Rio de Janeiro: IPEA, 2023. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT\\_103\\_Disoc\\_Estimativa\\_da\\_Populacao.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/4/NT_103_Disoc_Estimativa_da_Populacao.pdf). Acesso em: 06 set. 2024.

NATALINO, Marco. A população em situação de rua nos números do cadastro único. Rio de Janeiro: IPEA, 2024a. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12642/7/TD\\_2944\\_web.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12642/7/TD_2944_web.pdf). Acesso em: 06 set. 2024.

NATALINO, Marco. Por que há pessoas em situação de rua? Um perfil do cadastro único. Brasília: IPEA, 2024b. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13504/1/EmQuestao\\_Disoc\\_n24\\_Por\\_que.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13504/1/EmQuestao_Disoc_n24_Por_que.pdf). Acesso em: 24 set. 2025.

NGOENHA, Severino. Os tempos africanos do mundo. Maputo: PubliFix Edições, 2022.

PAIVA, Deslange; SANTOS, William. Prefeitura de SP constrói muro de 40 metros de extensão e confina Cracolândia. G1, São Paulo, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/01/15/prefeitura-de-sp-constroi-muro-de-40-metros-de-extensao-e-confina-cracolandia.ghtml>. Acesso em: 29 jun. 2025.

PEPETELA. Se o passado não tivesse asas. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

PORTUGAL. Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024. Lisboa: Diário da República, 2024. Disponível em: [https://pessoas2030.gov.pt/wp-content/uploads/sites/19/2024/04/RCM-n.61.2024\\_02\\_04.pdf](https://pessoas2030.gov.pt/wp-content/uploads/sites/19/2024/04/RCM-n.61.2024_02_04.pdf). Acesso em: 10 mar. 2025.

PRADO, Rodrigo; LINARDI, Camila. Homem delinquente e os grupos de risco: uma comparação entre a antropologia criminal de Lombroso e a política criminal atuarial. Revista Lex de Criminologia e Vitimologia, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 67-88, maio/ago. 2022.

RICH, Hannah. Research: Homelessness in England 2022. Shelter, 2023. Disponível em: [https://england.shelter.org.uk/professional\\_resources/policy\\_and\\_research/policy\\_library/research\\_homelessness\\_in\\_england\\_2022](https://england.shelter.org.uk/professional_resources/policy_and_research/policy_library/research_homelessness_in_england_2022). Acesso em: 29 ago. 2024.

ROSSI, Helena Alves. O pensamento higienista e eugênico na educação das surdas-mudas nas décadas de 20 e 30 do século XX. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, p. 116 2021.

RÜCKERT, Gustavo Henrique; FORLI, Cristina Arena. De favelas e musseques: o espaço como resistência da memória em Conceição Evaristo e Luandino Vieira. In: I Congresso Internacional e III Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades: Literaturas e Linguística, n. 3, 2016. Anais do I Congresso Internacional e III Nacional Africanidades e Brasilidades, 2017, n.p.

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SEMPRE um papo. #SempreUmPapo recebe Patrícia Melo. Youtube, 17 mai. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/NRdcgxoRV0M?si=Pg5wa9kZmKkEpJPk>. Acesso em: 06 abr. 2025.

SICARI, Aline; ZANELLA, Andrea. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, nº4, p. 662-679, out.-dez., 2018.

SICARI, Aline; ZANELLA, Andrea. Movimento Nacional de População de Rua: a complexa luta por direitos. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 1058-1079, dez. 2020.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brino. Medidas emergenciais para a população em situação de rua: enfrentamento da pandemia e seus efeitos. Rio de Janeiro: IPEA, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_analise\\_politico/210225\\_bapi\\_25\\_artigo9.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/210225_bapi_25_artigo9.pdf). Acesso em: 27 jan. 2025.

SILVA, Victor Borges da; OLIVEIRA, Edson A. A. Q.; RODRIGUES, Marilsa de Sá. Os impactos da globalização na sociedade pós-moderna. Convibra, 2020. Disponível em: [https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo22088\\_20201404.pdf](https://convibra.org/congresso/res/uploads/pdf/artigo22088_20201404.pdf). Acesso em: 28 ago. 2024.

STATE of Homelessness: 2024 Edition. The National Alliance to End Homelessness, 2024. Disponível em: <https://endhomelessness.org/homelessness-in-america/homelessness-statistics/state-of-homelessness/>. Acesso em: 29 ago. 2024.